

Licitação bilionária do transporte público de Campinas entra em nova fase na B3

PÁGINA 5

Leilão da Rota Mogiana recebe quatro propostas

Quatro empresas apresentaram envelopes para o pregão das rodovias paulistas a ser realizado nesta sexta-feira

(27), na B3 (popularmente conhecida como Bolsa de Valores); se interessaram: Azevedo e Travassos; EPR; MC

Brasil (do Fundo Mubadala); e Motiva - antiga CCR AutoBAn (Autopistas Bandeirantes e Anhanguera).

PÁGINA 3

Aumento de 64% a procuradores gera debate em Americana

Câmara Municipal de Americana

A Câmara de Americana aprovou, com 15 votos favoráveis, nesta terça-feira (24), em primeira votação, um projeto que prevê reajuste de 64% no salário-base dos procuradores jurídicos do município. A proposta eleva o vencimento de R\$ 10.269,39 para R\$ 16.894,02 e ainda precisa passar por segunda votação antes de seguir para sanção do prefeito Chico Sardelli (PL)

PÁGINA 8



PÁGINA 4

Reforma preocupa 60% das indústrias

Pesquisa da Ciesp também indica queda da capacidade produtiva instalada das empresas e retrações nas vendas, nos investimentos e nos lucros das organizações.

PÁGINA 4

Aneel: diretor vota por fim da Enel em SP



Diretor da agência, Sandoval de Araújo Feitosa aponta atuação insatisfatória da concessionária em apagão, com falhas na resposta, manutenção e equipes

PÁGINA 15

Campinas terá centro para animais silvestres

Convênio com o Estado prevê unidade exclusiva para fauna silvestre em terreno de 58 mil m² anexo ao Parque Ecológico



Centro será para recuperação de animais silvestres

PÁGINA 5

DORA KRAMER

Suprema Corte corrói o próprio capital

PÁGINA 2

DRUMMOND

O exemplar empresário Humberto Mota

PÁGINA 2

Empregos crescem 5,2% em SP em 2025

Desemprego apresentou queda, com total de 5%, em 2025. É o menor índice da série histórica iniciada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012.

PÁGINA 11

Hortolândia lidera em ranking de trânsito

Segundo o Infosiga, pelo 2º ano seguido, Hortolândia lidera entre cidades com mais de 200 mil habitantes com menos mortes no trânsito, foram 10 óbitos em 2025.

PÁGINA 7

Dora Kramer*

STF corrói o próprio capital

O Supremo Tribunal Federal não veio parar onde está de repente, por acaso ou sem o esforço de seus integrantes. Foi um trabalho metuculoso ao longo dos últimos anos de corrosão de um dos preceitos constitucionais que norteiam a administração pública: a impessoalidade.

Ministros adotaram atitudes de estrelas e, em alguns casos, com um traço de empáfia mais comum nas subcelebridades que nos astros de verdade. Atrairiam apenas antipatia se não ultrapassassem outros mandamentos daquele definidor artigo 37 da Constituição de 1988 que exige do servidor respeito à legalidade, à moralidade, à publicidade e à eficiência.

Os casos de nariz arrebitado, língua afiada e circulação indevida em convescotes jurídico-festivos pelo mundo não precisam ser revisitados, pois estão inscritos no passivo da corte. Além disso, o problema já não é desse ou daquele ministro, é da instituição Supremo Tribunal Federal, representação máxima do Judiciário.

Executivo e Legislativo são frequentadores habituais do noticiário sobre eventos negativos, mas

as malfeitorias cometidas por seus integrantes têm a Justiça como instância de correção. É a ela que se recorre e é nela que a sociedade deposita sua confiança.

Ou melhor, depositava até que o STF começasse a erodir esse capital sem dar atenção aos alertas. Um país desconfiado da Justiça é um país que não confia no porto seguro da legalidade.

Para dar um jeito nisso não bastam um código de ética ou ações pontuais como as cruzadas do ministro Flávio Dino contra o uso indevido de emendas parlamentares e as transgressões ao teto salarial do funcionalismo. São boas causas, mas, no caso dos penduricalhos, tardia.

Não foi de repente, por acaso ou sem a conivência dos juizes que determinados salários chegaram ao grau superlativo de hoje e que as distorções de pagamentos indevidos fossem mais escandalosas no Judiciário.

Recuperação de confiança é obra que leva tempo, requer esforço, autocritica e, sobretudo, espírito público. Passou da hora de começar.

*Jornalista e comentarista de política

Aristóteles Drummond

O exemplar Humberto Mota

A iniciativa de Antônio Queiroz, presidente da Fecomércio, de homenagear personalidades relevantes na vida do Rio de Janeiro não se ateve a Daniel Homem de Carvalho, sobre quem escrevemos semana passada. Entre os agraciados, estavam dois outros ex-presidentes da Associação Comercial do Rio, Ângela Costa, primeira mulher a ocupar o cargo e industrial de sucesso, e Humberto Mota, com uma vida no setor privado, serviços prestados em cargos públicos e dedicação generosa no campo associativo, religioso e filantrópico.

Nascido em Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, Mota começou sua vida em Belo Horizonte, onde, muito jovem, se destacou. Com passagem em Brasília, no gabinete do ministro Mário Henrique Simonsen, veio para o Rio de Janeiro, onde fez admirável carreira no Grupo Brascan, onde chegou ao topo em 25 anos de atuação. Depois foi dirigir o Grupo Dufry, onde está até hoje, participando das reuniões da cúpula da empresa de presença nos maiores aeroportos do mundo.

Humberto por duas vezes atendeu a convites do setor público, primeiro do presidente FHC para ocupar a presidência dos Correios e depois da governadora Rosinha Garotinho, para comandar a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do

Rio, onde fundou a Agência Rio, de imensos serviços prestados ao estado desde então.

Na Associação Comercial, ocupou a presidência e liderou o Conselho Superior por mais de 20 anos, quando consolidou seu nome entre o grandes líderes empresariais da cidade e do estado.

Não menos importante são seus serviços prestados à Igreja, sua fé, com destaque para a participação relevante na construção do santuário de São Judas Tadeu, em Pitangui, cidade mineira onde fez seus primeiros estudos e sua mãe foi professora e ao movimento em Baependi pela santificação de Nhá Chica. Em outubro último, foi recebido em audiência privada pelo Papa Leão XIV, a quem entregou imagem e livro sobre a beata mineira, pedindo a atenção papal para o processo de canonização. O processo tem sido acompanhado pelo Padre Jorge. O apoio às causas sociais, inclusive programas da própria Fecomércio, como treinamento para o emprego de pessoas com limitações, coroam sua dimensão humana de verdadeiro cristão.

Neste momento em que exemplos de vida ilibada têm significado no Brasil, a iniciativa de Antonio Florencio Queiroz ganha maior importância. Humberto Mota é um vencedor que consagra o trabalho, dedicação e correção como instrumentos para o sucesso.

EDITORIAL

As águas que não se vão em março

São as águas de março fechando o verão.” A canção de Tom Jobim eternizou a ideia de ciclo, de passagem e renovação. Mas ainda estamos em fevereiro, e tudo indica que, neste ano, as águas de março não encerrarão coisa alguma. A previsão meteorológica para o início de 2026 aponta a persistência de características típicas do verão, como calor intenso e chuvas frequentes, com alto potencial de instabilidade até o começo de abril, especialmente nas regiões Sudeste e Sul. O que deveria marcar o fim da estação pode, desta vez, prolongar o período de alerta.

No litoral paulista, o cenário já é conhecido e dolorosamente repetido. Casas soterradas, ruas alagadas, famílias desalojadas e cidades em estado de emergência voltam a ocupar o noticiário. Desde dezembro, São Paulo já registra 19 mortes relacionadas às chuvas. São vidas interrompidas por deslizamentos, enxurradas, quedas de árvores e desabamentos. Números que deixam de causar surpresa e passam a compor uma estatística recorrente do verão paulista.

É inegável que os eventos climáticos extremos se tornaram mais frequentes e intensos. O aumento do volume de chuva concentrado em poucas horas, associado às mudanças climáticas globais e ao aquecimento dos oceanos, produz tempestades mais severas e acumulados acima da média histórica. O solo rapidamente se satura, encostas cedem e rios transbordam.

Mas o problema não é apenas climático. A infraestrutura urbana, especialmente nas áreas mais vul-

neráveis, não acompanha essa nova realidade. Ocupações em encostas, drenagem insuficiente, déficit habitacional e planejamento urbano falho ampliam o impacto de cada temporal. A cada verão, repete-se o roteiro: mobilização emergencial, decretos de calamidade e promessas de reconstrução.

A prevenção, porém, exige mais do que reação. Exige investimento contínuo em obras de contenção e macrodrenagem, políticas habitacionais efetivas, reassentamento de famílias em áreas de risco e coordenação entre Estado e municípios. Exige planejamento que considere que o padrão das chuvas mudou, e continuará mudando.

Também exige transparência na aplicação de recursos, atualização constante dos planos de defesa civil e uso inteligente de tecnologia para monitoramento e emissão de alertas. Sistemas de previsão mais precisos salvam vidas, mas apenas quando acompanhados de protocolos claros e respostas rápidas. Não basta avisar: é preciso ter para onde evacuar, como acolher e de que forma reconstruir.

Se na poesia as águas de março simbolizam esperança, na realidade elas têm representado repetição. E, ao ameaçarem avançar para abril com a mesma intensidade, deixam claro que o desafio é estrutural. Enquanto as mortes se acumularem e os alertas forem tratados como rotina, o ciclo das águas seguirá sendo também o ciclo da perda. O que se impõe é transformar previsibilidade em prevenção, antes que o próximo temporal cobre um novo preço.

Opinião do leitor

Luto

Nós, fãs de Grey’s Anatomy, perdemos o Mark Sloan duas vezes. E foi difícil pela primeira vez na ficção, mas agora a despedida é real. Série maravilhosa. Estou muito triste, de verdade.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: GOVERNO FEDERAL AFIRMA QUE VAI RECUPERAR A ESTRADA RIO-PETRÓPOLIS

As principais notícias do Correio da Manhã em 25 de fevereiro de 1931 foram: Ondas revolucionárias disparam nas cidades de Arequipa e Puira, no Peru. Estão prosseguindo, satisfatoriamente, em

Roma, as negociações para a redução dos armamentos navais italianos. Ministério da Viação envia nota ao Correio da Manhã dizendo que já providenciou as obras para recuperar a estrada Rio-Petrópolis.

HÁ 75 ANOS: TROPAS ALIADAS INVADEM A CIDADE DE PYONGYANG

As principais notícias do Correio da Manhã em 25 de fevereiro de 1951 foram: Tropas Aliadas conseguem invadir a cidade norte-coreana de Pyongyang. Comissões da ONU procuram diplomacia para um

cessar-fogo na península coreana. Ivo de Aquino é escolhido pelo PSD como o líder do Governo no Senado. STF mantém a posse de Edelsio Vieira de Melo como vice-governador de Sergipe.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral) | Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br | redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



Proposta é do vereador Paulo Haddad (PSD-SP)

Cidadão Campineiro a estrelas do Vôlei Renata

O vereador Paulo Haddad (PSD-SP) é o autor da homenagem que visa conceder os títulos de Cidadão Campineiro, maior honraria conferida pela Câmara Municipal de Campinas, ao técnico argentino Horacio Dileo, que está no comando do Vôlei Renata há nove temporadas, e ao levantador carioca Bruno Mossa de Rezende, mais conhecido Bruninho. “São estrelas internacionais do vôlei e, além de trazerem alegria aos fãs do esporte, elevam o nome da nossa cidade”, afirma o parlamentar. A votação dos títulos – destinados a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços a Campinas - está prevista para a semana que vem nas reuniões da Casa.

Pompa e circunstância

A Cerimônia de Entrada Pelos Portões, que simboliza o ingresso dos novos alunos da Escola Preparatória de Cadetes de Exército (EsPCEx) e que foi realizada este ano no último fim de semana, não foi uma solenidade qualquer. Contou com a presença do Comandante do Exército Brasileiro, General de Infantaria Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, o O1 da Força Armada.

Câmara Municipal de Campinas



Nelson Hosrri (PSD-SP) durante sessão no Legislativo

Manifestação no 1º de março I

Vereadores de direita, de Campinas (SP), estão convocando a população a participar da manifestação nacional “Acorda Brasil”, marcada para 1º de março. Na cidade, será às 9h no Largo do Rosário. “Estaremos manifestando pela anistia dos presos no 8 de janeiro, como também pela saída de vários ministros do STF e fora Lula. Depois seguiremos às 14h para a Avenida Paulista com o deputado Nikolas Ferreira (PL-SP). Não iremos desistir contra esse governo de esquerda”, afirma o vereador Nelson Hosrri (PSD-SP).

Manifestação no 1º de março II

O movimento contesta a eleição e a gestão de Lula sob a justificativa de uso de verbas públicas para promoção pessoal. Em relação ao ministro Alexandre de Moraes, aponta a condução do Inquérito das Fake News como prática tirânica que fere a liberdade de expressão e acumula funções de investigador e juiz.

PINGA-FOGO

Precariedade I

Apesar de ser da base do Executivo campinense, o vereador Ailton da Farmácia (PSB-SP) não passa pano pra Administração Municipal. Subiu à tribuna da Câmara e informou, em claro e bom som, para quem quisesse ouvir, que falta gaze e até agulha no Centro de Saúde Santa Odila.

Precariedade II

Informou ainda que no pos-tinho só há um médico. Um segundo profissional está de licença. O terceiro, afastado. E, o quarto, de férias. Ailton cobrou publicamente a Secretaria de Saúde para que a Pasta tome provi-dências e que “a população tenha o mínimo de atendi-mento”

Gente que faz I

A vereadora Debora Palermo (PL-SP), do distrito rural de Joaquim Egídio e que conhece de perto os maus-tratos animais, não esmo-recendo em relação à causa, protocolou na Câmara um projeto de lei que estabelece regras claras sobre animais de grande porte soltos na cidade.

Gente que faz II

Frequentemente, o Conse-lho de Proteção e Defesa dos Animais de Campinas denuncia com fotos e vídeos cavalos soltos em vias de Campinas, sobretudo nos Distritos do Ouro Verde e Campo Grande. Já o projeto estabelece regras claras para a fiscalização, apreensão, guarda, penalidades e desti-nação dos animais.

Gente que faz III

Apregoa a apreensão imediata dos animais, com garantia de água, alimen-tação, abrigo e cuidados veterinários, além da multa administrativa de 700 UFICs (3.569,72) na primeira ocor-rência e 1.400 UFICs (R\$ 7.139,44) em caso de reinci-dência.

Gente que faz IV

Prevê ainda a perda da posse do animal em caso de reincidência, com desti-nação definitiva a ONGs cadastradas. Destaca que animais de grande porte soltos em vias públicas é risco concreto à coletivida-de, podendo causar aciden-tes graves.



Certame está marcado para esta sexta-feira, na B3

Leilão da Rota Mogiana recebe quatro propostas

Lista com as empresas aptas a participar do leilão sai na quinta

Raquel Valli

Quatro empresas estão inte-ressadas no leilão da Rota Mo-giana, a ser realizado nesta sexta-feira (27), na B3 (popularmente conhecida como Bolsa de Valores paulista) e apresentaram propos-tas: Azevedo e Travassos; EPR; MC Brasil (do Fundo Mubada-la); e Motiva - antiga CCR Auto-BAn (Autopistas Bandeirantes e Anhanguera).

A data limite para entrega dos envelopes foi às 11h da terça (24). Ontem, começou a conferência das documentações e garantias exigidas para participação no cer-tame. A lista com as interessadas aptas a participar do leilão - a ser realizado às 14h na sexta (27) - será publicada na quinta (26).

O processo exige que a pri-meira colocada apresente garan-tias financeiras e que comprove requisitos técnicos e jurídicos para a assinatura da concessão.

Caso a documentação seja rejeitada ou a capacidade opera-cional não receba validação, a ad-ministração pública convoca as concorrentes subsequentes para assumirem o projeto, conforme a ordem de classificação. A repu-blicação do edital ocorreu no iní-cio deste ano após o Palácio dos Bandeirantes incorporar ajustes técnicos derivados de sugestões colhidas em audiência pública.

O projeto prevê que 520 qui-lômetros de rodovias estaduais, que cortam 22 municípios, pas-

sem a ser modernizadas e admi-nistradas pela iniciativa privada. O contrato é de 30 anos, e o valor é da ordem de R\$ 8,9 bilhões.

Hoje, as estradas estão sob responsabilidade do DER-SP (Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo) e da Concessionária Renovias. Na região, cortam Campinas, Artur Nogueira, Espírito Santo do Pi-nhal, Estiva Gerbi, Holambra, Jaguariúna, Mogi Guaçu, Mogi Mirim e Santo Antônio de Posse.

Ainda de acordo com o con-trato, 217 quilômetros terão que ser duplicados; 138 terão que dis-por de terceiras faixas; 96 de mar-ginais terão que ser implantados/ e ou reformados; 59 passarelas construídas; e 135 pontos de ôni-bus instalados.

O planejamento de aportes financeiros contempla a du-plicação de trechos nas estradas SP-350, SP-344 e SP-215, somada à construção de me-canismos de proteção viária e sistemas de luz em áreas com densidade populacional.

As cláusulas contratuais de-terminam apenas a implemen-tação da Free Flow. Com isso, o Estado alcança 2.214 quilôme-tros de rodovias leiloadas desde 2023, sob o comando de r Tar-císio. Essas concessões represen-tam aproximadamente 40% dos 1.800 quilômetros de rodovias qualificadas no Programa de Par-cerias de Investimentos do Esta-do (PPI-SP).

Prevista para esta semana conclusão de estudo de ponte interditada

Moradores precisam fazer um desvio, aumentando o percurso em 15 quilômetros

Por Raquel Valli

O projeto executivo para recuperação da ponte no km 4,2 da Rodovia Lux da Cunha (SP 073), em Campinas (SP), deve ser finalizado ainda esta semana, segundo resposta do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SP) ao ser questionado pelo **Correio da Manhã**. A via é popularmente conhecida como Estrada Velha de Indaiatuba.

Morosidade

Desde o início deste mês, ou seja, há mais de 20 dias, o tráfego na estrada está interditado pelo DER-SP por danos na fundação da ponte, causados pela erosão na base da estrutura.

Enquanto aguardam pelos reparos, moradores do Jardim Nossa Senhora de Lourdes precisam desviar o percurso pelo Swiss Park, somando até 15 quilômetros ao percurso.

A situação é ainda pior para quem depende de ônibus para estudar ou trabalhar, já que o trajeto precisa ser feito a pé até o ponto de parada mais próximo.

“Já faz quase um mês que estamos nessa situação. E ainda vão precisar do resto da semana pra poder terminar um estudo? Só pode ser brincadeira isso”, afirma a ajudante de serviços gerais, Ana da Silva.



Populares reivindicam celeridade na obra durante a 6ª sessão ordinária do Legislativo campinense

Imprevisibilidade

Ainda de acordo com o DER-SP, o projeto possibilitará “o andamento do processo para contratação dos serviços e obras dentro do menor prazo possível, seguindo os trâmites necessários, previstos em legislação”.

O departamento não informou, entretanto, a previsão de

quando seria esse “menor prazo possível”.

Já em relação à interdição da estrutura, informou ser “necessária para garantir a segurança dos usuários, após inspeções técnicas identificarem a progressão de erosão significativa no local, em decorrência das chuvas intensas registradas nas últimas semanas”.

Procurado pelos moradores, o vereador Carmo Luiz (Republicanos-SP) apresentou uma moção à Mesa da Câmara Municipal de Campinas, apelando ao Palácio dos Bandeirantes urgência e agilidade nas obras de reparo da ponte. O parlamentar é do mesmo partido governador Tarcísio de Freitas.

Transtornos

Carmo Luiz argumenta que a situação é alarmante, já que a interdição da ponte, para veículos e pedestres, compromete significativamente a mobilidade urbana e expõe motoristas, trabalhadores, estudantes e moradores da região a riscos iminentes, atrasos a compromissos, perda de aulas ou emprego. Além disso, pontua que os representantes da comunidade não receberam quaisquer informações sobre a previsão de início e andamento dos trabalhos.

Manifestação popular

Na noite de segunda-feira (23), um grupo de moradores e lideranças do bairro compareceram à Câmara para manifestar o descontentamento em relação ao DER, pedindo urgência nas obras. “Eu acredito que o que vai acontecer é uma ação mais rápida. Uma efetividade em função da cobrança, da ação dos moradores, das moções dos vereadores, da fala dos vereadores. A população se movimentou, se mobilizou, veio à Câmara, com cartaz e tudo”, afirmou Luiz.

“Agora, é “torcer para que o DER-SP faça um trabalho bem rápido, que dê feedback para a população e que libere uma das vias mais importantes daqueles moradores da região Sul, do Salinho, do Sítio da Pedra Branca e do próprio Nossa Senhora de Lourdes”, finaliza o parlamentar.

Reforma tributária preocupa 60% das indústrias

Ciesp - Regional Campinas

Por Raquel Valli

60% das indústrias da região de Campinas (SP) estão preocupadas com a Reforma Tributária, segundo a Pesquisa de Sondagem Industrial de fevereiro realizada pela regional Campinas do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo).

A pesquisa também indica queda da capacidade produtiva instalada das empresas e retrações nas vendas, nos investimentos e nos lucros das organizações.

O montante de produção caiu de 35% em fevereiro, comparado com o mês anterior. Já a receita declinou 55%, e o lucro ficou 45% menor.

“Juntamente com a Reforma Tributária, esses indicadores corroboram para um momento bastante turbulento no dia a dia das indústrias. Percebemos que o Brasil precisa de um impacto

de empreendedorismo, de um círculo virtuoso, e não de um círculo vicioso, como o que vivemos. Precisa mudar essa postura, porque as empresas que geram riqueza e empregos estão sendo penalizadas por isso”, afirma o diretor do Ciesp-Campinas, José Henrique Toledo Corrêa.

Para o primeiro vice-diretor do Ciesp-Campinas, Valmir Caldana, também diretor do Departamento Jurídico da entidade, a preocupação com a Reforma Tributária para 60% das associadas (incluindo as que se consideram ‘parcialmente adequadas’ e as ‘não adequadas’) é motivo de preocupação para a indústria regional, nessa fase de testes.

“Estamos preocupados porque a partir de 1º de abril poderão ocorrer multas para aquelas que não se adequarem a essa nova legislação”, declara.

Já o diretor do Departamento de Comércio Exterior do Ciesp-Campinas, Anselmo Riso, afirma que as recentes mudanças na taxação do comércio exterior, determinadas pelo Supremo Tribunal dos Estados Unidos, possivelmente irão beneficiar as exportações brasileiras - não podem ser consideradas definitivas, porque ainda estão previstas mudanças.

Dados

O mês de janeiro de 2026 indicou retração nas operações internacionais da região em comparação ao mesmo mês de 2025. O valor exportado foi de US\$ 246 milhões com queda de 3,13%, e as importações totalizaram US\$ 897,9 milhões, recuando 11,23%.

O déficit mensal fixou-se em US\$ 651 milhões com redução de 13,95%.



Valmir Caldana, José Henrique Toledo Corrêa e Anselmo Riso

Licitação bilionária do transporte vai à Bolsa nesta quarta-feira

Contrato é estimado em R\$ 11 bilhões e prevê concessão dos serviços por 15 anos

Paulo Pinto/Agência Brasil

Por Moara Semeghini

A licitação que vai definir as empresas responsáveis pelo transporte público coletivo de Campinas pelos próximos 15 anos entra em nova fase nesta quarta-feira (25), com a entrega dos envelopes pelas empresas interessadas e a abertura da sessão pública inicial na sede da Bolsa de Valores (B3), em São Paulo. O contrato é estimado em R\$ 11 bilhões e é considerado um dos mais relevantes da mobilidade urbana do município, além de um dos mais longos e complexos processos administrativos da cidade. As empresas deverão entregar os envelopes entre 10h e 12h. Às 12h30 está prevista a abertura da documentação de credenciamento e das garantias financeiras. A etapa seguinte, com a abertura das propostas comerciais, está marcada para 5 de março.

Por causa de obras de requalificação nos calçadões do Centro Histórico de São Paulo, o acesso ao prédio da B3 foi modificado. A entrada pela Rua XV de Novembro, 275, está parcialmente interditada. A entrega dos documentos e o acesso à sessão pública ocorrerão exclusivamente pela Rua Álvares Penteado, 218.

A alteração foi comunicada pela Secretaria Municipal de



Entrega dos envelopes será em sessão na sede da Bolsa de Valores (B3), em São Paulo

Transportes (Setransp), responsável pela condução do processo. Inicialmente prevista para 10 de fevereiro, a entrega dos envelopes foi adiada em 15 dias após o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apontar inconsistências técnicas no edital.

Segundo a prefeitura, o principal problema estava no cálculo do Fator de Utilização (FU), índice que define quantos profissionais são necessários, em média, por veículo para garantir a operação do sistema, conside-

rando férias, folgas, afastamentos e turnos. Também foram identificadas falhas na estimativa de benefícios trabalhistas, que não contemplavam integralmente os encargos legais.

Em nota, a Setransp e a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas informaram que optaram por corrigir os dados antes da sessão pública para evitar atrasos maiores no processo. A disputa será dividida em três etapas: envelope 1 – Credenciamento e garantias: comprovação

da habilitação inicial e apresentação das garantias financeiras; envelope 2 – Propostas de valores: apresentação das ofertas comerciais e realização de lances, em sessão pública na B3; envelope 3 – Documentação de habilitação: aberto apenas após a definição da proposta vencedora, para confirmação do cumprimento das exigências legais e técnicas.

A melhor proposta será considerada vencedora, desde que atenda a todos os requisitos de habilitação.

O edital prevê concessão por 15 anos, com possibilidade de prorrogação por mais cinco. O sistema será dividido em dois lotes: Norte (regiões Norte, Oeste e Noroeste) e Sul (regiões Leste, Sul e Sudoeste). Os investimentos previstos incluem cerca de R\$ 1,7 bilhão para renovação da frota ao longo do contrato, além de recursos para tecnologia embarcada, terminais e estações, podendo chegar a R\$ 1,9 bilhão.

A prefeitura afirma que o modelo separa a tarifa pública paga pelo usuário da tarifa de remuneração das operadoras, permitindo políticas de subsídios e gratuidades, desde que respeitadas as regras fiscais.

A nova licitação é aguardada desde 2016, após o TCE considerar irregular a concorrência realizada em 2005. Desde então, o processo acumulou suspensões judiciais, reformulações de edital e tentativas frustradas.

Em 2019, o edital lançado pela prefeitura foi suspenso. Em 2023, já reformulado, o processo foi novamente questionado e precisou de ajustes em 14 itens por determinação do TCE. Em setembro daquele ano, a licitação chegou a ocorrer, mas foi declarada deserta por falta de interessados, obrigando a administração a reiniciar o procedimento.

Campinas terá centro para animais silvestres

Moara Semeghini

A Prefeitura de Campinas está na etapa final de formalização de convênio com o Governo de São Paulo para viabilizar a instalação de um centro exclusivo para atendimento de animais silvestres no município. A proposta prevê a utilização de uma área de 58 mil metros quadrados localizada no Instituto Biológico, na região do Gramado, em terreno anexo ao Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim. Segundo a Secretaria Municipal do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade, o espaço deverá abrigar o Centro de Integração Animal (CIA), porém com atuação restrita à fauna silvestre. O projeto executivo será elaborado somente após a formalização do acordo entre município e Estado. Na sequência, a administração municipal prevê a abertura de licitação para construção da unidade.

De acordo com a prefeitura, há cerca de R\$ 10 milhões asse-

gurados para o empreendimento, recursos provenientes de emendas parlamentares e do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (Proamb). A capacidade de atendimento do futuro centro ainda não foi definida e dependerá de estudos técnicos que irão dimensionar a demanda regional, o perfil dos animais atendidos e a estrutura necessária para triagem, reabilitação e eventual reintegração à natureza.

O terreno indicado pertence à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado. Em nota, o governo paulista informou que as tratativas relacionadas ao uso da área são conduzidas no âmbito da pasta. Já a autorização para instalação e funcionamento de Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (Cetras) é atribuição da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), por meio da Coordenadoria de Gestão de Fauna Silvestre, vinculada à Di-

retoria de Biodiversidade e Biotecnologia. O governo paulista avalia que a eventual implantação de um novo Cetras em Campinas poderá reforçar a rede estadual de atendimento a animais resgatados ou apreendidos, ampliando a capacidade regional e contribuindo para a distribuição da demanda entre unidades já existentes em diferentes regiões do Estado. A proposta original da prefeitura previa a implantação do Centro de Integração Animal em outro endereço, com estrutura voltada tanto para animais silvestres quanto domésticos. O modelo, no entanto, foi revisto após orientação técnica de que o manejo de fauna silvestre deve ocorrer em espaço separado daquele destinado a cães e gatos, em razão de protocolos sanitários, de biossegurança e de manejo específicos. O centro será destinado à fauna silvestre. Animais domésticos continuarão sendo atendidos pelo Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal (DPBEA).

Prefeitura de Campinas



A Prefeitura de Campinas está na etapa final de formalização

Ataque e agressões interrompem recepção de calouros

Grupo invadiu o IFCH da Unicamp durante recepção dos alunos no primeiro dia de aula



Registros mostram envolvidos em cobrir trabalhos de alunos; ação terminou em agressão

Por Moara Semeghini

Um episódio de agressão e vandalismo interrompeu parte das atividades de recepção aos calouros da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) na segunda-feira (23), no campus de Barão Geraldo. A confusão ocorreu nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e terminou com ao menos três estudantes feridos.

Segundo entidades estudantis, os indivíduos envolvidos não são alunos da universidade nem possuem qualquer vínculo com a instituição. O grupo teria iniciado provocações aos estudantes e passado tinta branca sobre muros com intervenções artísticas e grafites produzidos por alunos. Além das agressões verbais, os invasores começaram a apagar pinturas e manifestações visuais no prédio, até que a situação evoluiu para confronto físico, deixando estudantes com ferimentos leves.

Registros em foto e vídeo divulgados por centros acadêmicos mostram momentos de tensão, correria e alunos atingidos durante as atividades de recepção. De acordo com relatos de alunos que presenciaram a ação, um grupo de oito a nove homens ligados ao Movimento Brasil Livre (MBL) e ao partido Missão esteve no local portando latas de tinta branca. O objetivo seria cobrir grafites e intervenções artísticas em paredes próximas à biblioteca do IFCH, incluindo manifestações de coletivos LGBTQIAPN+ e obras ligadas ao movimento negro.

De acordo com o diretor do IFCH, Sávio Machado Cavalcante, esta não é a primeira vez que o instituto é alvo de ações semelhantes. “Já tivemos algo em torno de quatro ou cinco eventos como esse, com grupos principalmente do MBL e outros ativistas de extrema direita, que vêm fazer vídeos não autorizados na universidade, de acordo com suas pau-

tas”, afirmou. Ainda segundo o diretor, alguns dos grafites atingidos foram realizados com ciência da direção da unidade. O grupo, no entanto, não possuía autorização nem para realizar filmagens nem para intervir nas paredes.

“O que aconteceu foi que, ao verem eles colocando tinta branca em grafites de artistas daqui e de pessoas do movimento negro, estudantes da Letras e do IFCH foram questionar o que estava acontecendo. Quando perceberam que estavam intervindo na parede, tentaram tomar a tinta. Nesse momento, começou um empurra-empurra e os militantes iniciaram agressões físicas”, relatou Cavalcante.

Três alunos tiveram lesões corporais. Um deles sofreu um corte na boca, precisou de atendimento hospitalar e já recebeu alta. Outro estudante teve machucados na perna e na mão após receber chutes e socos. Um boletim de ocorrência foi registrado

por uma das vítimas. A universidade também prepara um registro institucional do caso. Segundo o diretor, a Procuradoria Geral da Unicamp está reunindo documentos e materiais para encaminhamento à polícia.

De acordo com o diretor, há indícios de que o episódio tenha sido premeditado. “Conseguimos identificar materiais na internet que mostram que a coisa toda estava premeditada para criar um tipo de confusão e transformar isso em material de campanha. É um ano eleitoral, e isso faz parte de uma forma de agitação e propaganda desses grupos”, disse. Ele classificou o caso como preocupante e apontou uma escalada de violência. “Agora houve uma atuação bem mais agressiva, a ponto de provocar lesões corporais. Isso mostra uma escalada na forma como esses grupos vêm atuando”, afirmou. Desde o ano passado, segundo Cavalcante, o IFCH adotou um protocolo para

orientar a comunidade acadêmica a acionar imediatamente a vigilância do campus em situações semelhantes, a fim de evitar confrontos. No episódio de segunda-feira, porém, a ação foi rápida e não houve tempo para a chegada da segurança antes das agressões.

Em nota, a Reitoria da Unicamp repudiou a invasão e os atos de intimidação e agressão. “A universidade é um espaço de pluralidade, pautado pelo diálogo, não se submetendo a ações que busquem impor interesses por meio da violência ou da coerção”, diz o texto. A administração classificou episódios de invasão, filmagens não autorizadas e agressões como “intoleráveis” e uma “grave afronta à democracia, à autonomia universitária e à segurança de estudantes, funcionários e docentes”. A Reitoria informou que está adotando medidas administrativas e jurídicas para identificar os envolvidos e garantir a responsabilização pelos atos.

Caminhada e clima de festa na Unicamp dão boas-vindas à calourada 2026

A Unicamp recebeu na manhã da última segunda-feira (23) os calouros de 2026 com uma caminhada que começou na Praça da Paz e terminou no Ginásio Multidisciplinar, no campus de Barão Geraldo. Durante o percurso, houve muita confraternização com os veteranos e clima de festa para os ingressantes, que ganharam um kit de boas-vindas com uma camiseta, uma caneca e um vale-refeição para seu primeiro almoço no Restaurante Universitário, além de muita informação sobre a Universidade. O coordenador-geral da Unicamp, Fernando Coelho, ressaltou que este é um dos momentos mais importantes do ano na Universidade. “É um dia importantíssimo, porque marca o início de um ano letivo em que completamos 60

anos de existência. É, portanto, um dia de festa”, disse ele na cerimônia de recepção no Ginásio Multidisciplinar. “Quero que vocês saibam que estão chegando a uma das melhores universidades públicas do país e uma das mais importantes da América Latina. Aproveitem”, acrescentou.

O reitor da Unicamp, Paulo Cesar Montagner deu as boas-vindas aos estudantes “de todos os campi” e fez uma exortação. “Desfrutem. A Unicamp é uma universidade pública. Fortíssima na pesquisa, tem ensino de excelência e grandes programas de extensão. Portanto, vivam intensamente a experiência de viver numa universidade”, disse ele.

Segundo o coordenador-geral, nos últimos anos, a Unicamp tem avançado em muitas dire-



A Unicamp recebeu os calouros de 2026 com uma caminhada

ções, seja nas diferentes formas de acesso, na implementação de programas cada vez mais vigorosos de inclusão e permanência e na busca pela excelência acadêmica, “sempre pensando na diversida-

de e na integração”. Ele também agradeceu aos pais de alunos, “que confiaram seus filhos à Universidade”. A pró-reitora de Graduação, Mônica Cotta, que acompanhou a caminhada, tam-

bém destacou a importância da celebração. “Para quem está chegando, a recomendação que faço é: aproveite. A Universidade é um espaço maravilhoso, que dá liberdade para fazer e descobrir muitas coisas. Corram atrás, é uma oportunidade única. E eu também tenho uma palavra aos pais: que eles fiquem tranquilos, porque na Unicamp não temos trotes violentos e vamos fazer o nosso melhor para cuidar bem de todos os nossos estudantes.”

Natural de Feira de Santana, na Bahia, Enzo Machado chegou a Campinas há uma semana. Calouro da Engenharia Elétrica, disse que sempre teve vontade de estudar na Unicamp. “Pesquisei antes sobre o curso e a Universidade, vi tudo o que ela oferece, e aumentou a vontade de vir”.

GRANDE CAMPINAS



Divulgação

Material ilegal foi apreendido em Nova Odessa

Operação apreende remédios ilegais de emagrecimento

Um empresário de 29 anos foi detido na manhã desta segunda-feira (23), no Centro de Nova Odessa, durante a Operação “Seovage”, deflagrada pela Dse de Americana. A investigação começou após denúncia de venda clandestina de medicamentos para emagrecimento em um comércio da Rua Carlos Botelho. No local, policiais encontraram tirzepatida (Monjaro), retatrutida, anabolizantes, além de cigarros eletrônicos e perfumes importados sem comprovação fiscal. Ao todo, foram apreendidas dezenas de ampolas, seringas, celulares, maquinetas e anotações contábeis. O suspeito foi indiciado por crimes contra a saúde pública e contrabando e encaminhado à Cadeia de Sumaré. O nome da operação faz referência à própria loja investigada.

Saúde sem Tabaco inicia atividades

A Prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste iniciou o primeiro grupo de 2026 do programa Saúde sem Tabaco. Com duração aproximada de três meses e encontros semanais, a iniciativa oferece acolhimento, avaliações, consultas, além de reuniões motivacionais e terapêuticas. O atendimento é gratuito, e 40% a 50% dos participantes deixam de fumar ao final do programa. As inscrições seguem abertas para novas turmas nas UBSs do município.

Prefeitura de Sumaré



Entrega inédita marca início do ano letivo

Sumaré entrega kits a 20 mil alunos

Sumaré realizou nesta terça-feira (24) a entrega simbólica de uniformes e kits escolares da rede municipal, no anfiteatro do Seminário de Nova Veneza. Pela primeira vez, os alunos iniciam o ano letivo com materiais garantidos. Após o ato simbólico realizado nesta terça-feira, a entrega nas demais unidades seguirá o cronograma estabelecido em cada escola. Os estudantes receberão cada kit montado de acordo com sua etapa de ensino. A ação beneficiará mais de 20 mil estudantes de 40 escolas, da educação infantil ao ensino médio e EJA.

Indaiatuba promove projeto do SUS

A Secretaria de Saúde de Indaiatuba abriu inscrições para o VER-SUS 2026/01, em parceria com a Rede Unida, Ministério da Saúde e OPAS. Única do Estado a sediar a iniciativa, a vivência ocorrerá de 23 a 27 de março, com imersão no rastreamento do câncer de colo do útero por DNA-HPV, referência nacional. São 33 vagas gratuitas, com alojamento e alimentação, e inscrições até 27 de fevereiro.

Morre o cão Pingo

Um dos mais velhos do Brasil, o cachorro Pingo, conhecido em Vinhedo por viver por anos em um posto de gasolina, morreu neste sábado (21). Com 22 anos de idade, o vira-lata virou símbolo da região e recebia cuidados de moradores e funcionários. Na fase final da vida, foi levado para um abrigo.

Bazar por R\$ 2

O Fundo Social de Valinhos promove nesta quinta (26), das 8h às 16h, bazar especial com todas as peças por R\$ 2,00. A ação oferece roupas e itens em bom estado a preços acessíveis, ampliando o acesso da população e incentivando a solidariedade e a reutilização por meio das iniciativas do órgão.

Escuta que acolhe

Hortolândia lançou o programa “Escuta que Acolhe”, que oferece atendimento terapêutico gratuito a pais e responsáveis por PcDs em sofrimento emocional. Com até 12 sessões de 50 minutos, presenciais ou remotas, o agendamento pode ser feito por WhatsApp ou e-mail e segue aberto às famílias.

Novo meio ambiente

Sumaré, por meio da Secretaria de Sustentabilidade, reuniu-se com o CEAV para alinhar novas ações de educação ambiental nas escolas municipais. A proposta inclui visitas monitoradas, oficinas e projetos sobre preservação, reciclagem e uso racional da água, integrados ao currículo, fortalecendo a formação cidadã dos alunos.

Casa da Mulher

Nesta semana, a Prefeitura de Jaguariúna divulgou as ações da Casa da Mulher, que oferece um grupo gratuito de promoção à saúde feminina. Conduzido por uma fisioterapeuta, o encontro ocorre às segundas-feiras, às 14h, com orientações e exercícios, localizada na Rua Paraná, nº 134, no Jardim Santa Maria.

Pedal de aniversário

Mais de mil pessoas participaram do passeio ciclístico pelos 62 anos de Paulínia, na manhã de domingo (22). O trajeto de 9 km percorreu importantes avenidas da cidade e segundo o prefeito Danilo Barros, o número de participantes dobrou em relação ao ano passado, reforçando o incentivo ao esporte.



Cidade registra o menor número de mortes em vias municipais

Hortolândia lidera ranking de trânsito seguro em SP

Município soma 10 óbitos, repetindo a posição em 2025

Da Redação

Dados do Infosiga, sistema do Governo do Estado de São Paulo para monitoramento de ocorrências de trânsito, mostram que, pelo segundo ano consecutivo, Hortolândia lidera o ranking entre as cidades paulistas com mais de 200 mil habitantes com o menor número de mortes registradas em vias municipais. De acordo com o levantamento, foram contabilizados dez óbitos em 2025.

Políticas públicas

Desde a criação da Secretaria de Mobilidade Urbana de Hortolândia, em 2017, a administração municipal passou a priorizar políticas públicas voltadas à construção de um trânsito mais seguro e à preservação de vidas. Ao longo dos anos, os indicadores têm apontado reduções consistentes nos acidentes com vítimas fatais.

“Os números apresentados são frutos de diversas ações que acontecem desde 2017. Hortolândia repete a marca obtida em 2024 como a cidade com mais de 200 mil habitantes no Estado e menos óbitos fatais no trânsito.

Além disso, desde 2020, a evolução na segurança viária é notória já que, naquele ano, Hortolândia figurava na décima quarta colocação neste mesmo ranking e, agora, pelo segundo ano seguido, é a primeira no quesito”,

explica o secretário de Mobilidade Urbana, Atílio André Pereira.

Em 2022, o município havia apresentado diminuição nas mortes registradas em importantes corredores viários, inclusive aqueles que fazem ligação com rodovias que cruzam a cidade e conectam municípios vizinhos. Nesse mesmo ano, o Plano de Mobilidade Urbana foi atualizado, com foco em reorganização viária e ampliação das ações preventivas.

Em 2021, Hortolândia também alcançou a meta estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) dentro da Década de Ação pela Segurança no Trânsito, iniciativa global que propõe medidas concretas para reduzir acidentes e salvar vidas até 2030.

Medidas permanentes

Para manter a trajetória de queda nos índices, a Prefeitura desenvolve um conjunto de iniciativas. Entre elas estão campanhas educativas, ampliação da sinalização viária, além da instalação de radares de controle de velocidade.

Na comparação entre 2017 e 2021, o município registrou redução de 79% nos acidentes com vítimas dentro de seus limites territoriais. O resultado consolidou o cumprimento antecipado da meta estipulada pela ONU para a Década de Ação, reforçando o compromisso local com a segurança viária.

Câmara aprova aumento salarial de 64% a procuradores

Projeto passa em primeira votação e gera debate em Americana

Divulgação

A Câmara de Americana aprovou, nesta terça-feira (24), em primeira discussão, um projeto que prevê reajuste de 64% no salário-base dos procuradores jurídicos do município. A proposta eleva o vencimento de R\$ 10.269,39 para R\$ 16.894,02 e ainda precisa passar por uma segunda votação antes de seguir para sanção do prefeito Chico Sardelli (PL).

Encaminhada pelo Executivo, a matéria recebeu 15 votos favoráveis e três contrários dos vereadores Gualter Amado (PDT), Professora Juliana (PT) e Thiago Brochi (PL). O texto também altera a nomenclatura do cargo, que deixará de ser “Procurador Jurídico” para se tornar “Procurador Jurídico Municipal”, caso seja confirmado na próxima sessão.

Novas atribuições

Segundo a justificativa do governo, o reajuste acompanha a ampliação das responsabilidades do cargo. Embora concursados para atuar em ações judiciais envolvendo a prefeitura, os procuradores já vinham defendendo também as autarquias municipais, mesmo sem previsão expressa em lei.

Entre esses órgãos estão o Departamento de Água e Esgoto (DAE), a Guarda Municipal de Americana (Gama), a Fundação de Saúde do Município de Americana (Fusame) e o Instituto de Previdência Social dos Servi-



Reajuste elevará o salário-base, mas a proposta ainda precisa passar por segunda votação

dores Municipais (Ameriprev). Somadas, as demandas alcançam cerca de 90 mil processos.

A proposta busca centralizar oficialmente essas atribuições na Procuradoria e adequar a estrutura remuneratória à nova realidade. Para vereadores da base governista, trata-se de uma regularização administrativa diante do acúmulo de funções exercidas.

Um dos pontos do debate foi a remuneração total dos procuradores. Além do salário-base, os profissionais recebem honorários de sucumbência, que são valores pagos pela parte vencida em processos judiciais.

Esse adicional pode elevar os ganhos mensais.

De acordo com dados apresentados na sessão, a média salarial da categoria gira em torno de R\$ 42 mil mensais, alcançando o teto constitucional. Quando o valor da sucumbência ultrapassa o limite permitido, o excedente é transferido para os meses seguintes. Com o aumento do salário-base, o tempo para quitação desses valores pode ser estendido.

Para a oposição, o reajuste não se justifica diante da remuneração média já elevada. Já a base argumenta que o salário-base precisa refletir as atribuições do cargo

Discussões

A sessão foi marcada por discussões. A vereadora Professora Juliana questionou a prioridade do reajuste, afirmando que outras categorias seguem sem aumento. Ela citou enfermeiros que retomaram jornada de 40 horas após decisão judicial, mas sem reajuste. O vereador Jean Mizzoni defendeu a proposta.

Também houve embate entre Gualter Amado e Levi Rossi após insinuações sobre favorecimento político. Gualter ainda apresentou uma emenda para retirar o trecho que previa o aumento salarial e manter apenas a mudança de nomenclatura do cargo, mas a sugestão foi rejeitada pela maioria.

S. Antônio de Posse investe R\$ 8 mi em saneamento

Santo Antônio de Posse anunciou, nesta terça-feira (24), a assinatura de três convênios que totalizam R\$ 8 milhões destinados a obras de saneamento. Os investimentos são considerados estruturantes e têm como foco principal o fortalecimento do sistema de abastecimento de água, ampliando a segurança hídrica do município.

Novos reservatórios

O primeiro convênio assegura R\$ 4 milhões em recursos federais para uma intervenção estimada em R\$ 4,5 milhões, com contrapartida da Prefeitura. O montante será aplicado na construção de quatro novos reservatórios, cada um com capacidade para 1,2 milhão de litros. Com isso, a cidade terá um acréscimo de aproximadamente 5 milhões de litros em sua capacidade de reservação.

As estruturas serão instaladas nos bairros São Judas, nas imediações do Bela Vista, na área de captação próxima ao cemitério e no Monte Belo. A ampliação permitirá maior estabilidade no fornecimento e melhor distribuição de água em períodos de maior consumo.

Reforço estrutural

O segundo convênio, no valor de R\$ 2 milhões, prevê a implantação de cerca de dois quilômetros de uma nova adutora no trecho entre o Benfica e a estação de tratamento. A nova tubulação vai complementar o sistema atual, reduzindo perdas e solucionando problemas recorrentes de rompimentos. A rede já existente permanecerá ativa, operando de forma integrada com a nova estrutura.

Já o terceiro convênio, também de R\$ 2 milhões, contempla a construção de uma adutora para captar água na Usina Maluf e direcioná-la ao Departamento, localizado na Avenida da Saudade, onde passará pelo processo de tratamento. A autorização inclui aumento de vazão de 100 metros cúbicos por hora, o que representa crescimento aproximado de 30% na capacidade de captação do município.

Além das melhorias em captação e reservação, a Administração Municipal avança na modernização do sistema de tratamento, com a meta de viabilizar a futura Estação de Tratamento de Água 4.

Projeto Barco Escola chega a Paulínia como uma nova proposta pedagógica

Prefeitura de Paulínia

Paulínia, por meio de uma parceria entre a Secretaria do Meio Ambiente e a Associação Barco Escola da Natureza, traz para a cidade um novo jeito de proporcionar educação ambiental com o Projeto Barco Escola Paulínia - Nas águas do conhecimento. A ideia, foi apresentada na tarde desta segunda-feira, 23 de fevereiro, para os alunos do oitavo ano da EMEFM Ângelo Corassa Filho, vereadores e demais autoridades locais.

Navegando pelo ensino

“O Barco Escola é uma sala de aula flutuante que vai oferecer para nossos alunos uma experiência imersiva, navegando pelas águas da Represa do Salto Grande, que corta Paulínia e Americana. Com certeza será algo que



O projeto vai trazer educação ambiental para os alunos da rede

ficará para sempre guardado na memória deles e que vai influenciar no modo como eles enxergam os cuidados que devemos ter com a natureza”, afirma o prefeito Danilo Barros.

Poderão usufruir do projeto

todas as crianças da rede municipal de ensino que sejam alunos do Ensino Fundamental 1 e 2 e do Médio Técnico.

“O projeto promove educação ambiental prática em um espaço não formal de apren-

dizagem, além de estimular a consciência ecológica em crianças, jovens e adultos, formando multiplicadores de boas práticas de cuidado com a natureza”, explica o presidente da Associação Barco Escola da Natureza, João Carlos Pinto, que possui 26 anos de experiência com esse tipo de atividade e já realiza o projeto em Americana. As aulas acontecerão conforme o cronograma estabelecido entre as Secretarias de Educação e Meio Ambiente, com viagens de 90 minutos. Os professores também receberão capacitação sobre o tema.

Para a realização do Barco Escola, o Píer do Mini-Pantanal será reformado com melhorias nas áreas internas e externas. Enquanto os trabalhos acontecerem, o espaço será fechado.

CORREIO DAS REGIÕES

Prefeitura de Piracicaba



Algumas linhas de ônibus podem sofrer desvios

Obras na via SP-304 alteram o trânsito em Piracicaba

Em Piracicaba, devido às obras realizadas pela concessionária Eixo-SP, o trânsito na região do bairro Santa Terezinha, sofre alterações desde terça-feira (24). A medida faz parte das intervenções na Rodovia Geraldo de Barros (SP-304). Para minimizar os impactos no tráfego, a Prefeitura de Piracicaba definiu caminhos alternativos. As mudanças também afetam o transporte coletivo - algumas linhas podem sofrer desvios pela Avenida Cristóvão Colombo. Com isso, o tempo de deslocamento dos ônibus deve aumentar, embora os horários de saída sejam mantidos. A orientação é que motoristas e passageiros redobrem a atenção e programem seus deslocamentos com antecedência durante o período das obras.

Feira expõe promessas do campo

Até essa sexta-feira, dia 27 de fevereiro, acontece a Coplampo, em Piracicaba. A feira, realizada pela Cooperativa dos Plantadores de Cana de Açúcar em Piracicaba, está aberta desde segunda-feira (23) e produtores rurais podem conhecer uma série de soluções inovadoras que prometem transformar o dia a dia no campo. Com 170 expositores, a Coplampo espera movimentar R\$ 500 milhões até o último dia da feira de tecnologia de agronegócio.

Câmara de São Roque



Projeto é de autoria da vereadora Dani Castro

PL de quitação de multas por doação

A Câmara Municipal de São Roque aprovou, durante a 3ª Sessão Ordinária realizada no último dia 19 de fevereiro, o Projeto de Lei nº 07/2026-L, de autoria da Vereadora Dani Castro. A propositura permite que multas de trânsito de natureza leve, aplicadas pelo município de São Roque, sejam convertidas em doação de sangue e de medula óssea, incentivando a solidariedade e contribuindo para o fortalecimento dos estoques dos hemocentros e do cadastro de doadores. Para que a proposta se torne Lei, o PL aguarda a sanção do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Projeto amplia acesso ao cinema

Ribeirão Preto retomou nesta terça (24) o projeto “A Escola vai ao Cinema”, atendendo 19 mil alunos no Cineclube Cauim. Com foco inicial na Educação Infantil, a ação anual leva estudantes da rede municipal e EJA para sessões gratuitas com pipoca e suco. O objetivo é ampliar o acesso à cultura e debater temas como meio ambiente e bullying em sala.

Frente fria

A Defesa Civil do estado de São Paulo mantém o gabinete de crise até quinta (26) devido a chuvas intensas no interior e na faixa leste. Sob influência de uma frente fria, a previsão de instabilidade segue até sexta (27), com riscos de ventos fortes e altos acumulados de água em curto período.

Inclusão

A Câmara de Sorocaba debate quinta-feira (26) o PL 279/2025, do vereador Raul Marcelo (PSOL), que inclui 1.700 auxiliares no quadro do magistério. A medida garante piso salarial, jornada de formação e aposentadoria especial, visando corrigir injustiças históricas e valorizar a educação infantil na cidade.

Vacina para bebês

A cidade de Ribeirão Preto iniciou a aplicação do imunológico Nirsevimabe para prevenir o vírus VSR em bebês prematuros e crianças com comorbidades. O anticorpo combate bronquiolite e pneumonia. Mães de prematuros nascidos desde agosto/25 podem solicitar a dose na UBDS Castelo Branco.

Cursos de extensão

O IFSP Capivari oferece cursos de extensão gratuitos em idiomas, tecnologia, saúde e esportes. As inscrições vão até sexta (27): online (via formulário e carta de interesse) ou presenciais (no campus, por ordem de chegada). As aulas começam em março, sem taxas. O edital está disponível no site do instituto. As aulas estão previstas para iniciarem dia 14 de março.

‘Feira do Bem’

A Feira do Bem de Jundiá agora ocorre todas as sextas, às 14h, no Complexo Fepasa. A iniciativa atende 500 idosos do BPC/CRAS, que usam a moeda social Japi para “comprar” alimentos. O novo formato na Vila de Oportunidades inclui transporte gratuito e foca na convivência e segurança alimentar.

Serviço a sociedade

Também na cidade de Jundiá, o Vetor Oeste recebe a 2ª edição do “Prefeitura na Área” em 28 de fevereiro, este sábado. Das 9h às 15h, na EMEB Ivo de Bona, a ação oferecerá vacinas e mais de 40 serviços gratuitos. Sob gestão da Casa Civil, a iniciativa foca em prevenção e cidadania para a população local.



Evento contou com 500km de luzes e atrações culturais

Campos do Jordão: Natal movimentou R\$ 1 bilhão

Cidade recebeu quase 1,5 milhão de turistas durante a temporada

Da Redação

Fluxo turístico

O volume de visitantes entre o fim de outubro de 2025 e início de janeiro de 2026 chegou a 1,48 milhão de pessoas. Segundo a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico, o resultado posiciona o Natal como segunda temporada de alta demanda, comparável aos meses de inverno.

Na rede hoteleira, a ocupação teve alta de 18,46% em relação ao ciclo anterior. O setor de alimentação registrou crescimento, com um aumento de 16% na movimentação de bares e restaurantes da estância.

Impacto

Os reflexos financeiros nas atividades comerciais foram significativos. Dados da Associação Comercial e Empresarial (ACE) de Campos do Jordão indicam mu gasto médio diário de R\$ 500 por turista, o que resultou em uma injeção de recursos estimada de R\$ 750 milhões na economia local, sem contabilizar os serviços de hospedagem.

Ao incluir os gastos com hotéis e pousadas, a estimativa é a de um montante movimentado no município de R\$ 1 bilhão. Para o segmento produtivo, os números reforçam a transformação do período natalino em mais um produto registrado, turístico estruturado e atraente, capaz de sustentar a economia do município para além do tradicional período de julho.

A última edição do Natal dos Sonhos em Campos do Jordão, encerrada em janeiro de 2026, apresentou números que consolidam o período como uma das principais datas do calendário local. Durante 73 dias, a cidade recebeu intervenções visuais e culturais financiadas por uma parceria entre a gestão municipal e a Fundação Lia Maria Aguiar (FLMA).

O investimento da fundação na ornamentação chegou a R\$ 2,5 milhões, abrangendo a instalação de 250 esculturas temáticas, mil metros quadrados de grama sintética e cerca de 500 quilômetros de iluminação decorativa.

Decoração

As montagens, que envolveram o trabalho de 500 pessoas, foram distribuídas por pontos estratégicos.

O portal de entrada recebeu um tapete vermelho, enquanto a Vila Abernêssia abrigou uma representação de fábrica de brinquedos. Já em Capivari, o destaque ficou para as exibições de projeção mapeada (video mapping).

Somando-se as apresentações teatrais, musicais e de dança, o aporte financeiro da Fundação Lia Maria Aguiar atingiu o valor de R\$ 4,65 milhões, cifra superior ao dobro do registrado em anos anteriores.

Câmara de Piracicaba aprova Refis com descontos que chegam a 100%

Programa oferece anistia de multas e juros para dívidas de IPTU, ISS e do Sema

Os parlamentares da Câmara Municipal de Piracicaba aprovaram, por unanimidade, o projeto de lei que estabelece o novo Programa de Regularização Fiscal (Refis). A votação ocorreu na noite desta segunda-feira (23), durante a realização de sessões ordinária e extraordinárias. A proposta, enviada pelo prefeito Helinho Zanatta (PSD) após sugestões do Legislativo, foi analisada em regime de urgência e agora segue para a sanção do chefe do Executivo.

O programa é voltado para a recuperação de créditos tributários e não tributários devidos à Prefeitura e ao Serviço Municipal de Água e Esgoto (Sema). Podem ser negociados débitos gerados até o fim de 2025, estejam eles inscritos ou não em dívida ativa, em fase de cobrança administrativa ou judicial.

De acordo com as informações, o montante da dívida ativa no município chegava a R\$ 3,2 bilhões em setembro de 2025.

Regras

O Refis oferece condições especiais que incluem descontos de até 100% sobre juros e multas moratórias. Entre os tributos que podem ser incluídos na renegociação estão o IPTU, ISSQN, taxas variadas, multas de qualquer natureza, além de tarifas de água e esgoto. Também estão contemplados créditos



Rubens Cardia/Câmara de Piracicaba

A tramitação foi marcada por críticas de vereadores quanto à celeridade do processo

habitacionais e contratos de cestas básicas de materiais de construção.

Para os contribuintes em geral, o pagamento à vista garante a anistia total de juros e multas. Quem optar pelo parcelamento terá descontos progressivos: 80% para divisões entre duas e 24 vezes; 70% para pagamentos de 25 a 48 parcelas; e 60% caso o débito seja quitado entre 49 e 60 meses. O valor mínimo estipulado para cada parcela é de R\$ 150, e o texto permite o pagamento de uma entrada para

abater o saldo devedor.

O projeto também define regras específicas para débitos superiores a R\$ 500 mil. Assim como na regra geral, a quitação em cota única assegura 100% de desconto nos encargos. No entanto, o prazo de parcelamento para este grupo é estendido, com descontos de 80% (até 24 parcelas), 70% (25 a 60), 60% (61 a 80) e 50% para quem dividir o montante entre 81 e 120 parcelas.

Em documento enviado à Câmara, o Executivo assegurou que a renúncia de receita gera-

da pelos descontos possui lastro orçamentário. Segundo a prefeitura, a medida não compromete as metas fiscais, o equilíbrio financeiro do município ou as despesas com o funcionalismo público.

Debates

Apesar da aprovação unânime, a tramitação foi marcada por críticas quanto à celeridade do processo. Vereadores questionaram o envio da matéria em regime de urgência, alegando que documentos importantes,

como o impacto financeiro, foram entregues pouco antes da votação. Também houve questionamentos sobre a concessão de prazos maiores para grandes devedores em comparação aos pequenos contribuintes, além da ausência de um escalonamento social para o valor mínimo das parcelas.

Durante as sessões, três emendas foram apresentadas pelas vereadoras Sílvia Morales (PV) e Rai de Almeida (PT). Duas delas buscavam garantir que a Prefeitura notificasse os cidadãos antes de cancelar acordos ou iniciar execuções judiciais por falta de pagamento. A terceira sugeria que gratificações relacionadas ao programa fossem pagas apenas a servidores efetivos. Contudo, todas as emendas foram rejeitadas pela maioria do plenário.

Prazos de adesão

Os interessados em aderir ao Refis terão um prazo inicial de 120 dias após a lei entrar em vigor. Existe a possibilidade de prorrogação deste período por até duas vezes, por mais 90 dias cada, dependendo de decreto do Executivo. É importante ressaltar que o acordo será cancelado caso o contribuinte deixe de pagar três parcelas, abra novos processos judiciais sobre a dívida ou não comprove a desistência de ações judiciais e administrativas já em curso.

Itupeva cria plataforma para fortalecer a produção local

Divulgação/Prefeitura de Itupeva

Os agricultores de Itupeva agora contam com o “Mercado Agricultor Digital”, plataforma on-line que conecta o trabalhador rural diretamente a consumidores, feiras e mercados, ampliando oportunidades de comercialização e valorizando a produção local. A iniciativa integra as ações municipais voltadas ao fortalecimento do setor agrícola, utilizando a tecnologia como aliada para estimular o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade e a aproximação entre produtores e compradores.

“O Mercado do Agricultor Digital foi desenvolvido com o objetivo de facilitar o acesso e integrar produtor com consumidor, beneficiando a todos”, explicou o secretário de Turismo, Agricultura e Meio Ambiente, Pedro de Campos



Ferramenta digital conecta produtores rurais a consumidores

Neto, autor da iniciativa.

Como funciona

Para os produtores, basta se cadastrar para divulgar seus produtos, com informações sobre suas propriedades e ampliar a visibilidade de sua pro-

dução. Já para os compradores, a plataforma dá acesso aos produtos castrados, facilitando o contato direto para negociação, reduzindo intermediários e contribuindo para melhores preços, tanto para quem produz quanto para quem compra.

Sorocaba registra alta de casos de SRAG

Sorocaba contabilizou 36 ocorrências e dois óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) nos primeiros dois meses de 2026. Segundo a Secretaria de Saúde do Estado, 11 pacientes apresentam quadros críticos e necessitam de tratamento em Unidades de Terapia Intensiva (UTI). As notificações, que incluem diagnósticos de Covid-19 e Influenza, concentram-se majoritariamente na faixa etária acima dos 80 anos.

No consolidado de 2025, o município registrou 1.554 casos da síndrome, resultando em 234 mortes e uma taxa de letalidade de 15%. A análise etiológica revelou que a maioria dos registros (60,2%) não teve causa definida. Entre os casos com diagnóstico, 18,8% foram causados por vírus respiratórios diversos, 14,6% por Influenza

e 6,3% por Covid-19. Quanto aos óbitos de 2025, 66,7% permaneceram sem identificação do agente causador. Das mortes confirmadas, 33 foram por outros vírus, 27 por Influenza e 18 por Covid-19. Notou-se que a Covid-19 apresentou maior gravidade proporcional, com letalidade de 18,5% entre os internados, superando os 12% registrados pela Influenza.

Avanço

O comparativo entre os últimos anos revela um avanço da síndrome na cidade. Em 2024, Sorocaba havia somado 991 casos e 189 mortes. Já em 2025, houve um salto expressivo para 1.554 notificações e 234 óbitos. Esse cenário representa um crescimento de 56,8% no volume de infectados e uma alta de 23,8% no número de vítimas fatais em apenas um ano.

CORREIO PAULISTA

Rodrigo Romeo



Participaram os parlamentares Reis, Giannazi e Suplicy

Alesp mantém foco em policiais e educação na tribuna

Na 11ª Sessão Ordinária da Alesp voltou a concentrar os debates em dois eixos recorrentes: segurança pública e educação. Da tribuna do Plenário Juscelino Kubitschek, parlamentares destacaram a destinação de emendas para o fortalecimento das polícias, com recursos voltados à compra de viaturas e coletes, além de cobrarem a regulamentação da Lei Orgânica da Polícia Civil. Na área educacional, ganharam espaço críticas a cortes no orçamento, demissões de professores e questionamentos sobre o modelo das escolas cívico-militares. Também entraram na pauta o reajuste dos servidores, a renda básica universal e a lei federal que reconhece profissionais da educação infantil como integrantes do magistério.

Deflagrada Operação Fim da Fábula

O MPSP e a Polícia Civil deflagraram na terça (24) a Operação Fim da Fábula contra uma organização especializada em fraudes digitais. No total, 12 pessoas foram presas em São Paulo. Foram cumpridos 120 mandados de busca e 53 de prisão em SP, MG e DF. A Justiça bloqueou até R\$ 100 milhões por conta investigada. O grupo aplicava golpes do INSS, falso advogado e “mão fantasma”, com lavagem de dinheiro via fintechs e apostas on-line.

Divulgação MPSP



MPSP prestigia celebração do Instituto Butantan

125 anos do Instituto Butantan

O MPSP participou da celebração dos 125 anos do Instituto Butantan, quando foi anunciada a transferência de um terreno no Jaguaré, na capital, para a criação de um polo de inovação em imunobiológicos. Representando a Procuradoria-Geral de Justiça, esteve o subprocurador-geral Ivan Agostinho. Também foram anunciados R\$ 1,38 bilhão em investimentos, novas fábricas e a antecipação de 1,3 milhão de doses da vacina contra a dengue para o SUS, totalizando 2,6 milhões de unidades destinadas ao Ministério da Saúde ainda neste semestre.

Cuidado com golpes em nome do TJ

Quadrilhas usam o nome do TJSP e de outras instituições para aplicar golpes por telefone, WhatsApp, e-mail e falsos sites de leilão. O Tribunal não pede depósitos, dados pessoais ou pagamentos por esses meios. Intimações via WhatsApp só ocorrem com consentimento e número oficial. Em caso de dúvida, confirme no site do TJSP e registre boletim de ocorrência.

Homenageados

O evento de reconhecimento a personalidades e instituições do Vale Histórico, Vale do Paraíba, Vale da Fé, Alto Tietê e Suzano foi realizado na Alesp e reuniu autoridades e representantes da sociedade civil. A iniciativa destacou trajetórias marcadas por dedicação e serviço, com impacto direto nas comunidades.

Homenageados II

Além das homenagens individuais, o encontro evidenciou o papel das instituições no desenvolvimento social e econômico do interior paulista. Para os participantes, o reconhecimento no Parlamento simboliza não apenas uma conquista pessoal, mas a valorização de projetos que promovem cidadania.

Saúde Digital

Em 2025, o Hospital das Clínicas da USP realizou mais de 130 mil teleconsultas, segundo balanço apresentado ao Conselho de Saúde Digital. Desde 2021, já são mais de 790 mil atendimentos remotos. A modalidade representa 7,5% das consultas ambulatoriais e consolida mudança estrutural na assistência.

Saúde Digital II

A expansão do programa, em parceria com o governo britânico, prioriza casos elegíveis e reduz custos, faltas e exposição hospitalar. Indicada para renovação de receitas e acompanhamento de baixa complexidade, a teleconsulta segue protocolos e não atende casos instáveis, gestantes de risco e crianças menores de 2 anos.

Construção civil

A construção civil em São Paulo está com 643 vagas abertas por meio dos PATs e da plataforma Trampolim. O setor, que responde por cerca de 9% do PIB paulista, concentra oportunidades principalmente para servente de obras e pedreiro, além de cargos técnicos e de nível superior.

Construção civil II

As vagas podem ser acessadas nas mais de 200 unidades dos PATs, com RG, CPF e Carteira de Trabalho, ou pela plataforma Trampolim, mediante cadastro com login gov.br. As iniciativas buscam facilitar a intermediação de mão de obra, reduzir o tempo de contratação e ampliar o acesso às oportunidades.



Taxa de desemprego caiu 1,2 ponto percentual em 2025

SP tem a menor taxa de desemprego em 13 anos

A população ocupada com carteira assinada subiu 5,2%

Por Redação

O estado de São Paulo registrou, em 2025, a menor taxa anual de desemprego dos últimos 13 anos: 5%. É o menor índice da série histórica iniciada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012. Os dados, divulgados pela Fundação Seade com base na Pnad Contínua, mostram que o desempenho paulista ficou abaixo da média nacional, de 5,6%, e também da região Sudeste, que encerrou o ano com 5,3%.

Na comparação anual, a taxa caiu 1,2 ponto percentual em relação a 2024 (6,2%) e acumula retração de 4,1 pontos percentuais desde 2022, quando estava em 9,1%. Em 2021, no auge dos impactos da pandemia, o índice chegou a 14,4% no estado, evidenciando a forte recuperação do mercado de trabalho nos últimos anos e a retomada gradual das atividades econômicas em diferentes setores.

O avanço foi acompanhado pela melhora na qualidade das vagas. A população ocupada com carteira assinada cresceu 5,2% entre 2024 e 2025, enquanto o contingente sem carteira recuou 8,7%. A taxa anual de informalidade ficou em 29% da população ocupada, a terceira menor do país, bem abaixo da média nacional, de 38,1%, e também inferior ao índice registrado na região Sudeste, que foi de 33%.

O rendimento médio real habitual também superou os indicadores nacionais. Em 2025, o trabalhador paulista recebeu, em média, R\$ 4.190, ante R\$ 3.560 no Brasil. O valor também ficou acima da média do Sudeste (R\$ 3.958) e de estados como Minas Gerais e Espírito Santo, reforçando o peso da economia paulista na geração de renda.

No quarto trimestre de 2025, a taxa de desemprego foi ainda menor: 4,7%, a mais baixa da série histórica. O estado contabilizou 11,593 milhões de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, o maior número entre as unidades da Federação, equivalente a 30% do total nacional. O percentual de empregados com carteira assinada chegou a 82,2% no setor privado, acima da média brasileira, de 74,4%.

Ao todo, 24,576 milhões de pessoas estavam ocupadas em São Paulo no fim do ano, o maior contingente desde o início da série. Já o número de desocupados caiu para 1,212 milhão, com redução de 20,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Para ampliar as oportunidades, o governo mantém mais de 200 unidades dos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) e a plataforma digital Trampolim, que reúne vagas, cursos de qualificação, testes de habilidades e ferramentas para elaboração de currículo.

Homem morre após fortes chuvas em Natividade da Serra, no litoral

Estado de São Paulo soma 19 mortes desde dezembro após nova onda de chuvas

A morte de um homem de 67 anos em Natividade da Serra marcou o agravamento dos impactos das chuvas no litoral paulista e no Vale do Paraíba. Sérgio Luiz Cordeiro desapareceu no domingo (22), após o desabamento da casa onde morava, durante forte temporal acompanhado de vendavais. O corpo foi localizado no fim da tarde de segunda-feira (23). O município, situado na região da Serra do Mar, registrou extravasamento de rios, deslizamentos de terra, quedas de barreiras e interrupção no fornecimento de energia elétrica. Com o caso, o estado de São Paulo chega a 19 mortes relacionadas às chuvas desde dezembro de 2025, segundo balanço da Defesa Civil.

Natividade da Serra é vizinha de Ubatuba, cidade do litoral norte que também enfrentou forte instabilidade no fim de semana. No sábado, duas pessoas morreram após um naufrágio provocado pelo mau tempo. Além das ocorrências fatais, o município registrou deslizamentos, queda de árvores, alagamento de rodovia, enxurradas e transbordamento de córregos. Ao todo, 407 casas e quatro escolas foram afetadas, e seis pessoas ficaram desalojadas nas últimas 24 horas. A cidade acumulou 54 milímetros de chuva em um único dia, segundo dados oficiais.

Peruíbe é o município mais atingido em volume de preci-



Também estão em estado de atenção cidades do interior como Campinas e Sorocaba

itação recente. Foram 56 milímetros em 24 horas e mais de 280 milímetros acumulados em três dias, índice que mobilizou equipes da prefeitura e da Defesa Civil estadual. A tempestade provocou alagamentos em diversos bairros e deixou mais de 300 pessoas desabrigadas e cerca de 100 desalojadas. Escolas e ginásios foram adaptados para receber famílias afetadas. Apesar dos prejuízos materiais e dos transtornos à população, não houve registro de mortes. Diante do cenário, a administração municipal decre-

tou situação de emergência para facilitar o acesso a recursos e acelerar ações de resposta.

Outras cidades do litoral também contabilizam danos. Em Caraguatatuba, vendavais e chuvas intensas causaram alagamentos e afetaram 12 imóveis, mas não há desalojados ou vítimas. Ilhabela registrou deslizamento de terra e interrupção temporária no fornecimento de energia elétrica em alguns pontos da ilha. No Guarujá, houve queda de árvores e deslizamentos pontuais em áreas de encosta. Já Mongaguá enfrentou

transbordamento de rios e canais, com cerca de 800 imóveis impactados por inundações e ruas tomadas pela água.

Além do litoral, cidades do interior e da região metropolitana permanecem em estado de atenção. A capital paulista tem previsão de novos temporais ao longo desta terça-feira (24) e quarta-feira (25), com possibilidade de rajadas de vento e acumulados elevados. Campinas, Sorocaba, Serra da Mantiqueira e municípios do Vale do Paraíba também estão sob monitoramen-

to, principalmente em áreas mais vulneráveis a escorregamentos e alagamentos.

Alerta de chuvas

Diante da continuidade das instabilidades, a Defesa Civil do Estado renovou o alerta para chuvas intensas entre terça-feira (24) e sexta-feira (27). A passagem de uma frente fria deve provocar chuva contínua na faixa leste paulista, com maiores acumulados até quinta-feira (26). As regiões do Vale do Ribeira, Baixada Santista, Litoral Sul e Litoral Norte estão em nível de risco muito alto. Já Itapeva, Sorocaba, Campinas, Serra da Mantiqueira, Vale do Paraíba, capital e Região Metropolitana aparecem com risco alto.

O Gabinete de Crise permanece mobilizado até quinta-feira, período considerado mais crítico pelos meteorologistas. O monitoramento das condições climáticas segue contínuo, com atualização de boletins e envio de alertas à população por meio de mensagens de celular.

A orientação é que moradores redobrem a atenção para sinais como rachaduras no terreno, inclinação de postes e árvores ou surgimento de água barrenta. Em caso de risco iminente, a recomendação é deixar o local e acionar a Defesa Civil pelo telefone 199 ou o Corpo de Bombeiros pelo 193.

Medida permite devolução de R\$ 2 bilhões aos consumidores

Divulgação/Governo de SP

Consumidores de gás canalizado de São Paulo vão receber R\$ 2 bilhões em créditos nas contas nos próximos meses. A ação inédita ocorre após regulamentação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, que se tornou a primeira do país a regulamentar a devolução dos créditos de PIS/Cofins obtidos pelas concessionárias de gás canalizado em ações judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições.

A medida é resultado do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de que o ICMS não compõe a base de cálculo das contribuições. A exclusão passou a produzir efeitos a partir de março de 2017, podendo retroagir para as empresas que já haviam ingressado com ações judiciais antes da decisão.

Em São Paulo, as concessio-



A destinação de valores ocorrerá ao longo de 12 meses

nárias reguladas pela Agência, que são a Comgás, Naturgy e Necta, foram impactadas de forma distinta, conforme o período de retroatividade reconhecido em seus processos judiciais.

A norma estabelece que a devolução será integral e difu-

sa, realizada exclusivamente por meio do mecanismo tarifário. Os créditos serão revertidos aos usuários atuais, de forma proporcional ao consumo. A destinação dos valores ocorrerá ao longo de 12 meses, sem diferenciação entre usuários atendidos.

Abertas 243 vagas para brigadistas até R\$ 4 mil

O Governo de São Paulo abriu processo seletivo para contratar 243 brigadistas temporários que atuarão na prevenção e no combate a incêndios florestais em Unidades de Conservação em todo o estado. A iniciativa é coordenada pela Fundação Florestal e integra a Operação São Paulo Sem Fogo. Os contratos terão duração aproximada de seis meses, entre abril e novembro, período mais crítico para queimadas.

Os salários variam de R\$ 2.431,50 a R\$ 4.052,50, além de benefícios como vale-transporte, auxílios alimentação e refeição, seguro de vida e diárias em caso de deslocamento. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até 11 de março, de forma online, conforme edital publicado pelo governo estadual.

O edital prevê duas cate-

gorias. Para brigadista Nível II, não há exigência de escolaridade mínima formal, mas é obrigatória CNH categoria B. Já o Nível III exige ensino médio completo ou superior e CNH categoria C. Entre as atribuições estão ações preventivas, abertura de aceiros, monitoramento de áreas estratégicas e combate direto a incêndios, além de coordenação de equipes no caso do nível mais avançado.

O processo seletivo será composto por testes práticos, como avaliação de aptidão física e habilidade com ferramentas agrícolas, seguidos de curso de formação com atividades teóricas e práticas. As vagas estão distribuídas por diversas regiões do estado, incluindo capital, interior e litoral, em parques estaduais, estações ecológicas e florestas estaduais.

Governo de SP deposita R\$ 504,24 milhões a municípios

Valores correspondem ao ICMS arrecadado entre os dias 16 e 20 e já incluem desconto do Fundeb

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) realizou nesta terça-feira (24) o terceiro repasse do mês aos 645 municípios paulistas, no valor de R\$ 504,24 milhões. O montante corresponde à arrecadação de ICMS do período de 16 a 20 de fevereiro, já descontado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Anteriormente, a Sefaz-SP havia transferido aos municípios R\$ 1,40 bilhão em duas ocasiões: R\$ 704,1 milhões em 10 de fevereiro, referente ao ICMS arrecadado de 2 a 6 do mesmo mês, e R\$ 699,9 milhões em 18 de fevereiro, correspondentes ao período de 9 a 13. Com o depósito desta terça-feira, o total acumulado em fevereiro atinge R\$ 1,91 bilhão.

Durante janeiro, foram realizados cinco repasses, totalizando

R\$ 3,90 bilhões, segundo dados da Sefaz-SP. Em 2025, o governo estadual efetuou 53 repasses semanais aos municípios, alcançando R\$ 47,43 bilhões, valor que corresponde a 25% da arrecadação do ICMS, distribuída com base no Índice de Participação dos Municípios (IPM) definido para cada cidade. Os repasses semanais são realizados até o segundo dia útil de cada semana, conforme prevê a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990. A Secretaria da Fazenda disponibiliza consultas sobre os valores transferidos no site oficial, em Acesso à Informação > Transferências de Recursos > Transferências Constitucionais a Municípios.

A transferência dos recursos aos municípios segue uma agenda tributária específica, que considera os prazos de pagamento do ICMS fixados em regulamento. Dependendo



Valores transferidos aos municípios contribuem para obras, educação e programas sociais

do do mês, podem ocorrer até cinco repasses, com variações determinadas pelo calendário mensal, pelos prazos de recolhimento e pelo volume arrecadado. Além desses períodos, existem outros recolhimentos diários, como aqueles relativos à liberação de operações de importação. Os recursos são distribuídos conforme os Índices de Participação dos Municípios, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. No artigo 158, inciso IV, a Carta Magna define que 25% do produto da arrecadação do ICMS é destinado aos municípios, somando-se a 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação, previsto no artigo 159, inciso II e § 3º.

O cálculo do índice de participação é realizado anualmente, de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar 63/1990, e aplicado no exercício seguinte.

O processo observa critérios definidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23 de dezembro de 1981, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29 de dezembro de 1993. O índice considera fatores como população, arrecadação própria e indicadores socioeconômicos, garantindo que os recursos sejam distribuídos de forma proporcional às necessidades de cada município.

O governo estadual reforça que os repasses de ICMS são essenciais para o funcionamento das administrações municipais, permitindo investimentos em saúde, educação, infraestrutura e demais áreas de interesse público. O acompanhamento dos depósitos e do calendário de pagamentos contribui para maior transparência e planejamento financeiro das prefeituras. Além do ICMS, outros tributos estaduais também podem gerar repasses aos municípios,

mas o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços permanece como a principal fonte de receita compartilhada, refletindo a importância da arrecadação estadual para o equilíbrio fiscal municipal.

Com os repasses desta terça-feira, os municípios poderão programar ações e investimentos em diversos setores, alinhados às prioridades locais e à legislação vigente. A Sefaz-SP mantém a divulgação periódica e detalhada das transferências, garantindo que gestores municipais e a população tenham acesso às informações sobre os recursos recebidos.

O calendário de repasses seguirá ao longo do ano de 2026, com observância das datas previstas na legislação e ajustes conforme a arrecadação, mantendo a regularidade das transferências e a previsibilidade financeira para os municípios do Estado de São Paulo.

Dívida de São Paulo com a União é validada pelo STF em decisão majoritária

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria favorável ao estado de São Paulo para validar o contrato de refinanciamento da dívida do estado com a União, realizado por meio do Propag (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados), bem como os pagamentos já efetuados segundo os novos termos. O governo paulista informou que a adesão ao programa representa uma economia de R\$ 1 bilhão por mês. Cinco ministros acompanharam o relator, André Mendonça, que havia concedido liminar favorável a São Paulo em 23 de janeiro. São eles: Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Dias Toffoli, Cristiano Zanin e Edson Fachin. Dois ministros, Flávio Dino e Cármen Lúcia, divergem parcialmente. Eles votaram a favor de impedir a inscrição do estado em cadastros

de inadimplência e a aplicação de penalidades, mas se manifestaram contra considerar o contrato válido antes da conclusão de todas as formalidades legais. Dois votos ainda são aguardados.

O Propag prevê descontos nos juros, parcelamento do saldo da dívida em até 30 anos e criação de fundo de equalização para compensar estados com situação fiscal mais sólida. Estados que obtêm redução nos juros devem investir recursos em áreas como educação e segurança. A discussão jurídica começou após o Tesouro Nacional reter a homologação final do acordo, exigindo pagamentos com base nas taxas do contrato antigo, mesmo após o estado cumprir requisitos legais para migração ao programa.

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) afirma que



Marcos Oliveira/Agência Senado

Cinco ministros acompanharam o relator André Mendonça

a decisão pode servir de referência para outros estados enfrentando obstáculos burocráticos semelhantes. Segundo a procuradora-geral, Inês Coimbra, "esta decisão do Supremo não é apenas uma vitória ju-

ridica; é o reconhecimento da lealdade federativa. São Paulo cumpriu rigorosamente as etapas do Propag e a validação deste contrato devolve ao estado a capacidade plena de planejamento. O alívio de R\$ 1 bilhão

mensal no fluxo de caixa garante que investimentos estruturantes em infraestrutura e serviços públicos não serão interrompidos por entraves burocráticos." Em seu voto, o relator destacou que São Paulo cumpriu todos os requisitos legais e infralegais exigidos pelo governo federal. A STN (Secretaria do Tesouro Nacional) encaminhou a minuta do termo aditivo do contrato, que foi paga e devolvida assinada pelo estado. No entanto, a União não reconheceu a celebração do aditivo e exigiu recolhimento complementar com base no contrato anterior. A decisão final do STF definirá se o refinanciamento será integralmente validado, consolidando regras e critérios do programa.

*Com informações da Folhapress

CORREIO PAULISTANO

Rovena Rosa/Agência Brasil



Prefeito critica empresa e cita 'incompetência'

Ricardo Nunes rebate CEO da Enel após fala sobre apagões

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), reagiu às declarações do CEO global da Enel, Flavio Cattaneo, sobre os sucessivos apagões na capital e na região metropolitana. O executivo afirmou que, diante das características da arborização urbana e da rede aérea, nem Jesus Cristo conseguiria impedir interrupções no fornecimento durante tempestades. Nunes classificou a fala como desrespeitosa e acusou a concessionária de falhas graves na prestação do serviço. Segundo ele, a maioria dos pontos afetados recentemente não registrou queda de árvores, contestando a justificativa apresentada pela empresa. Cattaneo argumentou que, em diversos trechos, cabos de energia estão entrelaçados à vegetação.

Enel contestou as críticas

Isso, tornaria inevitáveis desligamentos em eventos climáticos extremos. Ele também afirmou que relatórios apresentados às autoridades indicariam melhora de 50% na qualidade do serviço no último ano. A Enel contestou as críticas da prefeitura de SP e afirmou que mais de 90% das interrupções recentes na cidade tiveram causas ambientais, como quedas de árvores, galhos ou contato da vegetação com a rede após ventos fortes.

Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP



Evento na Câmara de SP celebra os 80 anos do Sesc

Honra ao Serviço Social do Comércio

A Câmara Municipal de São Paulo realizou, na segunda-feira (23), uma solenidade em homenagem aos 80 anos do Sesc, por iniciativa do vereador Paulo Frange (MDB). Durante o evento, parlamentares e autoridades destacaram a trajetória da instituição, criada em 1946 a partir de um pacto entre empresários do comércio e o governo federal, com foco no bem-estar dos trabalhadores. Com mais de 40 unidades no Estado, sendo 21 na capital, o Sesc foi reconhecido por sua atuação nas áreas de cultura, educação, saúde, esporte e assistência social.

Leilão da nova sede do governo

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, informou nesta segunda-feira (23) que duas propostas foram apresentadas para o leilão do novo Centro Administrativo estadual, previsto para ocorrer na quinta-feira (26), na sede da B3, no centro da capital. A disputa envolve o Consórcio Acciona-Construcap e o Consórcio MEZ-RZK Novo Centro. O projeto é estimado em quase R\$ 6 bilhões.

Serraria do Ibirá I

A concessionária Urbia, responsável pela administração do Parque Ibirapuera, na Zona Sul de São Paulo, apresentou um projeto para transformar a antiga Serraria localizada na Praça Burle Marx em um novo centro de atividades comerciais. A proposta prevê a instalação de restaurantes e lojas.

Serraria do Ibirá II

O plano inclui a ampliação da área construída do galpão histórico, com a implantação de uma laje superior fechada com vidraças, que permitiria a criação de novos ambientes para operações comerciais previstas no projeto. Por se tratar de um conjunto tombado, alterações estruturais dependem de autorização.

Golpes digitais

Dez pessoas foram presas suspeitas de integrar um grupo envolvido em fraudes eletrônicas e lavagem de dinheiro. A Justiça determinou o bloqueio de 86 contas bancárias, com valores que podem chegar a R\$ 100 milhões por conta. A operação ocorreu em SP, MG e no DF. Os golpes eram pela internet.

Estação Maristela I

A futura Estação Maristela, que integra a Linha 6-Laranja, não será entregue na primeira etapa de funcionamento do ramal, que está prevista para outubro deste ano. Localizada na Freguesia do Ó, na Zona Norte da capital paulista, a parada deverá ser inaugurada somente no próximo ano, em 2027, juntamente com a conclusão total da linha.

Estação Maristela II

A concessionária Linha Uni, responsável pelas obras e pela futura operação, atribui o adiamento a dificuldades geológicas encontradas durante as escavações. Segundo a empresa, essas condições impactaram o ritmo de construção da estação. Atualmente, a estação registra cerca de 61% de avanço físico.

Estação Maristela III

A gestão do governador Tarcísio de Freitas confirmou que o início da operação parcial da linha 6 do Metrô está mantido para o mês de outubro, no trecho entre Brasilândia e Perdizes. No entanto, os trens não realizarão parada em Maristela nessa fase inicial e seguirão direto pelo local até a conclusão das obras.



Tuneladora chegando às estações e escavando o trajeto

Linha 20-Rosa prevê desapropriar nos Jardins

Área tombada e eixo da Rebouças estão no traçado

Da Redação

A implantação da Linha 20-Rosa do Metrô deve provocar desapropriações em um trecho de aproximadamente 7,5 mil metros quadrados no perímetro tombado dos Jardins, na zona oeste da capital paulista. A área reúne imóveis residenciais de alto padrão, estabelecimentos comerciais e uma via sem saída. A intervenção representa uma mudança relevante em um conjunto de bairros historicamente marcado por restrições urbanísticas que limitaram transformações estruturais ao longo das últimas décadas.

Apesar da previsão de demolições pontuais, o perímetro tombado continuará submetido às regras de preservação, o que impede a construção de edifícios altos e mantém o perfil predominantemente residencial da região. Ainda assim, associações de moradores manifestam resistência ao traçado definido para a nova linha. Os grupos defendem alternativas que priorizem maior número de estações na Avenida Brigadeiro Faria Lima, hipótese que chegou a ser analisada anteriormente, mas não avançou.

As áreas afetadas nos Jardins constam na Declaração de Utilidade Pública publicada no ano passado. O trecho integra o plano de ampliação da estação Fradique Coutinho, atualmente localizada na Rua dos Pinheiros e pertencente à Metrô de São Paulo, com conexão à Linha 4-Amarela. Nas últimas semanas, proprietários de imóveis

situados ao longo do trajeto começaram a ser notificados sobre o processo de desapropriação, inclusive em áreas de Pinheiros.

A expansão prevista também alcança o entorno da Avenida Rebouças, que concentra um novo eixo corporativo da cidade. A região tem registrado a entrega e a construção de diversos empreendimentos comerciais de alto padrão, consolidando-se como extensão do polo empresarial da Faria Lima e atraindo escritórios de grandes companhias nacionais e multinacionais.

Segundo a companhia responsável, o traçado segue o anteprojeto de engenharia apresentado em audiências públicas há dois anos. O percurso foi definido após a análise de diferentes alternativas e prevê integração com a Linha 4-Amarela, com o objetivo de ampliar a conectividade do sistema.

A Linha 20-Rosa deve conectar as zonas oeste e sul da capital aos municípios de São Bernardo do Campo e Santo André, no ABC Paulista. A expectativa é que o distrito de Pinheiros se consolide como um dos principais polos de integração metroferroviária fora da região central, reunindo múltiplas linhas de metrô e trem.

O projeto básico está em elaboração, com conclusão prevista para o próximo semestre. Após essa etapa, devem ser lançadas as licitações para os projetos executivos e para as obras. A licença ambiental prévia foi emitida em 2024, e o prazo estimado para a execução é de oito anos.

Diretor da Aneel vota por encerrar contrato da Enel em São Paulo

Decisão ainda depende de quatro votos em reunião marcada para março

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Sandoval de Araujo Feitosa Neto, apresentou voto favorável à recomendação de caducidade do contrato de concessão da Enel Distribuição São Paulo, responsável pelo fornecimento de energia na capital e na região metropolitana. Ele foi o primeiro integrante da diretoria colegiada a se manifestar no processo. A deliberação final depende do posicionamento dos outros quatro diretores da agência, previsto para ocorrer em reunião agendada para 24 de março.

O pedido de encerramento do contrato ganhou força após o apagão registrado em dezembro do ano passado, que deixou cerca de 4,4 milhões de unidades consumidoras sem energia. O Ministério de Minas e Energia, o governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura da capital solicitaram a rescisão da concessão. Embora o serviço seja prestado no âmbito municipal, a competência para romper o contrato é do governo federal, mediante recomendação formal da agência reguladora.

Em seu voto, o diretor-geral apontou que há elementos suficientes para concluir pela prestação inadequada do serviço e defendeu a adoção de intervenção na concessão até que uma nova empresa possa assumir a distribuição. Ele avaliou, ainda, que a gravidade do cenário exige providências para evitar que surjam novas falhas, especialmente diante da recorrência de eventos climáticos severos na área atendida.



Pedido de encerramento do contrato ganhou força após o apagão registrado em dezembro

Relatório técnico elaborado pela área responsável na agência classificou como insatisfatória a atuação da concessionária durante o apagão de dezembro, o terceiro grande blecaute registrado na região desde 2023. O documento apontou fragilidades na capacidade de resposta, baixa produtividade das equipes mobilizadas, redução do efetivo no período noturno e durante a madrugada, além de uso considerado inadequado de equipamentos.

Segundo a análise, embora mais de 1.500 equipes tenham sido disponibilizadas, parte significati-

va não atuava com frequência em ocorrências emergenciais. Também foram identificados indícios de falhas ou deficiência de manutenção na rede elétrica e proporção reduzida de veículos de grande porte para atendimento das ocorrências.

A normalização completa do fornecimento ocorreu apenas na manhã de 16 de dezembro, aproximadamente seis dias após o vendaval que atingiu a região. O levantamento técnico indicou que 32% das unidades afetadas permaneceram sem energia por mais de 24 horas.

Durante o fim de semana sub-

sequente ao evento, houve diminuição do número de equipes em campo, passando de cerca de 1.600 para 1.200, conforme apontado no relatório. A área técnica avaliou que a redução dificultou a execução de serviços mais complexos de recomposição da rede e contribuiu para o aumento das ocorrências atendidas após 24 horas. O documento também registrou períodos de estagnação no avanço dos trabalhos e apontou descompasso entre o regime operacional adotado e o caráter emergencial da situação.

Outro ponto destacado foi a

predominância do uso de veículos leves durante o período crítico de crise, em vez de caminhões de maior porte, considerados mais adequados para determinadas intervenções.

Em outubro de 2024, a agência havia determinado que a concessionária Enel apresentasse um plano de recuperação, com prazo de 90 dias. Esse plano seria voltado à redução do tempo de restabelecimento em casos de tempestades.

A empresa sustenta que cumpre integralmente suas obrigações contratuais e regulatórias e afirma ter implementado melhorias relevantes nos indicadores de atendimento. De acordo com a concessionária, 84% dos clientes afetados em dezembro tiveram o serviço restabelecido em até 24 horas e 95% em até 48 horas. A distribuidora também informa ter reduzido em 66% o percentual de consumidores com interrupções prolongadas entre 2023 e 2025 e afirma que o tempo médio de atendimento a emergências caiu de 832 para 434 minutos no mesmo período analisado pela Enel.

Apesar do plano aprovado e dos dados apresentados pela empresa, a área técnica da agência concluiu que as medidas adotadas não asseguraram qualidade satisfatória na prestação do serviço nem garantem a recomposição do fornecimento em situações com elevado volume de interrupções simultâneas. A decisão final sobre a eventual caducidade do contrato dependerá do resultado da votação do colegiado.

CPI do Metanol da Câmara ouve dono de bar nos Jardins

Richard Lourenço | REDE CÂMARA SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Metanol realizou, nesta terça-feira (24), nova reunião para apurar a origem de bebidas alcoólicas comercializadas na capital paulista. Foram ouvidos Fagne Santos, um dos proprietários do Ministrão Bar, localizado nos Jardins, e Gabriel Marques Pinheiro, diretor-executivo da Abrasel. O estabelecimento foi interditado em setembro de 2025 após o relato de uma cliente que afirmou ter perdido a visão depois de consumir bebidas no local. A vítima já havia prestado depoimento à Comissão anteriormente.

Na condição de convidado, o representante da Abrasel afirmou que o setor de bares e restaurantes foi impactado pela crise envolvendo suspeitas de contaminação por metanol e que o consumo ainda não retornou ao nível anterior. Ele defendeu medidas de transparência na cadeia de fornecedores, incluindo a



Objetivo investigar a procedência de bebidas alcoólicas

consulta a distribuidores homologados pela indústria. Em seguida, o proprietário do Ministrão Bar declarou que possui notas fiscais das bebidas apreendidas e que pretende encaminhá-las à CPI. Informou ainda que confere lacres e lotes dos produtos recebidos. Segundo ele,

laudo realizado no caso apontou resultado negativo para contaminação por metanol. O empresário também afirmou que o estabelecimento não possui seguro específico para danos decorrentes de contaminação química, mas que o tema poderá ser discutido entre os sócios.

CPI do Jockey pede dados sobre finanças

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura a situação do Jockey Club realizou nesta terça-feira (24/2) mais uma reunião para dar continuidade às investigações sobre a regularidade fiscal e imobiliária do hipódromo. O colegiado analisa a condução de débitos tributários, operações envolvendo potencial construtivo e eventual responsabilidade do poder público no caso.

Durante o encontro, os vereadores aprovaram requerimentos solicitando ao clube informações detalhadas sobre processos trabalhistas, regularidade fiscal e imobiliária, além da atual condição financeira e patrimonial da instituição. Entre os pedidos está a apresentação de dados sobre ações trabalhistas em andamento desde 2015, incluindo valores envolvidos e a forma de pagamento de todas as indenizações acertadas.

Outro requerimento deter-

mina o envio de uma planilha consolidada com todas as dívidas atualizadas, a fim de dimensionar o montante total dos débitos. Segundo integrantes da comissão, a intenção é obter um panorama completo das obrigações financeiras do Jockey Clube de SP.

A Comissão também aprovou convite para que a arquiteta Ana Marta Ditolve participe de uma das próximas reuniões. O Colegiado pretende esclarecer, ainda, informações relacionadas a uma possível prestação de serviços ao Jockey. Uma reportagem publicada pelo portal UOL apontou que, durante fiscalização da Prefeitura da cidade de São Paulo, o hipódromo não teria comprovado a destinação de R\$ 61,2 milhões obtidos por meio da Transferência do Direito de Construir (TDC), mecanismo conhecido do mercado imobiliário.

CORREIO GRANDE SP

Letícia Teixeira/GNO Marketing & Publicidade.



Sessão solene homenageou Eduardo Cardoso

São Bernardo homenageia fundador de movimento social

A Câmara Municipal da cidade de São Bernardo do Campo concedeu título de Cidadão São-Bernardense a Eduardo Cardoso, em sessão solene realizada na noite de sexta-feira (20/02), no Plenário Tereza Delta. Proposta pela vereadora Ana do Carmo (PT), conforme o Decreto Legislativo 2.051/25, a cerimônia reconheceu a contribuição do homenageado aos movimentos sociais em defesa do acesso à habitação. Além da parlamentar, compuseram a mesa o homenageado, sua esposa, Girlene Moreira Santos; seu filho, Eduardo Moreira Cardoso Júnior; Luiz Fernando, deputado estadual; Vicentinho, deputado federal; Max Pinho, presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) em São Bernardo do Campo;

Vários convidados na sessão

Também estavam Zilmar Moreira, representante e liderança do Movimento Sem Terra de Luta (MSTL); Humberto Rocha, advogado, representando a 39ª subseção da OAB de São Bernardo do Campo; Benedito Barbosa, advogado e coordenador da Central de Movimentos Populares em São Paulo; Cláudio Venâncio Faria, liderança do Movimento Sem Terra de Luta (MSTL); Cátia Cristina Machado, liderança e uma das fundadoras do MSTL.

Marco Miatelo/Câmara de Barueri



Mais de cem alunos da Emef E. Placêncio compareceram

Barueri homenageia policial local

Mais de cem alunos da Emef Estevan Placêncio estiveram na Câmara de Barueri na terça-feira, 24, para acompanhar a sessão dos vereadores. O motivo da visita, além de conhecer de perto o trabalho dos parlamentares, foi prestigiar uma homenagem prestada à cabo da Polícia Militar Ângela da Guarda Maria de Jesus. A policial se destacou pelo trabalho voluntário há oito anos no Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas) em Barueri e outras cidades da região. Ângela é moradora da cidade de Barueri há mais de 10 anos.

Ângela agradeceu aos vereadores

O programa, realizado nas escolas públicas e particulares da região, forma entre 600 e 800 alunos duas vezes por ano com atividades educativas com o objetivo de prevenir o uso de drogas por crianças e adolescentes. Ao receber a homenagem, Ângela agradeceu aos vereadores pela aprovação e lembrou que atua no Proerd há 20 anos, sendo oito deles em Barueri.

Osasco 1

Audiência Pública da Comissão de Economia e Finanças da Câmara de Osasco, realizada nesta segunda-feira (23), apresentou os resultados fiscais do terceiro trimestre de 2025 em Osasco. Liderada pelo vereador Josias da Juco (PSD), presidente da Comissão, e pelo vereador Alexandre Capriotti (PL).

Osasco 2

A audiência contou com a presença de 10 outros vereadores. Pedro Sotero, titular da Secretaria de Economia e Finanças de Osasco, apresentou os resultados. A Receita total atingiu R\$ 5,3 bilhões ante os 5,16 bilhões verificados em 2024, um aumento de 3%. Aumento foi puxado pela arrecadação de ISS e IR.

Guarulhos I

Uma operação especial de transporte provocou interdições temporárias na Rodovia Presidente Dutra para a passagem de uma supercarreta com cerca de 120 metros de comprimento e 380 pneus. O comboio levou um transformador de 540 toneladas fabricado em Guarulhos até o Porto de Itaguaí, no RJ.

Guarulhos II

O equipamento é o quarto de um total de 14 encomendados para o projeto Neom, iniciativa na Arábia Saudita voltada à construção de uma cidade abastecida por energia renovável. O frete custou cerca de R\$ 2 milhões e exigiu meses de planejamento e autorizações especiais. Ao todo, são 11 metros de comprimento e seis de largura.

Linha 8-Diamante I

Uma ocorrência técnica em um trem fora de operação comercial provocou a interrupção parcial do serviço na manhã desta terça-feira (24) na Linha 8-Diamante, operada pela ViaMobilidade. A circulação ficou suspensa por mais de cinco horas no trecho entre as estações Carapicuíba e Barueri, na Grande SP.

Linha 8-Diamante II

De acordo com a concessionária, a falha foi registrada por volta das 4h e o atendimento foi normalizado às 9h30, após a atuação das equipes de manutenção. O problema atingiu o pantógrafo, equipamento instalado no topo do trem que faz a conexão com a rede aérea de energia, permitindo o fornecimento elétrico.



Interligação com Alto Tietê oferece mais água ao Sistema

Estudo confirma captação no Rio Pequeno

Análise da Universidade de SP atesta segurança hídrica

Da Redação

O Governo de São Paulo apresentou nesta terça-feira (24) os resultados de um estudo técnico que aponta a viabilidade da captação de água no Rio Pequeno, braço da Represa Billings. A análise foi exposta ao Consórcio Intermunicipal Grande ABC pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) e indica que a intervenção é considerada segura do ponto de vista hídrico e ambiental.

O projeto prevê a transferência de até 4 mil litros por segundo para o Sistema Produtor Alto Tietê, por meio de uma adutora com 38 quilômetros de extensão. A iniciativa tem como objetivo ampliar a oferta de água ao Sistema Integrado Metropolitano e reforçar o abastecimento da Grande São Paulo, atendendo aproximadamente 22 milhões de pessoas. O investimento estimado é de R\$ 1,4 bilhão.

O estudo foi elaborado pela Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica, vinculada à Universidade de São Paulo, com base em séries históricas de vazões entre 1930 e 2024. Foram simulados diferentes cenários hidrológicos, incluindo períodos de estiagem severa já registrados no estado. Segundo os dados apresentados, a nova captação apresenta garantia hidrológica integral, indicando disponibilidade de água mesmo em condições críticas.

As simulações também avaliaram o impacto sobre demandas prioritárias, como o abastecimento das cidades do ABC paulista atendidas pelas Estações de Tratamento de Água Rio Grande, Santo André e Ribeirão da Estiva, além da transposição Taquacetuba, responsável por direcionar água ao Sistema Guarapiranga. De acordo com os resultados, esses sistemas manteriam índices de garantia superiores a 98%.

Durante a reunião, representantes do governo estadual destacaram que o empreendimento integra um conjunto de ações voltadas à ampliação da resiliência hídrica diante de cenários de mudanças climáticas. A proposta prevê diálogo com os municípios envolvidos e acompanhamento técnico das etapas de implantação.

Na mesma ocasião, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC passou a integrar o Grupo de Fiscalização Integrada da Billings, instância que reúne órgãos públicos para monitoramento e gestão do manancial. A medida amplia a participação regional nas discussões sobre preservação e uso dos recursos hídricos.

Prefeitos da região ressaltaram a importância de planejamento de longo prazo e da cooperação entre Estado e municípios para fortalecer a segurança hídrica e a gestão ambiental na Região Metropolitana de São Paulo.

Prefeitura de Cotia debate políticas públicas para o autismo em reunião

Encontro reuniu famílias e secretarias para discutir ampliação do atendimento

Divulgação/Prefeitura de Cotia

A Prefeitura de Cotia promoveu, na manhã de segunda-feira (23), reunião com mães e representantes de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) para discutir políticas públicas voltadas à inclusão e ao atendimento especializado no município. O encontro ocorreu na sede da administração municipal e reuniu integrantes do governo, entidades da sociedade civil e familiares.

A reunião foi conduzida pelo prefeito da cidade, Welington Formiga, e contou com a presença da secretária da Mulher, Neurodiversidade e Inclusão, Solange Aroeira, do secretário de Saúde, Roberto Rossato, do secretário de Assistência Social, Celso Itiki, além de servidores municipais e representantes de organizações sociais.

De acordo com a Prefeitura, a iniciativa integra a proposta de ampliar o diálogo com a população e fortalecer a construção de políticas públicas inclusivas. Durante o encontro, foram apresentadas ações e estudos em andamento relacionados ao atendimento de pessoas neurodivergentes.

Entre as medidas destacadas estão visitas técnicas realizadas pela administração municipal a instituições especializadas da região. Segundo o Executivo, o objetivo é conhecer modelos de atendimento e avaliar a viabili-



Prefeito, secretários, representantes da sociedade civil e familiares participaram de encontro

dade de implantação de práticas semelhantes em Cotia.

Outro ponto abordado foi o projeto do Centro da Neurodiversidade, equipamento público planejado para oferecer atendimento especializado a pessoas com deficiência e suas famílias. A previsão informada pela gestão municipal é de que as obras tenham início ainda em 2026, condicionadas aos trâmites técnicos e orçamentários. A proposta integra o conceito de “Cidade Inclusiva”, voltado à ampliação do acesso a serviços nas áreas de

saúde, assistência social, cultura e inclusão profissional.

Durante a reunião, mães e representantes de projetos sociais apresentaram demandas relacionadas ao acesso a terapias especializadas, ampliação da oferta de atendimentos, suporte às famílias e políticas de inclusão de jovens e adultos no mercado de trabalho.

A Secretaria de Saúde prestou esclarecimentos sobre fluxos de atendimento na rede municipal, programas existentes e acesso a medicamentos disponi-

bilizados pelo sistema público, incluindo tratamentos considerados de alto custo. Também foram discutidas orientações sobre encaminhamentos, critérios e acompanhamento dos pacientes. Representantes da administração municipal orientaram entidades e coletivos sobre procedimentos necessários para formalização institucional, etapa considerada fundamental para viabilizar parcerias, convênios e eventuais repasses de recursos públicos. Secretarias municipais apresentaram ainda ações em

desenvolvimento nas áreas de cultura, capacitação profissional e inclusão social. Segundo a gestão, há articulações em andamento com o Governo do Estado para ampliar oportunidades de qualificação profissional e geração de emprego para pessoas com deficiência e familiares.

A proposta da Prefeitura é fortalecer o atendimento intersectorial, integrando diferentes áreas da administração para dar respostas às demandas apresentadas durante o encontro. A gestão informou que a ampliação de serviços dependerá da disponibilidade orçamentária e do planejamento financeiro do município.

Ao final da reunião, foram definidos encaminhamentos considerados prioritários pela administração municipal. Entre eles estão a criação de reuniões periódicas com uma comissão representativa das famílias, a integração entre secretarias para acompanhamento das demandas, o desenvolvimento de ações dentro da capacidade orçamentária e a continuidade do projeto do Centro da Neurodiversidade.

Segundo o prefeito Welington Formiga, o encontro estabelece um canal permanente de diálogo entre o poder público e as famílias, com o objetivo de ampliar a participação social na formulação de políticas públicas municipais.

Guararema amplia atividades esportivas gratuitas em março

Divulgação

A Prefeitura de Guararema amplia, a partir de março, a oferta de atividades esportivas gratuitas com a abertura de novas turmas de ballet infantil feminino, zumba, vôlei de areia e tênis de campo. As modalidades passam a integrar a programação da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Qualidade de Vida, com opções em diferentes períodos do dia. O ballet feminino será oferecido na modalidade iniciação, voltado a crianças de 4 a 6 anos, nascidas entre 2020 e 2022. A zumba é destinada ao público feminino a partir de 16 anos. As inscrições para essas atividades devem ser realizadas na Secretaria de Esportes, Lazer e Qualidade de Vida, na rua D’Ajuda, 60, no bairro Ajuda. Informações pelo telefone (11) 4693-3601.

O vôlei de areia contará com turmas masculinas e femininas



Participantes em atividades esportivas oferecidas na cidade

para participantes a partir de 12 anos, com aulas nos períodos da manhã e da tarde. O tênis de campo, também para ambos os sexos, é destinado a interessados a partir de 17 anos, com turmas no período noturno. As inscrições devem ser feitas na Secretaria do

Ginásio de Esportes Lázaro Germano, na rua José Ramires, 160, no bairro Ipiranga. Informações pelo telefone (11) 4693-8010.

Para participar, é necessário comparecer ao local indicado com documento pessoal e comprovante de residência.

GCM de Diadema flagra descarte irregular

A Guarda Civil Municipal de Diadema registrou no sábado (21) ocorrência de descarte irregular de entulho em via pública. A ação teve início após denúncia acompanhada de vídeo feito por um motorista, que flagrou um caminhão despejando resíduos de obra em área urbana.

De acordo com a corporação, o veículo foi localizado pouco depois do registro. O proprietário foi identificado e encaminhado à delegacia para prestar esclarecimentos. Foi lavrado boletim de ocorrência para apuração de crime ambiental. No âmbito administrativo, a Prefeitura aplicou auto de infração, com multa e apreensão do caminhão.

Em nota, o Paço Municipal informou que tem intensificado a fiscalização contra o descarte clandestino de resíduos. A administração orienta que mo-

radores colaborem com denúncias, registrando imagens, placas e características dos veículos envolvidos. O material auxilia na identificação dos responsáveis e na aplicação das penalidades previstas.

A campanha “Não Seja Porcalhão! Se Sujar, Vai Doer no Bolso!”, lançada neste mês, prevê multas entre R\$ 5.610 e R\$ 28.050, além da apreensão de veículos utilizados na infração. As medidas têm respaldo na Lei Municipal 3.853/2019, que trata do gerenciamento de resíduos sólidos, atualizada pela Lei 4.652/2025.

As denúncias podem ser feitas pelo aplicativo Colab, por e-mail, telefone ou diretamente à GCM e ao Departamento de Limpeza Urbana. A Prefeitura também orienta que o descarte de entulho seja realizado nos ecopontos da cidade.

JORNAL DO TURISMO

POR
SÉRGIO NERY

Rafael Medelima/MTur



1,4 milhão de estrangeiros visitaram o Brasil em janeiro

Brasil inicia 2026 com turismo internacional aquecido

O Brasil começou 2026 com desempenho expressivo ao receber 1,4 milhão de visitantes estrangeiros em janeiro. Dados da Embratur, do MTur e da Polícia Federal mostram que o destino se mantém relevante, mesmo diante de leve ajuste nas comparações anuais. Entre os mercados emissores, destacam-se o aumento de turistas da Europa (+19%), especialmente de países como Portugal, Holanda e Espanha, e também na América Latina, onde Colômbia, México e Chile ampliaram presença. Os indicadores sinalizam não apenas a resiliência do turismo estrangeiro no Brasil, mas também a importância de estratégia contínua de promoção e conectividade internacional para sustentar o fluxo de turistas ao longo do ano.

Retração em janeiro

Os números mostram uma retração de 5,5% no total de turistas estrangeiros em janeiro na comparação com o mesmo mês de 2025. A queda pode ser interpretada com cautela. Ainda que seja um ajuste após o ano recorde de 2025, o Brasil segue com volumes muito superiores aos de 2024, quase 46,5% acima. Há espaço para recuperação ao longo de 2026, se os esforços de promoção e as projeções de crescimento da malha aérea se concretizarem.

Alexandre Macieira/RioTur



Hotéis do Rio de Janeiro com alta ocupação no Carnaval

Hotelaria do Rio bate 99% no Carnaval

O Carnaval 2026 consagrou o Rio de Janeiro, mais uma vez, como um dos grandes motores do turismo urbano. Segundo levantamento do HotéisRIO, a ocupação média da rede hoteleira chegou a impressionantes 99,02% durante as festas, superando os 98,62% registrados em 2025. Bairros tradicionais como Glória, Centro, Botafogo, Ipanema e Leblon figuraram entre os mais procurados, com índices que beiraram a lotação total. A combinação de folia, sol e a hospitalidade carioca garantiu hotéis cheios, impulsionando bares, restaurantes e serviços da cidade.

Turismo faz a folia render

O presidente do HotéisRIO, Alfredo Lopes, avaliou o desempenho da hotelaria como reflexo da capacidade do Rio de Janeiro em transformar os grandes eventos em resultados concretos para o setor. Lopes destaca que a festa envolve uma cadeia econômica que vai da hospedagem à gastronomia, gerando movimento contínuo e estimulando a permanência dos turistas por vários dias.

Receitas

O turismo internacional injetou US\$ 731 milhões na economia em janeiro, o equivalente a R\$ 3,7 bilhões. Segundo o Banco Central, é o terceiro melhor resultado da série histórica. O desempenho é fruto das 1,4 milhão de chegadas registradas no período e reforça o impacto do fluxo estrangeiro no Brasil.

Comparação

A Embratur destacou que os US\$ 731 milhões deixados por turistas em janeiro superam em 50% a receita obtida com a exportação de algodão (US\$ 489 mi) e ultrapassam o açúcar (US\$ 728 mi). A analogia reforça o peso do turismo, mas expõe que o setor ainda é subestimado como gerador de divisas estratégicas.

Senado

Com o fim do recesso, a CDR pode votar o PL 4.368/2023 que proíbe a venda de pacotes com datas flexíveis. A ideia é garantir que o consumidor receba, no ato da compra, informações claras sobre datas, horários e empresas responsáveis, reforçando segurança e transparência nas relações de consumo no turismo.

Conectividade

Também está na pauta da comissão que trata do turismo no Senado a proposta que prevê a redução do custo do transporte aéreo na Região Norte, com estímulo à ampliação da oferta de voos. Trata-se de um gargalo histórico: a baixa conectividade. Com mais acesso, o turismo regional cresce e integra mercados ainda pouco explorados.

Adiamento

O Ministério do Turismo prorrogou por 60 dias o início da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes Digital para meios de hospedagem. A decisão busca aperfeiçoar ajustes técnicos e operacionais antes que a plataforma substitua integralmente o modelo em papel, ampliando a eficiência dos check-ins em todo o país.

Alívio

A extensão do prazo para a FNRH Digital traz alívio ao setor e expõe a dificuldade, sobretudo de pequenos hotéis, de integrar sistemas e treinar equipes para a mudança. A expectativa é que, além de agilizar o registro de hóspedes, o sistema gere dados estratégicos e aumente a segurança no segmento.



São Paulo e Rio de Janeiro se destacam no turismo receptivo

Carnaval traz 300 mil estrangeiros ao Brasil

Alta de 17% gera US\$ 186 milhões e consolida imagem do país

Da Redação

O Brasil recebeu 300 mil turistas internacionais durante o Carnaval de 2026, crescimento de 17% em relação ao mesmo período de 2025. Em apenas sete dias, o volume de visitantes representou cerca de 30% de toda a movimentação internacional registrada em um mês inteiro, consolidando a folia como um dos principais vetores do turismo no país.

O impacto econômico acompanhou o aumento no fluxo de viajantes. A receita gerada alcançou quase US\$ 186 milhões em todo o território nacional. O resultado reforça o peso do Carnaval não apenas como manifestação cultural, mas como ativo estratégico para a economia.

Principal destino do período, o Rio de Janeiro concentrou 110 mil turistas, o equivalente a 36% das chegadas registradas no país. Na prática, quatro em cada dez estrangeiros que vieram ao Brasil para o Carnaval escolheram a capital fluminense.

A cidade também apresentou crescimento de 9% na comparação anual e movimentou aproximadamente US\$ 67 milhões em gastos de visitantes internacionais.

São Paulo aparece na sequência, com cerca de 23,5% do total de turistas estrangeiros no período. A Bahia recebeu 7,5% das chegadas internacionais, enquan-

to Pernambuco registrou 4,9%. Minas Gerais respondeu por 1,5% do fluxo.

Outros destinos espalhados pelo país concentraram 26,6% dos visitantes, evidenciando a diversidade regional da festa e a descentralização da demanda turística.

Para o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, os números refletem o fortalecimento da imagem do Brasil e o desempenho é resultado de uma política ativa de promoção internacional da marca Brasil, que tem na cultura e na natureza seus principais diferenciais competitivos.

Impulso

Com crescimento consistente na chegada de estrangeiros e forte geração de receita em curto espaço de tempo, o Carnaval confirma a capacidade do evento de impulsionar o turismo internacional e ampliar a participação do setor na economia.

A folia também ajudou a sustentar um início de ano positivo para o turismo internacional. Apenas em janeiro, o Brasil recebeu 1,4 milhão de estrangeiros, segundo dados da Embratur, do MTur e da Polícia Federal. Apesar da leve retração de 5,5% frente a 2025, o Brasil segue vivo no imaginário do turista estrangeiro, e o Carnaval se mostra como um ativo cultural raro, que deixa marcas e potencializa a experiência turística.

Fernando Molica

Penduricalhos e mordomias

As listas de penduricalhos que engordam salários de servidores públicos fazem lembrar o terremoto que, em 1976, o jornal O Estado de S.Paulo causou ao revelar o escândalo das mordomias. Eram facilidades, comodidades e abusos desfrutados por integrantes dos altos escalões de Brasília, gente protegida pelo silêncio imposto pela ditadura.

Os jornalistas do Estadão levantaram histórias absurdas, como a da mulher de um diretor do Banco do Brasil que, chateada com a quebra do trinco de sua geladeira, mandou trocar não a peça, mas o eletrodoméstico que pontificava na cozinha de sua residência oficial.

O então secretário-geral do Ministério da Saúde não gostou da decoração do apartamento que lhe fora destinado. Mandou chamar seu decorador favorito, em São Paulo, que projetou novos móveis, todos feitos por encomenda: nossos pais e avós pagaram a conta.

O diretor de um órgão do Ministério dos Transportes teve direito a uma casa alugada; mas o imóvel, veja só, não tinha piscina. Sem problemas, mandou fazer uma, que acabou ficando de brinde para o proprietário.

O lazer em Brasília era escasso. E, aí, como fazer? Superfuncionários de ministérios e de outros órgãos da República deram um jeito e iam, na íntegra, filmes que eram censurados para brasileiros que lhes pagavam os salários.

E aí, tome de “Último tanto em Paris”, “Emanuelle”, “Decameron”, “Laranja mecânica” — este último filme, quando foi liberado, era exibido com bolinhas pretas inseridas na película e que cobriam os órgãos genitais de atores. Os caras de Brasília foram poupados deste ridículo.

A praga das mordomias se espalhava nas estatais e em outros níveis de poder. A reportagem do Estadão

contou que o Tribunal de Contas do Distrito Federal constatara que o governo local comprara, num só dia, 17 quilos de melão, 23 quilos de uva, 14 quilos de ameixa, 11,3 quilos de mamão, 21 caixas de pêssego e 16 dúzias de bananas.

Em 15 de maio de 1974, apenas para a residência do então governador Elmo Serejo Farias, foram adquiridos 270 litros de leite e 6.825 pães franceses, numa multiplicação de proporções bíblicas.

Naquele tempo, a transparência era praticamente zero; e reportagens como aquela, raríssimas. A chegada da democracia e a evolução dos mecanismos de controle tiveram um papel decisivo na mudança de hábitos. Pelo menos, os caras passaram a ser mais cuidadosos, passaram a encontrar atalhos para driblar as novas normas.

O caso dos penduricalhos vai nessa linha. Estabelecido um teto para o funcionalismo público, superfuncionários trataram de transformá-lo em piso. E tome de auxílio disso ou daquilo, de ajuda, de abono, de complemento.

Eles, os beneficiados, têm sempre uma justificativa: falam em defasagem, em falta de reajustes, em necessidade de manter um padrão de vida compatível com suas funções. Alegam o que praticamente todo mundo poderia alegar.

O funcionalismo não é, pelo menos, não deveria ser, lugar de enriquecimento, seus integrantes têm estabilidade, o que não é pouco; riqueza deve ser buscada na iniciativa privada. O serviço público tem que oferecer salários dignos e possibilidades de carreira, mas não vencimentos que chegam a R\$ 2,2 milhões anuais. No fim das contas, mordomias e penduricalhos são filhos de uma sociedade que se orgulha de manter, renovar e multiplicar a desigualdade.

Tales Faria

Flávio nos EUA: Brasil alia-se a “adversários dos Estados Unidos”

No Brasil, o senador e pré-candidato a presidente da República, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), tenta atrair o eleitorado que não é conservador com um discurso menos radical. Chega a usar termos antes condenados pelos bolsonaristas, como quando disse que agora quer o apoio de “todos, todes e todas” para a sua campanha.

Mas em palestra no domingo, 22, nos Estados Unidos, durante um evento da organização de mídia conservadora PragerU, fundada em 2009, o candidato retomou a mesma retórica de quando defendeu uma intervenção do presidente norte-americano, Donald Trump, usando o tarifaço contra os produtos brasileiros.

Em vídeo que ele e seu irmão Eduardo reproduziram no canal do Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=fUQJsshf3aA>), Flávio afirmou com todas as letras:

“O Brasil está se tornando uma plataforma para a influência antiamericana no hemisfério ocidental. Este é o cenário de pesadelos sobre o qual alertamos quando os governos socialistas permanecem no poder: eles não apenas destroem seus próprios países, mas também convidam os inimigos dos Estados Unidos para o nosso hemisfério.”

Flávio acenou com os benefícios que os recursos naturais do Brasil trariam aos EUA para convencer de que é preciso uma intervenção dos norte-americanos sobre os destinos dos brasileiros.

“Temos reservas enormes de minerais essenciais, dos quais os Estados Unidos precisam desesperadamente para a tecnologia de Defesa. Temos minerais essenciais para tudo, de smartphones a jatos de

combate. Agora mesmo, adivinhem quem está tendo acesso a tudo isso: os adversários dos Estados Unidos, enquanto o presidente socialista Lula da Silva faz uma ponte retórica antiamericana e alinha o Brasil com regimes autoritários. Os vastos recursos da nossa natureza estão fluindo para países que querem ver os Estados Unidos fracos.”

Ele disse que o ex-presidente Jair Bolsonaro está preso “em uma cela comum”. Distante milhares de quilômetros dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio também sentiu-se seguro para abandonar o discurso conciliador e voltar a atacar o ministro Alexandre de Moraes. Desta vez dizendo que o ministro transformou o STF em “um lar de corrupção”.

“Porque esse cenário de pesadelo é exatamente o que o Brasil está vivendo hoje. [...] Meu pai, o [ex-]presidente Jair [Bolsonaro], aliado internacional e admirador de Donald Trump, está sentado esta noite em uma cela de prisão comum, não por corrupção, não por violência, não por quebrar qualquer lei real, mas por suas crenças conservadoras, por defender valores tradicionais, por se recusar a se curvar à agenda socialista. O mesmo ministro da Suprema Corte que o prendeu também transformou a mais alta Corte do Brasil em arma de perseguição política e um lar de corrupção. Ele censurou plataformas de mídia social, banuiu vozes conservadoras, ordenou a prisão de jornalistas e reprimiu movimentos de oposição, tudo em nome da defesa da democracia. Isso soa familiar? Deveria, porque é exatamente isso que o estado profundo da esquerda, esse establishment, queria fazer com o Donald Trump.”

Fernando Valente Pimentel*

Agenda da jornada de trabalho deve caminhar junto com produtividade e competitividade

O debate sobre a redução da jornada, que voltou à agenda nacional, merece ser tratado com a seriedade e a profundidade que um tema dessa magnitude exige. Trata-se de uma discussão importante que envolve qualidade de vida, saúde e equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. No entanto, seus impactos ultrapassam a esfera social, pois alcançam diretamente a produtividade, a competitividade das empresas, a geração de empregos formais e o futuro do desenvolvimento econômico do País.

É importante lembrar que o Brasil não parte de um cenário de cargas horárias excessivamente elevadas. Dados recentes indicam que a jornada média efetivamente trabalhada situa-se pouco acima de 39 horas semanais, enquanto na indústria a média gira em torno de 40,2 horas. Ou seja, já existe, na prática, um nível significativo de acomodação decorrente de negociações coletivas, arranjos setoriais e organização produtiva das empresas.

Essa realidade reforça um ponto central: a diversidade econômica e produtiva brasileira torna inadequadas soluções uniformes e rígidas. Setores com operação contínua, forte sazonalidade ou elevada competição internacional, como a indústria têxtil e de confecção, apresentam dinâmicas distintas de atividades predominantemente administrativas ou de serviços. O mesmo se aplica às diferenças regionais, que refletem realidades econômicas, estruturais e sociais variadas.

Por essa razão, o melhor caminho para eventuais ajustes na jornada de trabalho não é a imposição legal uniforme, mas sim a negociação coletiva e os acordos entre trabalhadores e empregadores. Esse instrumento permite acomodar especificidades setoriais e regionais, preservar empregos e garantir soluções equilibradas entre produtividade, competitividade e bem-estar dos trabalhadores. A experiência brasileira demonstra que, quando há espaço para negociação, surgem soluções criativas e sustentáveis.

Outro aspecto essencial é reconhecer que reduções sustentáveis da jornada de trabalho, observadas em economias avançadas, ocorreram em contextos de aumento de produtividade, modernização tecnológica e

reorganização dos processos produtivos. Quando a redução ocorre sem ganhos correspondentes de eficiência, o resultado tende a ser o aumento do custo por unidade produzida, perda de competitividade, informalidade e retração do emprego formal.

Nesse contexto, causa preocupação que propostas de redução da carga semanal de trabalho e extinção do regime 6x1 avancem sem que se inclua, na mesma medida, a discussão sobre a mitigação do “Custo Brasil” e dos encargos que incidem sobre o emprego formal. Os ônus do trabalho no País permanecem elevado quando considerados tributos, encargos sociais, energia e custos logísticos e do capital. Alterações que elevem o valor unitário da produção sem enfrentar esses fatores estruturais tendem a penalizar a indústria, estimular a informalidade e ampliar a substituição por importados.

Além disso, uma discussão com impactos estruturais sobre o custo do trabalho, a organização produtiva e a competitividade nacional não deve ser conduzida de maneira açodada, especialmente em períodos eleitorais. Temas dessa relevância exigem análise técnica aprofundada, diálogo amplo com os setores produtivos e avaliação criteriosa de seus efeitos sobre crescimento econômico, inflação, investimento e geração de empregos de qualidade.

O Brasil precisa avançar no seu desenvolvimento e, com isso, proporcionar maior bem-estar à sociedade. Mas, esse avanço, para ser sustentável, deve caminhar junto com produtividade, inovação e competitividade. A negociação coletiva, o respeito às diferenças setoriais e regionais e a construção gradual de soluções efetivas representam o caminho mais seguro para equilibrar esses objetivos.

Tratar esse tema com responsabilidade é garantir que o País avance socialmente sem comprometer sua capacidade de produzir, competir e gerar oportunidades para milhões de brasileiros.

***Diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).**

CORREIO POLÍTICO

POR
RUDOLFO LAGO

Reprodução YouTube



Bolsonaro pressiona Valdemar a outro tipo de jogo

Valdemar, entre a direita antiga e a nova

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, pode ser chamado de muitas coisas. Menos de representante da direita comprometida com a defesa da chamada “moral e bons costumes”. Não terá sido por isso que ganhou em Mogi das Cruzes (SP), sua cidade natal, o apelido de “Boy” (dizem que foi porque, quando criança, ele era parecido com o garoto filho de Tarzan do seriado da TV). Não terá sido por isso que foi ele quem levou a modelo Lilian Ramos para o camarote onde estava o então presidente Itamar Franco proporcionando a famosa foto da moça sem calcinha. Valdemar é um típico nome da direita tradicional brasileira. Que se molda às mudanças dos ventos políticos para sempre estar no poder.

Bolsonaro é o maior desafio

Ao longo do tempo, Valdemar acostumou-se a correr riscos. Não por acaso, conseguiu estar envolvido com os maiores escândalos tanto do PT de Luiz Inácio Lula da Silva quanto de Jair Bolsonaro. Foi condenado no processo do Mensalão e escapou por pouco de entrar na ação por golpe de Estado julgada pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). A aliança com Bolsonaro e seu núcleo, porém, tem sido o seu maior desafio político.

Lula Marques/Agência Brasil



Chapas puras do PL limitam alianças de Flávio

PL saiu de médio para virar grande

A cartada que Valdemar deu levando para o partido Bolsonaro fez com que o PL pela primeira vez crescesse de partido médio para partido grande. Rivaliza em tamanho com o PSD e o PT. Em diversos aspectos, supera os outros dois. Mas isso obriga Valdemar a ter que domar o espírito de direita mais radical dos bolsonaristas que definitivamente não é o seu. Ao levar Bolsonaro, Valdemar estabeleceu como princípio que não abriria mão do comando do PL. Essa era a condição para que não acontecesse ali o que aconteceu com o PSL.

Controle está sendo perdido

Valdemar, no entanto, está vendo o risco desse controle ser perdido. Envolvido no processo de total autofagia da família Bolsonaro, desde a prisão na Papudinha do patriarca. Os projetos da família não são os projetos de Valdemar. E, na verdade, não parece também haver unidade nos projetos da família, incluídos pai, esposa e filhos.

Bolsonaro

O primeiro ponto é o próprio Jair Bolsonaro. Ele quer se manter como a principal referência de direita mesmo estando preso e inelegível. A partir de terceiros, quer coordenar o processo. Mas derrotar Lula na eleição não parece ser o objetivo principal: está abaixo de não perder a hegemonia da direita.

Supremo

Entra aí o projeto de montar a maior bancada bolsonarista possível no Senado. Para que ela seja capaz de pressionar o STF e produzir processos de impeachment. No fundo, capaz de reverter condenações e outras situações que deixam Bolsonaro encarcerado e fora do jogo oficial da política brasileira.

Flávio e o Rio

O problema disso tudo é que tal projeto atrapalha o caminho do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na sua tentativa de derrotar Lula na eleição presidencial de outubro. Flávio sabe que precisa se ampliar. E não por acaso agiu para que isso acontecesse na chapa fechada no Rio, que une PL, União Brasil e PP.

Centrão

A chapa terá o secretário de Cidades, Douglas Ruas (PL) como candidato a governador. Para o Senado, o governador Claudio Castro (PL) e o prefeito de Belford Roxo, Márcio Canella (União Brasil), para o Senado. Não é uma chapa bolsonarista raiz. Mas Flávio emplacou a mãe, Rogéria Bolsonaro, como suplente de Canella.

Intervenção

Mas não é assim que o barco avança em outros estados. Foi por isso que Valdemar tentou intervir em Santa Catarina para que o governador Jorginho Mello (PL) mantivesse o compromisso para o Senado com Esperidião Amin (PP). O presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), cobrou e ameaça não apoiar Flávio.

Duas vagas

Aliados de Valdemar preocupam-se com a situação. Sabem que, por mais que Bolsonaro queira, o PL não irá fazer as duas vagas para o Senado. A situação limita Flávio e o afasta dos grupos mais moderados. Nesses tempos polarizados, pode até dar certo. Mas nunca foi assim que Valdemar trabalhou.



Derrite rejeitou mudanças do Senado e manteve seu texto

Câmara aprova PL Antifacção mais rígido

Relator manteve texto original e rejeitou versão do Senado

Por Beatriz Matos

Uma no cravo, outra na feradura. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), colocou em votação para esta semana dois projetos que atendem a interesses distintos no tabuleiro político: o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, defendido pelo governo, e o PL 5.582/2025, conhecido como PL Antifacção, bandeira do endurecimento penal encampada pela oposição. Nesta terça-feira, o plenário votou o PL Antifacção. E, na quarta, deverá votar o acordo comercial.

A pauta foi divulgada após articulação com líderes partidários e sinalização prévia de que haveria ambiente para deliberação. No caso do projeto sobre crime organizado, o texto aprovado foi o substitutivo apresentado pelo relator, deputado Guilherme Derrite (PP-SP).

O PL 5.582/2025 foi enviado pelo Executivo e aprovado pela Câmara em novembro de 2025 com um texto mais rigoroso. O Senado promoveu alterações de mérito e devolveu a proposta à Casa no fim do ano passado. Desde então, o projeto tramitava sob urgência constitucional — mecanismo que, após 45 dias sem votação em cada Casa, tranca a pauta e impede a análise de outros projetos de lei.

Na tarde de terça-feira (24), horas antes da votação final, Der-

rite apresentou parecer ao substitutivo do Senado.

Durante a votação, o deputado defendeu a rejeição de trechos considerados “enfraquecedores” do marco legal aprovado pela Câmara e propôs ajustes por meio de emendas de redação.

O texto final mantém a criação de um marco legal específico de combate ao crime organizado, reintroduz o conceito de organização criminosa ultraviolenta — denominada facção criminosa — e preserva penas mais elevadas para líderes dessas estruturas. Também reafirma instrumentos como medidas assecuratórias e regras para destinação de bens apreendidos.

Nos bastidores, a permanência de Derrite na relatoria gerou desconforto na base governista, que defendia um nome mais alinhado à versão do Senado para facilitar consenso. O mal-estar girava em torno de três eixos do texto anterior da Câmara: a criação de um diploma legal autônomo, penas consideradas desproporcionais em alguns casos e a divisão de recursos apreendidos entre União e estados.

No mesmo dia, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou o parecer favorável ao Acordo Provisório de Comércio entre o Mercosul e a União Europeia, mantendo o rito de tramitação do tratado no Brasil. O projeto deve ser votado nesta quarta-feira.

Primeira Turma do STF conclui caso Marielle nesta quarta

Primeiro dia de julgamento na Suprema Corte foi marcado por sustentações orais

Por Gabriela Gallo

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou o julgamento dos cinco réus acusados de planejarem o assassinato da vereadora pelo Rio de Janeiro, Marielle Franco (Psol) e de seu motorista Anderson Gomes, em 14 de março de 2018.

O primeiro dia do julgamento, nesta terça-feira (24), foi marcado pelas sustentações orais, tanto da acusação quanto da defesa. Em duas sessões no colegiado, no período da manhã foram ouvidas as acusações e no período da tarde, os argumentos das defesas.

O julgamento continua na manhã desta quarta-feira (25), a partir das 9h, e a expectativa é que termine na mesma sessão e não se estenda para o período da tarde. Isso porque também está previsto para os onze ministros do STF julgarem em plenário a liminar do ministro Flávio Dino, que suspende os pagamentos dos chamados “penduricalhos” aos três poderes.

São julgados pelo crime de duplo homicídio qualificado: o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ) Domingos Brazão; o ex-deputado federal João Francisco (conhecido como “Chiquinho”) Brazão; o delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro (PCRJ) Rivaldo Barbosa e o ex-policia militar Ronald Paulo de Alves. Todos eles também serão julgados pelo crime de tentativa de homicídio contra a então assessora de Marielle Fernanda Chaves, que estava no carro no dia do atentado e sobreviveu ao tiroteio, mas precisou fugir do país durante um tempo para sua segurança.

O quinto réu do caso é o ex-assessor do TCE Robson Calixto Fonseca (conhecido como “Peixe”). Ele e os irmãos Brazão são julgados por organização criminosa.

Por que STF

O caso é julgado pela Suprema Corte porque um dos alvos, o ex-deputado federal Chiquinho Brazão, estava enquadrado no foro por prerrogativa de função quando foi indiciado. Contudo, na época em que o crime foi cometido, Chiquinho Brazão era vereador pelo Rio de Janeiro. Um dos argumentos de sua defesa foram que o então parlamentar deveria ser julgado pela Justiça do Rio de Janeiro, considerando sua função quando o crime ocorreu e não no STF. O recurso foi negado.

Ao Correio da Manhã, o especialista em direito constitucional do Ibmecc Brasília Tédney Moreira



Rosinei Coutinho/STF

Previsão é que julgamento termine na manhã desta quarta-feira



Valter Campanato/Agência Brasil

Familiares das vítimas assistiram ao julgamento

Azevedo explicou que, uma vez que há uma autoridade com foro por prerrogativa de função entre os réus, “a competência é da Corte por expressa ordem constitucional”.

“Ainda que à época dos fatos o réu não possuísse foro, importou na decisão de fixação da competência do Supremo o exercício do cargo de deputado federal no momento de recebimento da denúncia”, destacou Nauê.

O professor de direito penal do Ibmecc Brasília Tédney Moreira ainda completou que “uma vez fixada a competência do Supremo em razão do foro de um dos réus, ocorreu a chamada atração ou prorrogação de competência em relação aos demais acusados, especialmente quando os fatos foram conexos”.

“Esta medida processual preserva a unidade da instrução e evita decisões conflitantes”, ele disse ao Correio da Manhã.

Ainda que o julgamento tenha começado oito anos após o crime,

Tédney Moreira avaliou a relevância do caso.

“O julgamento não perdeu a sua força política de reparação por violência contra defensores de direitos humanos e de lideranças políticas violentadas por sua adesão ideológica política. É um aceno do País aos tratados e acordos internacionais com os quais se comprometeu, em termos de garantia da reparação jurídica às vítimas de perseguição política”, destacou ao Correio da Manhã o professor de direito penal.

Acusação

No primeiro dia do julgamento, o vice-procurador-geral da República (PGR), Hindemburgo Chateaubriand, defendeu a condenação de todos os cinco réus e completou que “não há dúvida” de que os irmãos Brazão foram os mandantes dos crimes.

Além das condenações penais, ele ainda solicitou o pagamento de “indenização a título de danos

morais e materiais” para os pais de Marielle, Antonio da Silva Neto e Marinete da Silva; para a filha e companheira da vereadora, respectivamente, Luiara Francisca dos Santos e Mônica Tereza Azeredo Benício; ao filho e viúva de Anderson Gomes, respectivamente, Artur Reis Mathias e Ágatha Reis; e em favor da jornalista Fernanda Chaves, que era assessora de Marielle e escapou do atentado.

Defesas

No período da tarde, os advogados de defesa dos réus questionaram a credibilidade de veracidade das delações premiadas dos ex-policiais Ronnie Lessa e Elcio de Queiroz. O advogado de defesa de Ronald Paulo Alves Pereira, Igor Luiz Batista de Carvalho, defendeu a inocência de seu cliente, destacando que o réu é “inimigo” do delator Ronie Lessa. “Ronie Lessa vai construindo a narrativa como melhor lhe convém”, destacou o advogado.

Na mesma linha, os advogados de Domingos Brazão afirmaram que não há provas concretas suficientes que sustentem uma condenação do conselheiro do TCE.

Os advogados de defesa do delegado Rivaldo Barbosa Araújo ainda negaram as acusações de que a nomeação de Rivaldo como chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro não teve influência política dos irmãos Brazão.

Denúncia

Segundo apuração da Polícia Federal (PF), que contou com aval da Procuradoria-Geral da República, o crime foi motivado por disputas de terra no Rio de Janeiro. A denúncia aponta que Rivaldo Barbosa e Ronald Paulo de Alves mantinham vínculos com milícias em regiões do Rio de Janeiro, explorando atividades ilícitas como grilagem de terras, extorsão e cobrança de taxas por serviços clandestinos de segurança.

Paralelamente, os irmãos Brazão expandiam seus negócios e áreas de influência com apoio de milicianos, através do poder político para aprovar normas voltadas à regularização fundiária em áreas dominadas por milícias e loteamentos clandestinos. Diante desse cenário, Marielle Franco teria virado um alvo por ter confrontado diretamente os interesses econômicos e eleitorais do grupo, enquanto parlamentar.

Então, a divisão do crime, segundo denúncia da PGR, foi: Chiquinho e Domingos Brazão foram os mandantes do assassinato; Rivaldo Barbosa é acusado de ajudar na execução do crime e interromper os avanços das investigações; Ronald Paulo teria acompanhado o deslocamento da vereadora para informar o local para executar o crime e Robson Calixto Fonseca é acusado de ter entregado a arma que matou Marielle e Anderson.

Os executores foram os ex-policiais militares Ronnie Lessa, que disparou contra o carro da vereadora com Anderson e Fernanda dentro, e Elcio de Queiroz, o motorista que dirigiu o carro para o tiroteio.

Ambos são réus confessos que firmaram um acordo de delação premiada e detalharam sobre o crime e as pessoas envolvidas no caso, delação foi que apurada pela Polícia Federal (PF). Lessa e Queiroz foram condenados pelos crimes de duplo homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, emboscada e recurso que dificultou a defesa das vítimas), tentativa de homicídio contra Fernanda e receptação do carro usado no crime (um Cobalt prata).

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Divulgação/Governo do Rio de Janeiro



Secretário de Cidades, Douglas Ruas com Cláudio Castro

Chapa do PL no RJ foca na briga contra a capital de Paes

A formação da chapa encabeçada pelo PL no Estado do Rio atendeu a dois critérios principais: buscar o eleitor do interior e da Baixada Fluminense contra Eduardo Paes (PSD), prefeito da capital, e impedir que ele, que conquistou o MDB, avançasse sobre o União Brasil e o PP. Nenhum dos quatro integrantes é carioca: o candidato a governador, Douglas Ruas (PL), nasceu em São Gonçalo; o vice, Rogério Lisboa (PP), em Nova Iguaçu. Márcio Canella (União), que tentará o Senado, nasceu em Belford Roxo, e é o prefeito da cidade.

O atual governador, Cláudio Castro (PL), que também tentará o Senado, foi para o Rio ainda criança, mas nasceu em Santos (SP).

Portinho fora

A formação da chapa deixou de fora o senador Carlos Portinho (PL), que foi eleito suplente em 2018 e herdou a vaga do titular, Arolde de Oliveira, em outubro de 2020. Ex-líder do governo Bolsonaro, atual líder do partido, Portinho queria muito a vaga. Semana passada, esteve com o ex-presidente na prisão e insistiu que seria o melhor representante da direita. Bolsonaro não disse que sim nem que não — e Portinho acabou caroneado.

Carlos Moura/Agência Senado



Senador buscou o apoio de Bolsonaro

Coordenação de campanha

Segundo o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), Portinho estará, ao lado do senador Rogério Marinho (PL-RN), no “primeiro time” da coordenação da campanha de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência. Ele não confirmou se o atual senador disputará uma vaga na Câmara. Portinho dissera à coluna que seu foco era o Senado e não pensara em outra hipótese. Apesar de seu alinhamento com o ex-presidente, Portinho é visto com alguma desconfiança pelo bolsonarismo, pois seria muito comportado.

Julgamento

Apesar de ter sido descartado, Portinho ainda terá chance de disputar o Senado caso Cláudio Castro seja condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral em ação que pede a cassação de seu mandato por suposto abuso de poder na eleição de 2022. Absolvido em primeira instância, ele é acusado de desviar recursos públicos para a contratação de cabos eleitorais. O julgamento será dia 10.

Ex na chapa

Mãe dos três primeiros filhos de Bolsonaro, Rogéria Nantes Braga concorrerá como suplente de Canella. Primeira mulher de Jair, ela herdou parte de seus votos para a Câmara do Rio quando o marido foi eleito deputado federal. Graças ao sobrenome Bolsonaro, ela conseguiu ser vereadora por dois mandatos.

Mãe escanteada

A turbulenta separação do casal fez com que Bolsonaro lançasse o filho Carlos, então com 17 anos, para tentar impedir que a ex-mulher conquistasse um terceiro mandato. A estratégia deu certo: com votos do pai, foi eleito e, já com 18 anos, acabou autorizado a assumir o cargo. A mãe ficou fora.

Esquerda fora

A composição das duas principais chapas que disputarão o eleitor fluminense mostra o pouco prestígio da esquerda no Estado. A única representante do grupo na eleição majoritária deverá ser a deputada Benedita da Silva (PT), que concorrerá a uma vaga no Senado. Nem o Psol deverá disputar uma cadeira.

Glauber

O partido, porém, deverá lançar candidato ao governo do Estado; um dos postulantes à vaga é o deputado Glauber Braga, que foi suspenso por seis meses do exercício do mandato. Em 2002, Bolsonaro venceu Lula em 72 dos 92 municípios do estado; teve 56,53% dos votos no segundo turno, contra 43,47% do petista.

Alternativa

Diante da dificuldade de deputados e senadores votarem contra a redução da jornada de trabalho para viabilizar a escala de duas folgas para cinco trabalhadores, setores do empresariado acenam com a diminuição dos custos de contratação, o que tende a afetar ainda mais a arrecadação da Previdência.

Bloqueio

Outra saída é tentar evitar que a proposta chegue aos plenários da Câmara e do Senado. Na noite de segunda, os presidentes do PL, Valdemar Costa Neto, e do União Brasil, Antônio Rueda, foram claros ao dizer que tentarão impedir a votação da Proposta de Emenda Constitucional que acaba com a escala 6x1.



Vercaro marcou o depoimento após conversa com Renan

Vercaro marca nova data para depor na CAE

Senadores se reuniram com o ministro André Mendonça

Por Beatriz Matos

Depois de anunciar que não compareceria à CPMI do INSS nem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Daniel Vercaro voltou atrás e assumiu novo compromisso com o Senado. O empresário afirmou que estará presencialmente na CAE na próxima terça-feira, às 10h.

A promessa foi feita durante ligação com o senador Renan Calheiros (MDB-AL), coordenador do Grupo de Trabalho (GT) que acompanha as investigações sobre o Banco Master.

Vercaro era aguardado na CPMI na segunda-feira (23) e, no dia seguinte (24), na CAE. Até então, havia dado sua palavra de que compareceria.

No entanto, após o ministro André Mendonça conceder habeas corpus (HC) tornando facultativa sua presença, o banqueiro comunicou que não iria mais.

Como justificativa, ele alegou receio de represálias no voo de São Paulo a Brasília e recusou inclusive transporte em aeronave da Polícia Federal (PF), sob o argumento de que “não é criminoso”.

Com a desistência, o GT do Master se reuniu pela primeira vez com o ministro André Mendonça, o novo relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), para discutir a competência da comissão, os limites para convocação de investigados e o

compartilhamento de informações sigilosas. Antes, os parlamentares haviam dialogado com o ex-relator Dias Toffoli, com o Tribunal de Contas da União (TCU), a Polícia Federal e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Após o encontro no Supremo, os senadores reforçaram a cobrança por acesso aos dados considerados essenciais para o andamento dos trabalhos.

Coordenador do grupo, o senador Renan Calheiros criticou a demora no envio de informações por parte de órgãos de controle.

“Ainda não recebemos as informações do Banco Central que está dependendo de um despacho do relator ministro André e ainda não recebemos, pasme, as informações do Tribunal de Contas da União (...) até agora nós não tivemos o retorno,” pontuou.

Depoimento

Além do acesso aos documentos, a reunião também tratou das condições para a realização do depoimento de Daniel Vercaro.

Segundo os senadores, Mendonça sinalizou que poderá disponibilizar, caso necessário, a estrutura da Polícia Federal — inclusive aeronave — para garantir o deslocamento voluntário do empresário, além de assegurar as condições para a participação da defesa, numa tentativa de afastar qualquer argumento que inviabilize a oitiva.

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES

José Cruz/Agência Brasil



Setores exportadores podem sentir pressão nas margens

Efeito Trump: tarifas elevam pressão sobre exportações

A nova rodada de tarifas anunciada pelo governo dos Estados Unidos trouxe preocupação ao mercado e impacto imediato para o Brasil. Especialistas avaliam que, embora o efeito sobre o PIB nacional seja moderado no geral, setores exportadores podem sentir forte pressão nas margens e nos investimentos. A alternativa, segundo eles, é o crédito estruturado, que é uma modalidade de financiamento personalizada e flexível, desenhada para atender necessidades específicas de empresas, combinando diferentes métodos. Ao contrário de empréstimos bancários tradicionais, ele transforma ativos (como recebíveis, contratos ou imóveis) em instrumentos de dívida negociáveis, permitindo prazos e condições flexíveis.

Nova tarifa iguala condições

Para o presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, o impacto agora está igualado. Ele comparou a nova taxa (15%) com a situação anterior: “Nós estávamos com 50% de tarifas em muitos produtos, e os concorrentes com 10% ou 15%. Agora, fica tudo muito igual e em alguns setores nós ficamos com zero. Como eu destaquei aqui, avião, ônibus, aeronáutica, suco de laranja, celulose, tarifa zero”.

José Cruz/Agência Brasil



Alckmin comparou a nova taxa com a situação anterior

Alternativa para o crédito saudável

Nesse cenário, empresas que dependem do comércio exterior buscam alternativas para manter o caixa saudável. Uma das soluções apontadas por especialistas é o crédito estruturado, que oferece mais flexibilidade para reorganizar dívidas e mitigar riscos comerciais. Segundo Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos, mudanças nas regras do comércio internacional costumam gerar ajustes rápidos nos ativos financeiros. “O impacto aparece primeiro no dólar e na curva de juros”, diz Lima.

Imposição de taxas amplia incerteza

Na mesma linha, Gustavo Assis, CEO da Asset Bank, destacou que a imposição de tarifas amplia a incerteza externa e pressiona diretamente empresas exportadoras. “Embora o efeito sobre o PIB brasileiro deva ser moderado, o impacto setorial pode ser relevante. Nesse cenário, o crédito estruturado tende a ganhar espaço porque oferece alternativas mais flexíveis e customizadas”, avalia.

Startups

Para Antonio Patrus, diretor da Bossa Invest, o efeito também chega ao ecossistema de startups, principalmente pelo canal da confiança e do custo de capital. “Investidores de venture capital tendem a reforçar critérios de governança e disciplina financeira, priorizando modelos mais resilientes”, afirma.

Previsibilidade

“O crédito estruturado oferece previsibilidade e soluções sob medida para empresas que precisam ajustar fluxo de caixa e reorganizar passivos. Para o investidor, a orientação é manter equilíbrio de carteira e reforçar diversificação”, acrescenta o executivo-chefe da Referência Capital, Pedro Ross.

Prêmio

Já Edgar Araújo, da Azumi Investimentos, destacou que o prêmio exigido para ativos sensíveis ao comércio exterior tende a subir. “O impacto sobre o PIB brasileiro será concentrado em segmentos específicos, mas pode afetar confiança empresarial e decisões de investimento”, afirmou.

Correção

“O impacto agregado depende da abrangência das medidas e da capacidade de redirecionamento comercial”, pontua o executivo da Equity Group, João Kepler. Em contraponto, Peterson Rizzo, gerente de RI da Multiplike, avaliou que decisões recentes da Suprema Corte americana reduziram distorções.

Crescimento

“As novas tarifas (aplicadas pelos EUA) elevam a incerteza e podem pressionar setores exportadores, limitando o ritmo de crescimento do PIB brasileiro. Nesse contexto, o crédito estruturado tende a ganhar espaço”, disse André Matos, CEO da MA7 Negócios, para quem o cenário exige postura defensiva.

Revisão

Por fim, Fábio Murad, economista da Super-ETF Educação, reforçou que o risco geopolítico deve ser tratado como variável estrutural: “Momentos como esse não são convite à saída abrupta, mas à revisão estratégica de exposição. Educação financeira é entender que ciclos de tensão criam ruído de curto prazo”.



Filho destacou que o presidente Lula determinou o estudo

Governo Lula estuda Tarifa Zero no transporte

Ministro das Cidades diz que objetivo é enfrentar crise estrutural

Redação

O ministro das Cidades, Jader Filho, afirmou nesta terça-feira (24) que o governo federal estuda a viabilidade de adotar a chamada Tarifa Zero no transporte público em todo o país. A medida, segundo ele, busca enfrentar a crise estrutural dos sistemas de mobilidade urbana, hoje sustentados por um modelo em que usuários e poder público dividem os custos operacionais das empresas de ônibus.

Durante participação no programa Bom Dia, Ministro, transmitido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Filho destacou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou ao Ministério da Fazenda a elaboração de um estudo econômico para avaliar alternativas de financiamento.

“Se vamos avaliar a implementação da tarifa zero, precisamos saber de onde virão os recursos e qual será o tamanho da despesa”, declarou, ressaltando que qualquer proposta dependerá de diálogo com estados e municípios.

Modelo falido

O ministro classificou o modelo atual como “falido” e defendeu uma discussão nacional sobre novas formas de custeio. Ele lembrou que, em outubro passado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já havia

informado que sua equipe realizava uma “radiografia do setor” para examinar possibilidades de financiamento e ampliar a gratuidade, prática já adotada em mais de uma centena de cidades brasileiras, sobretudo de pequeno e médio porte.

Debate legislativo

Paralelamente ao estudo do Executivo, a Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência para análise do Projeto de Lei nº 3278/21, que cria o marco legal do transporte público coletivo urbano. A proposta, já aprovada no Senado, prevê uma rede integrada entre União, estados e municípios, além de mecanismos para destinar recursos orçamentários à cobertura de gratuidades e tarifas reduzidas.

O relator da matéria na Câmara, deputado José Priante (PMDB-PA), destacou que o texto separa a tarifa paga pelos passageiros da remuneração das empresas, que deverão cumprir metas de desempenho e qualidade.

A medida, segundo ele, busca evitar que os usuários arquem com custos não diretamente ligados à prestação do serviço.

Com a discussão avançando tanto no Executivo quanto no Legislativo, o tema da Tarifa Zero ganha força como possível marco na reorganização do transporte público brasileiro.

INSS: R\$ 1,4 bi em atrasados serão pagos no início de março

Pedro França - Agência Senado

Justiça libera mais um lote de RPVs para quem ganhou ações contra o INSS em janeiro

Por Martha Imenes

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que ganharam processos judiciais contra o órgão em janeiro vão receber R\$ 1,4 bilhão em atrasados. Os valores são referentes a revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios. Ao todo o Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou R\$ 1,8 bilhão em todo o país para quitar dívidas gerais, inclusive com servidores.

O depósito deve ocorrer até o início de março, em contas abertas em nome do beneficiário na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil.

No caso do INSS, a liberação beneficia cerca de 87 mil segurados que venceram 65,3 mil processos judiciais relacionados à concessão ou revisão de benefícios previdenciários.

Esses pagamentos serão feitos por meio de Requisições de Pequeno Valor (RPVs), que abrangem dívidas de até 60 salários

mínimos — o equivalente a R\$ 97.260 em 2026. Valores maiores viram precatórios, que são pagos apenas uma vez por ano.

Importante: os atrasados são destinados apenas a pessoas que ganharam ações em janeiro e cujas decisões já transitaram em julgado, ou seja, não cabem mais recursos. No caso do INSS, os valores correspondem a diferenças retroativas de benefícios, seja por revisão — quando o segurado comprova que recebia menos do que deveria — ou por concessão, quando o Judiciário reconhece o direito inicial ao benefício.

Como verificar

O segurado pode verificar se tem direito ao pagamento acessando o site do Tribunal Regional Federal (TRF) responsável pelo processo. No campo “Valor inscrito na proposta” é possível conferir o montante a ser recebido. Quando o depósito é realizado, o sistema indica “Pago total ao juízo”.



No caso do INSS, a liberação beneficia cerca de 87 mil segurados que venceram 65,3 mil processos

Liberação por tribunal

*** TRF da 1ª Região** (sede no DF com jurisdição: DF, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO e AP)

Geral: R\$ 527.963.611,22

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 380.608.873,76 (17.033 processos, com 19.826 beneficiários)

*** TRF da 2ª Região** (sede no RJ com jurisdição: RJ e ES)

Geral: R\$ 159.572.235,21

Previdenciárias/Assistenciais:

R\$ 85.873.540,69 (3.860 processos, com 5.289 beneficiários)

*** TRF da 3ª Região** (sede em SP com jurisdição: SP e MS)

Geral: R\$ 221.514.364,62

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 127.892.614,92 (4.026 processos, com 5.223 beneficiários)

*** TRF da 4ª Região** (sede no RS com jurisdição: RS, PR e SC)

Geral: R\$ 515.156.124,01

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 437.462.566,28 (21.996 pro-

cessos, com 29.999 beneficiários)

*** TRF da 5ª Região** (sede em PE com jurisdição: PE, CE, AL, SE, RN e PB)

Geral: R\$ 242.082.744,75

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 193.410.882,10 (9.465 processos, com 15.871 beneficiários)

*** TRF da 6ª Região** (sede em MG com jurisdição em MG)

Geral: R\$ 187.869.845,46

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 169.208.914,78 (8.924 processos, com 10.796 beneficiários)

Contas externas têm saldo negativo de US\$ 8,36 bilhões em janeiro, diz BC

Arquivo

O Banco Central informou que as contas externas do Brasil registraram déficit de US\$ 8,36 bilhões em janeiro, resultado melhor que o observado no mesmo mês de 2025, quando o saldo negativo foi de US\$ 9,81 bilhões nas transações correntes — que englobam comércio de bens e serviços, além de transferências de renda com outros países.

Segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, a melhora é explicada pelo aumento de US\$ 2,1 bilhões no superávit comercial, impulsionado pela queda das importações em diversos setores, reflexo da desaceleração da atividade econômica. Também contribuiu a redução de US\$ 581 milhões no déficit de serviços. Por outro lado, houve avanço de US\$ 1,3 bilhão no déficit de renda primária, que inclui pagamentos de juros, lucros e dividendos.

Nos 12 meses encerrados em janeiro, o déficit acumulado em transações correntes somou US\$ 67,55 bilhões, equivalente a 2,92% do PIB. O resultado representa melhora em relação ao período anterior, quando o déficit foi de US\$ 72,42

bilhões, ou 3,35% do PIB.

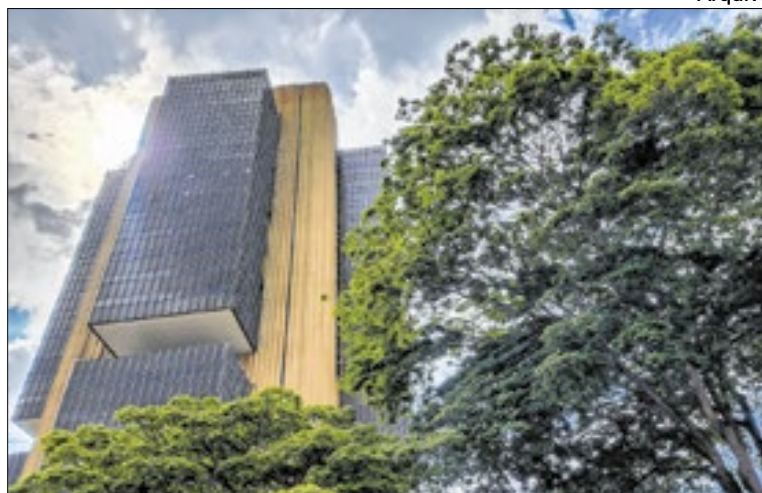
Com esse desempenho, o Brasil mostra sinais de ajuste nas contas externas, ainda que a redução das importações reflita um cenário de menor dinamismo econômico.

Investimentos

De acordo com Fernando Rocha, as transações correntes apresentam cenário bastante robusto e tendência de redução no déficit em 12 meses desde setembro de 2025. Segundo ele, o déficit externo está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país (IDP), que têm fluxos e estoques de boa qualidade.

O IDP somou US\$ 8,168 bilhões em janeiro deste ano, ante US\$ 6,708 bilhões em igual mês de 2025. Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam ser investimentos de longo prazo.

Em 12 meses até janeiro, esses



BC: déficit acumulado em transações correntes é de US\$ 67,55 bi

investimentos diretos acumularam US\$ 79,137 bilhões (3,42% do PIB), ante US\$ 77,676 bilhões (3,41% do PIB) no mês anterior e US\$ 72,798 bilhões (3,37% do PIB) no período encerrado em janeiro de 2025.

Segundo Rocha, esses resultados em 12 meses mostram a solidez da economia brasileira, totalmente financiada pelo IDP.

No caso dos investimentos em carteira no mercado doméstico, houve entrada líquida de US\$ 8,867 bilhões em janeiro, a maior desde ju-

lho de 2018. Nos 12 meses encerrados em janeiro, esses investimentos somaram ingressos líquidos de US\$ 24,9 bilhões.

Já o estoque de reservas internacionais atingiu US\$ 364,367 bilhões em janeiro, aumento de US\$ 6,134 bilhões em comparação ao mês anterior.

Transações correntes

Em janeiro deste ano, as exportações de bens totalizaram US\$ 25,282 bilhões, com redução de 1,2% em relação ao mesmo mês de 2025.

Enquanto isso, as importações chegaram a US\$ 21,766 bilhões, com queda de 10% na comparação com janeiro do ano passado.

Com os resultados de exportações e importações, a balança comercial fechou com superávit de US\$ 3,516 bilhões no mês passado, ante o saldo positivo de US\$ 1,396 bilhões em janeiro de 2025.

O déficit na conta de serviços — viagens, transporte, aluguel de equipamentos, serviços de telecomunicação e de propriedade intelectual, entre outros — atingiu US\$ 3,972 bilhões no mês passado, redução de 12,8% ante os US\$ 4,553 bilhões em igual período de 2025.

No caso das viagens internacionais, o déficit na conta fechou em US\$ 1,453 bilhão, 48,4% acima do registrado em janeiro de 2025. Isso é resultado da redução de 9,3% (total de US\$ 731 milhões) nas receitas — que são os gastos de estrangeiros em viagem ao Brasil — e de aumento de 22,4% nas despesas de brasileiros no exterior, para US\$ 2,184 bilhões.

Com informações da Agência Brasil

CORREIO JURÍDICO

POR
MARTHA IMENES

Divulgação



Avraham Dichi, da Bayit, comenta resultados do setor

Leilões judiciais ganham espaço na modalidade virtual

Os leilões judiciais, antes restritos a sessões presenciais, estão ganhando espaço online. Para se ter uma ideia, em 2025, o Brasil registrou 183,6 mil imóveis em leilão, um crescimento de quase 35% em relação ao ano anterior. O valor total de avaliação chegou a R\$ 158 bilhões, segundo dados da Auket, que monitora diariamente o mercado com base em informações de quase mil leiloeiros. Em 2025, o leilão de imóveis no Brasil alcançou 183,6 mil unidades, um crescimento de 34,9% em relação ao ano anterior. O valor total de avaliação desses ativos chegou a R\$ 158 bilhões, alta de 56,3%, segundo dados da Auket, ferramentas de análise financeira que apresenta indicadores de mercado.

Novo perfil de compradores

São Paulo lidera o volume de acessos a portais de leilão de imóveis, com mais de 886 mil visitas, seguido por Minas Gerais e Paraná. A faixa etária predominante é de 25 a 34 anos, seguida por pessoas entre 35 e 44 anos. Para Dichi, esse dado mostra que os leilões deixaram de ser um nicho e se tornaram uma alternativa real de acesso à moradia: “Mais de 66% dos compradores buscam imóveis para uso próprio”, diz Avraham Dichi, da plataforma Bayit.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Procurador-Geral da República, Paulo Gonet

Posse no CNMP

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) realizou na segunda-feira, 23 de fevereiro, o ato solene de posse e recondução de conselheiros que irão compor a instituição nos próximos dois anos. Representando o Ministério Público Militar, tomou posse o procurador de Justiça Militar Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues. Conduzida pelo presidente, Paulo Gonet, a cerimônia ocorreu na sede do CNMP, em Brasília, e contou com a presença do procurador-geral de Justiça Militar, Clauro Roberto de Bortolli.

Méritos necessários

Em sua fala, o procurador-geral Paulo Gonet assegurou que os conselheiros apresentam todos os méritos necessários ao pleno desempenho de suas funções. “O país pode estar seguro de que nos novos conselheiros e nos conselheiros reempossados temos o que há de melhor para o desempenho das atividades constitucionais do CNMP”, concluiu Gonet.

Prisões em MT

A Justiça de Mato Grosso determinou que o governo adote medidas urgentes para corrigir problemas estruturais, racionamento de água e denúncias de maus-tratos em unidades prisionais. A decisão, assinada pelo desembargador Orlando de Almeida Perri prevê multa diária de até R\$ 100 mil em caso de descumprimento.

Tutela coletiva

O recurso foi convertido em tutela coletiva e estendido para Penitenciária Central do Estado e Penitenciária Feminina Ana Maria May (Cuiabá); Centro de Ressocialização Industrial Ahmenon Lemos Dantas e Centro de Ressocialização de Várzea Grande; Penitenciária Major Eldo Sá Corrêa e Cadeia Pública Feminina (Rondonópolis).

Irregularidades

Entre as irregularidades apontadas estão: fornecimento de água apenas três vezes ao dia, por 15 a 30 minutos, restrição ou suspensão do banho de sol; uso de celas vedadas como punição, com relatos de desmaios; infestação de ratos, baratas e carrapatos e revistas vexatórias, inclusive em mulheres e crianças.

Mínimo existencial

O desembargador destacou que a decisão não exige a construção de presídios de alto padrão, mas sim o cumprimento do “mínimo existencial civilizatório”, garantindo dignidade aos detentos. Além da multa de até R\$ 100 mil, foi fixada penalidade diária de R\$ 10 mil de forma solidária e pessoal ao secretário de Justiça, aos diretores das unidades.

Decisão do TJMG I

A atriz e produtora cultural Paloma Alecrim, 29, diagnosticada com ELA (esclerose lateral amiotrófica), teve negado o acesso a atendimento domiciliar. Aparelhos que ela usa para funções básicas, como respirar, podem ser recolhidos após a revogação de liminar que obrigava a cobertura pelo plano de saúde.

Decisão do TJMG II

Com a revogação da liminar, a Unimed comunicou que os equipamentos deveriam ser recolhidos. Entre eles cadeira de rodas, aparelho de ventilação não invasiva (BiPAP), guincho de transferência e colchão pneumático. Ela relata que depende desses recursos para mobilidade, posicionamento e suporte respiratório.



Discussão foi interrompida após pedido de vista do ministro Fux

Corte decidirá sobre escritura de imóvel fora do SFI

Em 2024, resoluções do CNJ restringiram o uso do instrumento

Por redação

Impacto para consumidores

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou a análise de um caso que pode definir se é obrigatória a escritura pública em contratos de compra e venda de imóveis com alienação fiduciária fora do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

A discussão começou em sessão virtual da Segunda Turma, na última sexta-feira (13), mas foi interrompida após pedido de vista do ministro Luiz Fux. Ainda não há prazo para retomada do julgamento.

O processo envolve a aplicação da Lei 9.514/1997, que prevê a possibilidade de realizar transações por escritura pública ou por instrumento particular com efeitos equivalentes. Em 2024, no entanto, resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) limitaram o uso do instrumento particular apenas às entidades autorizadas a operar no SFI.

O relator do processo, ministro Gilmar Mendes, votou pela manutenção da lei, defendendo que cartórios não podem recusar o registro de contratos atípicos com alienação fiduciária firmados por particulares, desde que cumpram os requisitos legais. O ministro Dias Toffoli acompanhou o voto, enquanto Fux pediu mais tempo para analisar o caso. Não há prazo para retomada do julgamento.

Em dezembro, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça, divulgou um parecer que reforça a importância da escritura pública em transações imobiliárias. O documento foi elaborado a pedido do deputado Kiko Celeguim (PT-SP) e destaca que o instrumento não deve ser visto apenas como uma formalidade burocrática, mas como uma garantia essencial de segurança jurídica.

Segundo a Senacon, a escritura pública cumpre papel fundamental ao assegurar transparência contratual e proteger consumidores contra cláusulas abusivas. O parecer ressalta que o instrumento contribui para o esclarecimento jurídico, oferecendo informações qualificadas e permitindo maior compreensão do conteúdo dos contratos. Além disso, possibilita um controle prévio de irregularidades e reduz significativamente o risco de práticas predatórias no mercado imobiliário.

A secretaria argumenta que, ao exigir a escritura pública, o consumidor passa a contar com uma camada adicional de proteção, já que o tabelião exerce função pública de fiscalização e validação dos negócios. Esse processo garante que o contrato esteja em conformidade com a legislação vigente e que os direitos das partes sejam preservados.

Entidades cobram manutenção de decisão sobre supersalários

Ministros Flávio Dino e Gilmar Mendes se posicionaram contra penduricalhos

Por Martha Imenes

O Supremo Tribunal Federal (STF) volta a ser palco de intensos debates sobre os supersalários no Judiciário e no Ministério Público, em meio a decisões recentes que buscam reforçar o teto constitucional. A iniciativa do ministro Flávio Dino, que impôs medidas concretas para limitar pagamentos acima do teto, e a decisão do ministro Gilmar Mendes, suspendendo verbas indenizatórias não previstas em lei – os chamados penduricalhos, valores agregados aos vencimentos criam os supersalários – mobilizaram a sociedade civil.

Vinte organizações da sociedade civil divulgaram uma carta aberta pedindo que o plenário da Corte mantenha as medidas, destacando que os supersalários custam R\$ 20 bilhões por ano e beneficiam apenas 1,34% do funcionalismo. O julgamento definitivo está marcado para esta quarta-feira (25) e é visto como uma oportunidade histórica para enfrentar privilégios e reafirmar que “ninguém está acima da Constituição”.

A iniciativa é da Coalizão pelo Fim dos Supersalários, liderada pelo Movimento Pessoas à Frente, e reúne entidades como Transparência Brasil, JUSTA, República.org, Movimento Brasil Competitivo, Fundação Tide Setubal, Transparência Internacional – Brasil, entre outras.

Desde 2025, a Coalizão pelo Fim dos Supersalários vem alertando para os impactos dos pagamentos além do teto. Em fevereiro de 2026, o grupo enviou ofício ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedindo veto integral a



Marcelo Camargo/Agência Brasil

STF julga liminar de Dino que proibiu os penduricalhos

“Manter a decisão do ministro (Flávio) Dino é reafirmar que ninguém está acima da lei”

Jessika Moreira

trechos de projetos que criavam novos “penduricalhos” para servidores do Congresso e do Tribunal de Contas da União. O pedido foi atendido, e Lula vetou os dispositivos em 18 de fevereiro.

Regra de transição

O Supremo e o Congresso decidiram elaborar em conjunto uma proposta de regra de transição para regulamentar o pagamento das chamadas verbas indenizatórias, conhecidas como penduricalhos, do serviço público. O formato ainda não está definido, mas a iniciativa busca evitar que complementos salariais ultrapassem o teto constitucional (R\$ 46,3 mil), o que configuraria ilegalidade.

“O ministro Flávio Dino abre uma oportunidade histórica para regulamentar de forma efetiva o teto constitucional e interromper a corrida por pagamentos indevidos acima do limite definido pela Constituição”, afirma o documento.

“O STF tem agora a chance de afirmar que o teto é regra, não ponto de partida”

Magno Karl

As organizações também analisam projetos em tramitação no Congresso. O PL 2.721/2021 é criticado por ampliar distorções, ao classificar como indenizatórias verbas

que têm natureza remuneratória e deveriam estar submetidas ao teto. Já os PLs 3.328/2025 e 3.401/2025 são apontados como alternativas mais consistentes, por restringirem exceções e estabelecerem critérios objetivos para caracterizar verbas indenizatórias.

O que dizem representantes

■Jessika Moreira (Movimento Pessoas à Frente): “Os supersalários corroem a confiança da população no Estado. Manter a decisão do ministro Dino é reafirmar que ninguém está acima da lei.”

■Magno Karl (Livres): “O STF tem agora a chance de afirmar que o teto é regra, não ponto de partida para dribles remuneratórios.”

■Fernanda de Melo (República.org): “Pagamentos acima do teto concentram R\$ 20 bilhões por ano em apenas 1,34% do funcionalismo. É privilégio institucionalizado.”

■Tatiana Ribeiro (Movimento Brasil Competitivo): “Combater distorções fortalece a governança e contribui para um setor público mais eficiente.”

■Juliana Sakai (Transparência Brasil): “O limite constitucional virou decorativo para membros do Judiciário e Ministério Público. Essa lógica é insustentável.”

■Luciana Zaffalon (JUSTA): “Em 11 estados, o orçamento das instituições de Justiça cresceu acima do orçamento geral, fenômeno estrutural que não pode ser tratado como casos isolados.”

Fim de penduricalhos está na reforma

Leonardo Sá/Agência Senado

A proposta de reforma administrativa relatada pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) traz medidas específicas para enfrentar os supersalários no serviço público. O texto, protocolado na Câmara em 2025, reúne cerca de 70 mudanças voltadas para modernizar a gestão pública e eliminar privilégios.

Entre os pontos centrais está a extinção de supersalários, com regras mais rígidas para limitar remunerações acima do teto constitucional.

A proposta também prevê:

■Fim de férias superiores a 30 dias para servidores;

■Revisão de verbas indenizatórias que hoje funcionam como “penduricalhos” e permitem ganhos acima do teto;

■Critérios objetivos para caracterizar benefícios, evitando que parcelas remuneratórias sejam mascaradas como indenizatórias;

■Maior transparência na composição salarial e digitalização dos sistemas de controle;

■Regras mais claras para concursos e progressões de carreira, reforçando meritocracia.

Pedro Paulo afirma que sua proposta está alinhada às recentes decisões do STF, que sus-

penderam pagamentos extras fora da lei e reforçaram a autoridade do teto constitucional.

“O objetivo é corrigir distorções históricas e dar previsibilidade ao gasto público, sem penalizar a maioria dos servidores que já recebem dentro das regras”, diz Pedro Paulo.

Apesar do avanço técnico, o relator reconhece que o ambiente político é desfavorável em ano eleitoral. Ele critica a falta de apoio do governo federal e alerta que, sem pressão da sociedade, a reforma corre risco de ficar paralisada no Congresso.



Abertura do ano legislativo reuniu parlamentares, membros do governo e do Judiciário

CORREIO NO MUNDO

Reuters/Folhapress



Ações dos presidentes impactaram na remilitarização

Trump e Putin fazem Europa puxar gasto militar global

Mesmo com uma pequena queda temporária na gigantesca despesa dos Estados Unidos com defesa, o gasto militar global cresceu em 2025, mantendo o maior patamar histórico desde a Segunda Guerra Mundial. O crescimento ante 2024 foi de 2,5% em termos reais, chegando a US\$ 2,63 trilhões - ou R\$ 13,58 trilhões, cerca de R\$ 1 trilhão a mais que PIB do Brasil estimado para 2025. Quem puxou a alta foi a Europa, região que registrou recordistas 12,7% de aumento no dispêndio com suas Forças Armadas. É o que aponta a 67ª edição do Balanço Militar, o mais completo raio-X do setor de defesa no mundo, publicado na terça (24) pelo britânico Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS).

Trump catalisa processo militar

O gasto europeu é cortesia de dois presidentes, Vladimir Putin e Donald Trump. O russo vinha alterando a percepção de risco no continente desde que anexou a Crimeia, em 2014, mas isso explodiu com a invasão total da Ucrânia, que completou quatro anos também nesta terça. Se isso acendeu alertas e colocou em marcha a remilitarização europeia, foi o americano quem catalisou o processo ao voltar ao poder no ano passado.

Daniel Torok/ Casa Branca



EUA lideram o ranking de gastos com militarização

Alemanha aumenta gasto militar

Ele cumpriu sua promessa de passar a conta do apoio ocidental a Kiev para os europeus, zerando seu envio de ajuda e fazendo os colegas comprar suas armas para fornecer aos ucranianos. E antagonizou-se com os aliados continentais na Otan, ameaçando inclusive tomar a Groenlândia da Dinamarca à força. Com tudo isso, o gasto europeu disparou, puxado principalmente pela Alemanha. Em 2024, Berlim havia gasto US\$ 88 bilhões (R\$ 455 bilhões), em valores corrigidos, em 2025 foram US\$ 107,3 bilhões (R\$ 555 bilhões), com muito mais por vir.

Alemanha ultrapassa o Reino Unido

Com isso, os alemães ampliaram a vantagem sobre o quinto lugar no ranking, o Reino Unido. O resultado desse processo é que a Europa passou de 17% da fatia mundial desse gasto em 2022, quando houve a invasão, para 21,4% meros três anos depois. É um grande aumento, em especial numa área em que contratos são de longuíssimo prazo.

Por Igor Gielow (Folhapress)

Anistia

A Justiça da Venezuela libertou 91 presos políticos desde a aprovação da anistia na última quinta-feira (19), segundo o balanço mais recente divulgado nesta terça-feira (24) pela organização venezuelana de direitos humanos Foro Penal. Até segunda-feira (23), o número de libertados era de apenas 65.

Cifra distante

Apesar do aumento, a cifra ainda está distante dos mais de 1.500 pedidos apresentados à Justiça venezuelana. Segundo o diretor-presidente da organização, Alfredo Romero, com a nova leva de solturas, 545 presos já deixaram unidades prisionais em todo o país desde a prisão do ditador Nicolás Maduro.

Interina discorda

Já o regime liderado por Delcy Rodríguez afirma que quase 2.200 pessoas foram libertadas de prisões venezuelanas ou tiveram outras restrições legais retiradas. O chavismo nunca reconheceu oficialmente a existência de presos políticos nem forneceu lista de nomes. E a anistia não é automática.

Abrangência

Antes desta nova leva de pessoas libertadas pela lei da anistia, havia quase 650 pessoas presas, de acordo com o Foro Penal. Especialistas questionam o alcance da legislação aprovada, já que centenas de detidos, como militares envolvidos em atividades tidas como “terroristas”, podem ficar de fora da lista de soltura.

Nevasca nos EUA

Uma tempestade de neve deixou mais de 40 milhões de pessoas sob alertas meteorológicos no nordeste dos Estados Unidos. A nevasca castigou a região durante a noite, afetando mais de 8.000 voos e deixando centenas de milhares de residências e estabelecimentos comerciais sem energia elétrica.

Voos atrasados

O prefeito de Nova York, Zohran Mamdani, ordenou que motoristas “não essenciais” não circulassem até o meio-dia e fechou as escolas. Autoridades de Nova Jersey e Rhode Island emitiram restrições semelhantes. O FlightAware, um site de rastreamento de voos, informou que 5.683 voos foram cancelados e 2.703 atrasados.



Nicolás Maduro está preso nos Estados Unidos desde janeiro

Venezuela aciona ONU por soltura de Maduro

Delcy Rodríguez pediu à ONU a libertação imediata do ditador

A Venezuela solicitou às Nações Unidas a libertação “imediata” do ditador deposto Nicolás Maduro, preso nos Estados Unidos. O pedido é feito em paralelo à libertação de presos políticos no país, resultado de uma lei de anistia promulgada pela líder interina Delcy Rodríguez.

Maduro foi capturado em uma incursão dos Estados Unidos em 3 de janeiro, que incluiu bombardeios em Caracas e outras regiões vizinhas.

Sua esposa, Cilia Flores, também foi detida na mesma operação. Ambos enfrentam julgamento por tráfico de droga em Nova York, onde o venezuelano se declarou “prisioneiro de guerra”.

A Venezuela exige “a libertação imediata, pelo governo dos Estados Unidos, do presidente constitucional da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro Moros, e da sua esposa, a primeira-dama Cilia Flores”, declarou o chanceler Yván Gil perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Após o ataque dos EUA, Delcy, a então vice, assumiu o poder no país e reverteu a relação tensa com o presidente Donald Trump. Ela cedeu o controle da indústria petrolífera, iniciou um processo de libertação de presos políticos que precedeu uma anistia geral decretada em 19 de fevereiro e ordenou o fechamento da prisão de Helicoide, apontada por observadores como um centro de tortura.

O regime anunciou o início das reformas no presídio para transfor-

má-lo em um centro social e esportivo para a polícia. Ativistas pedem que ela seja transformada em um museu memorial.

“Os direitos humanos não podem ser instrumentos de guerra política, não podem ser seletivos, não podem depender de alinhamentos ideológicos”, declarou o ministro das Relações Exteriores em Genebra, pedindo o fim das sanções contra a Venezuela. “A Venezuela não está aqui para se esquivar de responsabilidades”, afirmou. “Somos um Estado comprometido com o fortalecimento de nossas instituições.”

Em uma série de mudanças no gabinete nesta segunda, Delcy demitiu Camilla Fabri, esposa de Alex Saab, que é acusado de ser operador financeiro de Maduro. Saab foi preso em Cabo Verde em 2020 e extraditado para os EUA em outubro de 2021. Retornou para a Venezuela em uma troca de prisioneiros e ingressou no regime em outubro de 2024. Delcy o exonerou em janeiro. Ele era responsável pelo Ministério da Indústria e também pelos investimentos internacionais.

A chefe da diplomacia da União Europeia, Kaja Kallas, afirmou na segunda-feira que propôs ao bloco a suspensão das sanções contra Delcy, após os parlamentares venezuelanos terem aprovado a lei de anistia.

“Se haverá consenso, veremos. Ainda não sabemos”, disse. Na última sexta, o ministro das Relações Exteriores da Espanha, José Manuel Albarés, instou a UE a prosseguir com essa medida.

Guerra da Ucrânia mudou todo o planeamento militar do planeta

Conflito entre Rússia e Ucrânia completou quatro anos sem previsão de acabar

Reuters/Folhapress

Conflito tido como impensável há pouco mais de uma década, a Guerra da Ucrânia entrou na terça-feira (24) em seu quarto ano dando trabalho aos planeadores militares no mundo todo.

As lições do fracasso russo em emular o modo americano de fazer guerra no século 21, obtendo uma vitória rápida baseada na combinação de ataques aéreos e movimento blindado decisivo, vêm sendo objeto de estudo e reflexão.

A mudança mais óbvia é aquela decorrente da revolução dos drones. Tendo surgido como aviões de combate sem piloto, os robôs foram se tornando cada vez menores e mais letais nas linhas de frente, e vitais nos ataques kamikaze de longa distância.

“É uma evolução semana a semana”, disse à Folha o russo Alexei Tchadaiev, criador de um revolucionário drone guiado por fibra óptica. A IA (inteligência artificial) já é um lugar-comum na zona da morte, as faixas de 25 km a 50 km de largura entre as linhas de batalha.

“Nela, nada vive”, conta por mensagem o soldado ucraniano Valeri, que perdeu dois terços da companhia em que servia na região de Zaporíjia (sul).

Com isso, o emprego dos blindados foi redesenhado. Eles ainda são vitais para a ocupação de território, mas isso só ocorre quando a artilharia e os drones conseguiram abrir brechas nas defesas. Mais velocidade e menos peso também são fatores importantes.

Não por acaso, a nova geração do mítico tanque pesado americano Abrams, que foi revelada no fim do ano passado, já adota diversas soluções tiradas da prática na Ucrânia.



Invasão russa à Ucrânia remodelou as estratégias de defesa dos principais países do mundo

A torre, a exemplo do modelo russo Armata, é totalmente automática, sem soldados expostos. E há uma parafernália antidrone já embutida no blindado, que deverá ser até dez toneladas mais leve do que a versão atual e trazer um motor híbrido diesel-elétrico.

Dono da força mais poderosa da história, o governo dos Estados Unidos passou recibo no ano passado acerca de seu atraso no campo dos drones, lançando um programa ambicioso para se equipar rapidamente.

Hoje, fabricantes de modelos menores são desafiados a apresentar sua viabilidade produtiva em até duas semanas. Mais que isso, estão eliminados. Tal pressão levou à criação do primeiro esquadrão de drones suicidas para ataques de

longa distância no Oriente Médio, em dezembro.

Os modelos, baseados no desenho iraniano do Shahed-136, que a Rússia emprega com várias versões suas na Ucrânia, já viram ação no ataque que capturou Nicolás Maduro em Caracas no começo de janeiro. A previsão de gasto com defesa para 2026 inclui quase R\$ 50 bilhões para essas tecnologias.

A China está fazendo o mesmo, e no desfile militar dos 80 anos do fim da Segunda Guerra no ano passado, apresentou um verdadeiro mostruário de drones - para ataque, vigilância, pequenos, enormes.

Na Europa, a revolução dos drones levou governos a se mobilizar. A Polónia, que viu os russos testarem sua defesa com incursões supostamente acidentais de aviões-

-robôs, firmou uma parceria com Kiev e deverá comprar tecnologia dos vizinhos em apuros.

Mas é no continente que outro fator central da invasão iniciada por Vladimir Putin há quatro anos, que deixou segundo estimativas cerca de 500 mil soldados mortos em ambos lados, mostra seu impacto: a visão de uma guerra de atrito que lembra mais as trincheiras ensanguentadas da Primeira Guerra Mundial (1914-18).

Em vez da velocidade ao ritmo de videogame das guerras da virada do século 21, começando com o ataque americano ao Iraque em 1991, o que se vê é um grande moedor de carne humana em ação com pouquíssimos avanços: Putin tem tomado territórios lentamente no leste e sul do vizinho.

Mesmo com muito menos recursos humanos, os ucranianos seguem com a vantagem da defensiva e até retomaram alguns quilômetros quadrados na semana passada, cortesia do colapso da comunicação na frente russa devido ao veto de Elon Musk ao sinal de seus satélites da rede Starlink a terminais que não sejam do governo ucraniano no país.

Com essa realidade, os membros europeus da Otan estão recorrendo a soluções mais tradicionais: a Polónia, os Estados bálticos e a Finlândia deixaram a convenção que vetava o uso de minas antipessoais e planejam um esquema para coalhar suas fronteiras com essas armas rapidamente.

A Alemanha, que tem puxado o gasto militar no continente depois que Trump deixou claro que a conta da guerra era um problema europeu, além de prever mais de R\$ 2 trilhões em armamentos, quer aumentar seu efetivo em 45% até 2035.

Tão importante quanto, busca elevar de 35 mil para 220 mil o número de reservistas. “Os russos têm conseguido atrair até 35 mil soldados a cada mês, a maior parte com contrato. Isso é essencial numa guerra de atrito”, afirma análise do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres.

“É impossível segurar esse ritmo de rolo compressor”, queixou-se na segunda (23) o ex-chefe das Forças Armadas de Volodimir Zelenski, seu provável rival numa eleição presidencial, Valeri Zalujni, que é embaixador no Reino Unido.

Por Igor Gielow
(Folhapress)

Guadalajara tem ruas vazias e saques após morte de megatraficante

Guadalajara, capital do estado de Jalisco e uma das maiores cidades do México, viveu na segunda (23) um dia de ruas vazias, suspensão de serviços e saques a comércios. O estado está sob código vermelho, decretado pelo governo local após a morte de Nemesio Rubén Oseguera Cervantes, conhecido como El Mencho, líder do Cartel Jalisco Nova Geração (CJNG).

O megatraficante foi morto no domingo (22) durante uma operação das forças federais na cidade de Tapalpa, no sul do estado.

Sua morte desencadeou uma onda de ataques atribuídos ao cartel, levando as autoridades a ativarem o protocolo de alerta máximo, que prevê restrições à circulação e reforço do policiamento diante do risco à segurança pública.

Em meio ao clima de instabilidade, foram registrados saques a lojas, agências bancárias e outros estabelecimentos comerciais. Para a polícia local, os crimes foram cometidos por pessoas que não necessariamente têm ligação direta com o cartel.

Os principais alvos foram lojas de conveniência. Apenas a rede OXXO teve 81 unidades afetadas nesta segunda-feira. A reportagem percorreu algumas lojas da companhia mexicana e encontrou todas fechadas. Moradores locais também relataram casos de saques a casas em áreas da periferia da cidade.

O governo de Jalisco afirma ter detido 20 pessoas por envolvimento em atos de violência, como incêndio de veículos e confrontos armados contra autoridades. Outras 21 foram presas sob suspeita de participação em saques. O número de mortos no estado passa de 60, incluindo 25 integrantes da Guarda Nacional, cerca de 30 suspeitos ligados a grupos criminosos e uma mulher civil.

As autoridades recomendam que a população permaneça em casa e saia apenas em caso de necessidade. Ainda no domingo, o transporte público foi totalmente suspenso em toda a região metropolitana de Guadalajara, que reúne nove municípios e mais de 4,5 milhões de habitantes. As aulas em escolas e universidades também seguem suspensas.

A onda de violência impactou também as atividades religiosas em Jalisco, justamente na primeira semana da Quaresma, em um país com 77% de católicos. No domingo, igrejas emitiram comunicados suspendendo missas, além de convocarem os fiéis para rezar pela paz no país. “Diante das situações de violência que geram incerteza e temor, como Igreja queremos

oferecer caminhos concretos para conservar a paz do coração e manter viva a esperança”, afirmou em redes sociais o cardeal José Francisco Robles Ortega, arcebispo de Guadalajara.

Em comunicado, o governador de Jalisco, Pablo Lemus Navarro, afirmou que cerca de 2 mil militares da Secretaria da Defesa Nacional foram enviados ao estado para reforçar as ações de vigilância. “Paulatinamente, recuperaremos as atividades e os serviços, como o transporte público e o retorno às aulas”, disse o governador, que também pediu que a população atue com prudência e acompanhe apenas informações divulgadas por canais oficiais.

Por Jefferson Batista
(Folhapress)

CORREIO ESPORTIVO

Rafael Bello/Comitê Olímpico Brasileiro



Presidente Lula receberá o medalhista Lucas Pinheiro

Após ouro, Lucas Pinheiro vai encontrar presidente Lula

Dono da primeira medalha da história do Brasil nos Jogos Olímpicos de Inverno, Lucas Pinheiro Braathen vai fazer uma visita rápida ao país na sexta-feira, pouco antes de embarcar para duas etapas da Copa do Mundo de esqui alpino. Lucas conquistou a medalha de ouro no slalom gigante do esqui alpino nos Jogos Olímpicos de Inverno de Milão-Cortina.

Lucas vai ter um encontro com o presidente Luis Inácio Lula da Silva. O evento será na sexta-feira pela manhã, em Brasília.

A recepção do governo brasileiro é comum e já ocorreu com outros medalhistas. Devem participar ainda diretores do COB, assim como o presidente Marco La Porta.

Lucas vai disputar Copa de esqui

Lucas deve ficar pouco tempo no Brasil, antes de embarcar de volta para a Europa e retomar a rotina das competições. Em março, ele vai participar de duas etapas da Copa do Mundo de esqui alpino. A primeira será na Eslovênia, nos dias 7 e 8, e, depois, na Noruega, nos dias 24 e 25. Depois, em abril, ele retornará ao Brasil e ficará mais tempo com a família e atendendo a uma demanda de mídia e patrocinadores.

Rafael Bello/ COB



Pinheiro recebeu do COB a premiação dos medalhistas

Compromissos com patrocinadores

Lucas cumpriu compromissos profissionais na Itália, após a participação nas Olimpíadas. O esquiador participou de algumas ações de marcas como Corona e Osklen. O esquiador recebeu, no último dia 20, a premiação do Comitê Olímpico do Brasil (COB) pela medalha. Ele ganhou um cheque no valor de R\$ 350 mil.

Filho de mãe brasileira e pai norueguês, Lucas nasceu em Oslo (NOR) e passava férias no Brasil durante a infância. O atleta completará 26 anos no dia 19 de abril. O esportista foi alfabetizado em norueguês e em português.

Origem de Lucas Pinheiro

“Minha mãe me ensinou português em casa mesmo e assim que comecei na escolinha na Noruega, falava metade norueguês e metade português - e ninguém estava entendendo! Estava uma bagunça mesmo”, contou ao Olympics.com. Ele começou no esqui aos nove anos, incentivado pelo pai e virou especialista no slalom e slalom gigante.

Por Alexandre Araujo e Paulo Favero (Folhapress)

Mais reforços

Com novos reforços chegando, a Ponte Preta não vai parar por aí. A ideia da diretoria, de acordo com o coordenador técnico João Brigatti, é contratar mais sete jogadores para “fechar” o elenco para a temporada no futebol nacional. O dirigente reconheceu a dificuldade financeira, mas garantiu que irá trabalhar para superá-las.

Paulinho fica

Paulinho, executivo de futebol do Mirassol, recebeu uma nova proposta tentadora para assumir o cargo no Cerro Porteño. O clube paraguaio ofereceu um contrato de dois anos e um salário alto. No entanto, o dirigente recusou novamente a investida do Cerro por acreditar no projeto do Mirassol.

Santos desiste

O Santos desistiu do acordo com a casa de apostas ZeroUm, que fez proposta de R\$ 80 milhões para estampar a marca no espaço nobre da camisa do Peixe. A negociação foi encerrada após o departamento de compliance do clube alegar preocupação com a empresa, que ainda não tem regulamentação do Ministério da Fazenda.

Patrocinador máster

O Corinthians renovou o contrato com sua patrocinadora máster, a casa de apostas Esportes da Sorte. O novo vínculo é válido até o final de 2029, e renderá ao clube R\$ 150 milhões fixos por ano, com gatilhos acionados por metas cumpridas, como conquista de títulos e classificações para torneios, que podem aumentar o valor para R\$ 200 milhões.

Julgamento I

Os julgamentos de Abel Ferreira e Luigi, do Palmeiras, por ações no clássico contra o Corinthians foram adiados pelo Tribunal de Justiça Desportiva de São Paulo. Eles estavam marcados para terça (24). Abel foi expulso por “desrespeitar” o árbitro com “palmas sarcásticas” e pode pegar até seis jogos de suspensão.

Julgamento II

Enquanto isso, Luigi será julgado por acertar uma bolada em um torcedor do Corinthians na comemoração do gol da vitória. O jogador poderá pegar até seis jogos de suspensão, caso o tribunal entenda que ele agiu de má fé. No entanto, os julgamentos ainda não tiveram suas novas datas definidas.



Casa do Guarani pode receber a final do Campeonato Paulista

São Paulo fecha parceria pelo Brinco de Ouro

Caso avance à final do Paulista, Tricolor jogará em Campinas

Por Valentin Furlan (Folhapress)

Novorizontino na tabela geral.

De olho numa possível decisão do Campeonato Paulista, a diretoria do São Paulo entrou em acordo com a do Guarani para usar o Brinco de Ouro da Princesa, estádio do clube de Campinas, para uma possível final do campeonato.

Tudo acordado

Os clubes paulistas entraram em acordo nas últimas horas, ainda antes da definição do mando da semifinal. O acordo já estava encaminhado, em meio à ‘trinca’ de shows do AC/DC que o Morumbis receberá nos dias 24 e 28 de fevereiro e 4 de março.

O estádio, inclusive, agendou uma troca de gramado para depois do último evento, como a reportagem revelou. Organizadora dos shows, a Live Nation arcará com todos os custos.

O São Paulo só terá mando de campo se avançar, porém, à final. Nas semifinais, o time enfrentará o Palmeiras, que ostenta melhor campanha, no gramado sintético da Arena Barueri, em jogo único.

O embate acontece neste domingo, às 20h30 (de Brasília). O vencedor enfrentará Novorizontino ou Corinthians na decisão do Estadual.

A final acontece em confrontos de ida e volta. O São Paulo só poderia decidir em casa se enfrentasse o Corinthians na decisão, já que não consegue alcançar

Opções consideradas

O Tricolor estudou outras possibilidades para jogar. A prioridade era jogar na capital paulista, visto que a parceria com o Santos para mandar jogos do São Paulo na Vila Belmiro na temporada passada trouxe uma logística mais complicada para torcedores e para o próprio time.

Diante deste cenário, outro tradicional palco do futebol paulista surgiu como possibilidade: o Pacaembu.

No entanto, além do alto valor cobrado pela gestora do estádio, o fator preponderante para excluir o Pacaembu das opções foi o gramado.

Após a privatização e reforma, o Pacaembu adotou o controverso gramado sintético, que é defendido pela diretoria do Palmeiras, mas criticada por atletas e representantes dos demais clubes paulistas na Série A.

E como o São Paulo conta com Lucas Moura, um dos principais representantes desse “movimento” contra o gramado sintético, no elenco, o Pacaembu não foi visto como opção viável.

Dessa forma, o Brinco de Ouro, na vizinha Campinas, apareceu como uma boa oportunidade, já que consegue comportar cerca de 18 mil torcedores, tem uma base forte de torcida do São Paulo na cidade e tem um bom gramado natural.

Com percalços no caminho, Trio de Ferro chega às semifinais do Campeonato Paulista

Palmeiras, Corinthians e São Paulo avançaram às semifinais. Santos ficou pelo caminho

Corinthians, Palmeiras e São Paulo cumpriram seu papel e colocaram integralmente o chamado Trio de Ferro nas semifinais do Campeonato Paulista. Já o Santos, em nova campanha decepcionante, ficou pelo caminho, castigado pelo Novorizontino no último minuto.

Ficaram desenhadas, assim, as semifinais do torneio estadual, com duelos de jogo único marcados para o próximo fim de semana. No sábado (28), às 20h30, o Novorizontino receberá o Corinthians no estádio Jorge Ismael de Biasi, em Novo Horizonte. No domingo (1º), às 20h30, o Palmeiras mandará o jogo contra o São Paulo na Arena Barueri, em Barueri, já que o Allianz Parque, em São Paulo, está reservado para shows.

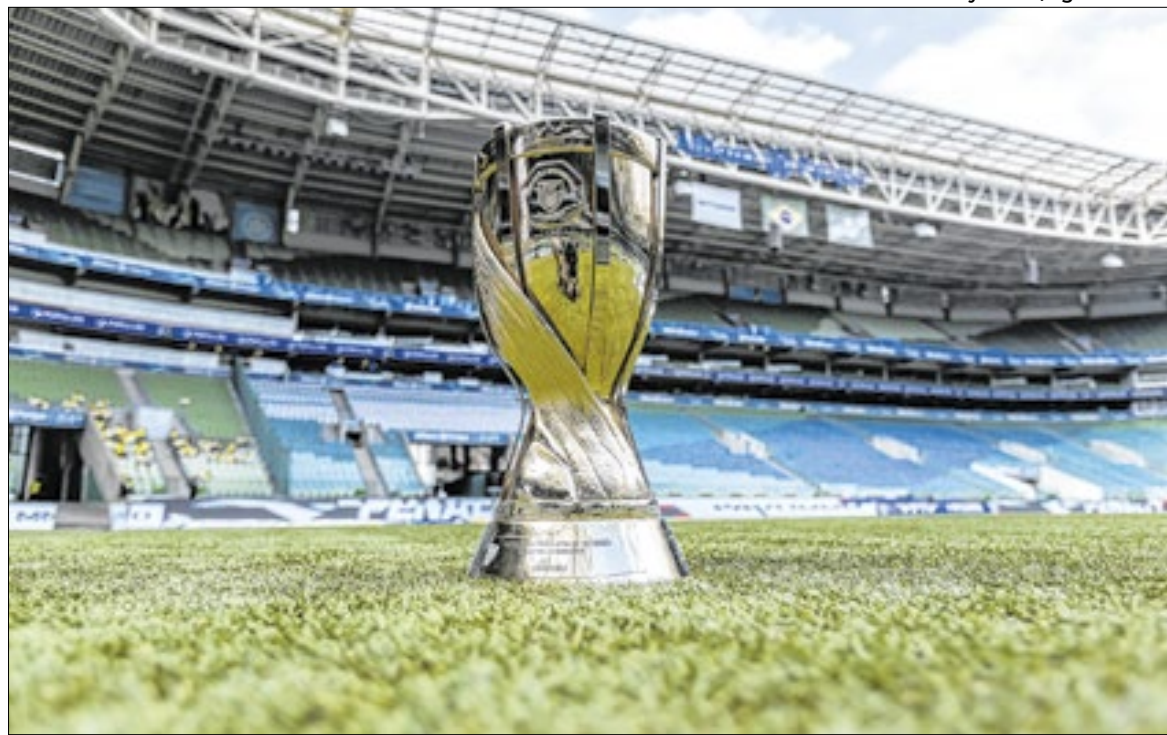
Foi acidentado o caminho dos três grandes à penúltima etapa da competição. Eles tiveram de superar percalços de diferentes naturezas para juntar-se ao surpreendente dono da melhor campanha.

No caso do São Paulo, a trepidação superou os limites das quatro linhas. Há pouco mais de um mês, em um dia de operação policial contra um suposto esquema de venda ilegal de camarotes para shows no estádio do Morumbi, Julio Casares renunciou à presidência -e foi substituído por Harry Massis Junior.

No mesmo dia, a equipe tricolor perdeu em casa para a Portuguesa, e os torcedores mais pessimistas passaram a ver o rebaixamento como uma possibilidade real. Os comandados de Hernán Crespo, porém, fizeram o suficiente para obter a sexta colocação da primeira fase e, nas quartas de final, bateram o Bragantino por 2 a 1 em um jogo duro em Bragança Paulista.

“Pensar o que acontece no campo é a parte mais fácil”, disse Crespo, após a classificação. “O problema é que tivemos problemas fora de campo. A gente tentou focar o trabalho, mas não era fácil.”

O adversário do São Paulo nas



Jhony Inácio/Ag. Paulistão

Três dos “quatro grandes” de São Paulo avançaram para as semifinais do Campeonato Paulista 2026

semifinais vive estabilidade muito maior, porém a vitoriosa era Abel Ferreira vem de sua primeira temporada sem título. E, no mês passado, o Palmeiras teve sua derrota por pior placar desde a chegada do técnico português, em 2020: 4 a 0 para o Novorizontino.

“Não posso mentir, é um golpe duro”, disse na ocasião o treinador, criticado por ter adotado em Novo Horizonte uma escalação com al-

guns garotos. Ele foi novamente questionado por parte dos torcedores, algo de que se lembrou após outro 4 a 0, a vitória sobre o Capiariano nas quartas.

“Quero dizer para nossa torcida: quando jogamos juntos, somos mais fortes. Se jogamos todos juntos... Já chega jogar contra nossos adversários. Muitos torcem contra. Peço aos palmeirenses que joguem junto”, afirmou.

No Corinthians, Dorival Júnior não precisa fazer esse apelo. Ele só tem elogios para a Fiel, que ganhou no último domingo (22) o sofrimento que tanto aprecia. O alvinegro buscou aos 48 minutos do segundo tempo um empate por 1 a 1 com a Portuguesa, no Canindé, em São Paulo, e contou com o goleiro Hugo para avançar nos pênaltis às semifinais.

A equipe vem de títulos recentes na Copa do Brasil e na Supercopa do Brasil, porém a maratona de jogos está cobrando seu preço. Jogadores importantes acabaram de voltar de lesão, caso de Breno Bidon, ou ainda estão fora, caso de Yuri Alberto.

Dorival teve de usar reservas geralmente pouco acionados, como o centroavante Pedro Raul, e não se surpreendeu com a dificuldade enfrentada no Canindé. “Sabíamos que seria assim em função do desgaste. Tivemos mais uma semana pesada”, observou.

Esta semana será também pesada, com visita ao Cruzeiro na quarta (25), pelo Campeonato Brasileiro, antes do embate com o Novorizontino, que está na Série B nacional -ainda não iniciada- e vem dedicando-se exclusivamente ao Paulista. A formação do interior tem 70,4% de aproveitamento no certame estadual e chega às semifinais com o moral elevado após o triunfo por 2 a 1 sobre o Santos definido em cabeceio de Léo Naldi aos 51 minutos do segundo tempo.

“Não fomos uma equipe que enfrentou um gigante como o Santos e ficou atrás. Buscamos o jogo”, declarou o técnico Enderson Moreira, que insinuou favorecimento da arbitragem ao time maior e embarcou na onda do “fair play financeiro” -seu próximo rival tem dívida perto dos R\$ 3 bilhões e recentes punições por inadimplência.

“Às vezes, as equipes que mais investem, mais trazem jogadores, mais pagam salários exorbitantes, são aquelas que não cumprem em nada aquilo que foi proposto. Isso dói na alma, porque o projeto do Grêmio Novorizontino é muito bem-feito e temos que competir no mesmo bolo”, afirmou Enderson.

Nas quartas de final, ele derubou o Santos, de Neymar. Nas semifinais, terá pela frente o Corinthians, de Memphis Depay.

Por Marcos Guedes (Folhapress)

Associação de torcidas propõe jogo-teste e fim gradual da torcida única em São Paulo

A Anatorg (Associação Nacional das Torcidas Organizadas) prepara uma proposta formal para o fim da torcida única nas partidas envolvendo Corinthians, Palmeiras, Santos, São Paulo, Guarani e Ponte Preta. O modelo prevê uma retomada gradual, controlada e experimental da presença de visitantes nos estádios.

A restrição foi imposta em abril de 2016 pela Secretaria da Segurança Pública com anuência de outros órgãos, após uma série de confrontos antes e depois do jogo entre Palmeiras e Corinthians pelo Campeonato Paulista.

O documento foi elaborado pelo advogado da entidade, Renan Bohus da Costa, e será encami-

nhado à Polícia Militar, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e à Federação Paulista de Futebol. A reportagem teve acesso ao texto, entregue na segunda-feira (23) ao delegado Cesar Saad, da Drade (Delegacia de Repressão aos Delitos de Intolerância Esportiva), da Polícia Civil.

Entre as sugestões está a realização de um jogo-teste com participação controlada de torcida visitante, sob acompanhamento dos órgãos competentes. Pela proposta, até 10% da capacidade do estádio seria destinada ao setor visitante -percentual dotado no estado antes do veto e compatível com padrões internacionais de segurança, segundo a Anatorg. Nessa fase

inicial, o estádio não seria dividido igualmente entre as torcidas.

A venda de ingressos seria rastreável e priorizaria torcedores associados oficialmente ao clube visitante e membros cadastrados de torcidas organizadas formalmente reconhecidas, com identificação prévia, respeitadas as exigências da Lei Geral do Esporte. A medida visa garantir controle individual de acesso e responsabilização em caso de incidentes. A proposta também não descarta, em um primeiro momento, a venda exclusiva de ingressos para idosos, crianças e pessoas com deficiência.

O deslocamento dos visitantes até o estádio partiria de um ponto de encontro definido em conjun-

to com o 2º Batalhão de Polícia de Choque, responsável pelo planejamento, escolta e policiamento em dias de jogos na capital paulista.

Para o advogado Renan Bohus Costa, a proposta representa uma atualização da política pública, não uma reversão dela. “O que estamos propondo não é um retorno irresponsável ao passado, mas uma atualização da política pública à luz da tecnologia e da responsabilidade individual. A torcida única foi uma resposta emergencial em determinado contexto”, afirmou.

“Hoje, com sistemas de reconhecimento facial, videomonitoramento inteligente e integração de dados, é possível identificar e punir quem comete ilícitos sem

penalizar coletivamente milhares de torcedores”, acrescentou.

O delegado Cesar Saad confirmou a reunião e a classificou como institucional. “O projeto trata da revisão do modelo atual e propõe uma retomada gradual da torcida visitante nos estádios, dentro de critérios técnicos e operacionais que precisam ser analisados com responsabilidade”, disse.

Saad destacou ainda que a Drade considera o diálogo com torcidas organizadas fundamental para o amadurecimento do debate público e reafirmou a disposição da delegacia para contribuir dentro de suas atribuições legais.

Por Paulo Eduardo Dias (Folhapress)

PINGA-FOGO

■ CADÊ OS DEPUTADOS ESTADUAIS? NÃO SE CONSTRÓI COMEÇANDO PELO TELHADO - Foi a primeira chapa majoritária estadual da direita a ser anunciada de forma completa no país. O estado do Rio saiu na frente. PL na cabeça da chapa e uma vaga do Senado, com Progressistas de Vice e União com a segunda vaga do Senado. Quem apostava em um racha da direita naufragou. Foi uma conversa e na mesa uma posição estratégica com muitas pesquisas. Nada por impulso.

■ Ao definir Douglas Ruas (PL) como candidato a governador, o experiente Rogério Lisboa como vice, o governador Cláudio Castro (líder nas pesquisas) e Márcio Canelas na outra vaga ao Senado, a composição eliminou o efeito Washington Reis na chapa de Eduardo Paes. Ele ficou reduzido a um pedaço da Baixada e os três maiores colégios eleitorais na mão da chapa que vai fazer oposição.

■ Um telefonema de Eduardo Paes ao Dr Luizinho tentou atrair, até o último minuto, a Federação União Progressista. Fez de tudo e, como revelou a coluna na edição de terça, 24, ofereceu de bandeja a vaga de vice, já anunciada para Jane Reis do MDB. O nome de Rogério Lisboa foi oferecido em várias conversas e ele seria ungido por Paes.

■ A pergunta que não quer calar é: Douglas Ruas, um deputado estadual desconhecido, terá chance de vitória contra um prefeito de capital de vários mandatos e o queridinho da Globo? A análise do publicitário Paulo Vasconcelos animou a turma da direita. Ele é uma página em branco, com rejeição zero e com ingredientes que podem ser dourados em uma campanha eleitoral. Em junho de 2025, a coluna Magnavita publicava: “Bem casado, com uma família bonita, com excelente desempenho no Executivo como secretário de Habitação, oriundo de um dos maiores colégios eleitorais do estado, é um nome que precisa ser tratado com o maior respeito pelo lastro eleitoral que traz. O PL fluminense está coeso com ele.”

■ Um fato que pesou é sua experiência na área de segurança, um dos calcanhares de Aquiles de Paes. Tanto o capitão Nelson, prefeito de São Gonçalo, como Douglas, são oriundos da área policial. Pré-requisito que vai ser explorado na campanha eleitoral.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita



Fotos CM

Reunião partidária em Brasília que decidiu a chapa majoritária da direita não incluiu um protagonista importante: um representante dos deputados estaduais. Não se constrói uma casa começando pelo telhado

A pressa é inimiga... da terceira idade

É incompreensível o que ocorre nos aeroportos brasileiros com a pressa das companhias aéreas, querendo acelerar o tempo em terra dos seus voos, prejudicando exatamente os passageiros que são prioridade por lei: terceira idade, crianças e PCDs

■ Veja o registro no último dia 12 de fevereiro, na semana que antecedeu o Carnaval, em Viracopos, no voo da Gol com destino ao Rio.

■ A aeronave não havia nem encostado no finger e o embarque da terceira idade fora iniciado. Foi formada uma fila com idosos, dois cadeirantes e famílias com filhos pequenos.



Filas sendo formadas antes do embarque



Mãe brinca com filho enquanto aguarda

■ Todos ficaram em pé esperando a aeronave encostar, abrir a porta, desembarcar 184 passageiros para, depois de 20 minutos, iniciar o embarque.

■ Esta pressa prejudica exatamente aqueles que, por lei, deveriam receber um tratamento

especial. Uma verdadeira tortura e descaso com pessoas que necessitam de assistência especial. Na foto, uma mãe brinca com os filhos e todos aguardam em pé.

■ Cadê a fiscalização da ANAC? Cadê a fiscalização

ção do próprio aeroporto de Viracopos? O correto era liberar o finger depois do desembarque de todos passageiros e da limpeza da aeronave. Lamentável este descaso com a terceira idade por parte da GOL.

■ O que seria um passeio para Eduardo Paes começa a virar uma disputa eleitoral acirrada na questão numérica e dos colégios eleitorais onde ele perde força. A sua escolha por Washington Reis, que terá a irmã na sua chapa, mas apoiando Bolsonaro e Cláudio Castro, deixa o PT com uma pulga atrás da orelha. Na verdade, eles terão só meio palanque para Lula. A Baixada fechou agora com Flávio. O Rio sozinho não fecha a conta nem para Paes e nem para Eduardo.

■ Na reunião em Brasília um flanco ficou aberto. O do nome do Governador que completará o mandato de Claudio Castro. Para isso, seria necessário trazer todo este jogo para uma base da pirâmide que há anos vem sendo desprezada pelos caciques do estado, os deputados estaduais. São eles que terão o poder de eleger. Governador tampão. Havia algum deles sentado na mesa que decidiu o futuro do Rio?

■ Há anos o poder Legislativo estadual tem sido tratado como cidadãos de segunda classe na política. Na hora de distribuir o

fundo partidário, o foco é eleger deputados federais. São eles que garantem a distribuição destes fundos eleitorais. Isso é válido para o aspecto partidário nacional, mas não se aplica numa conjunção de eleição indireta que depende exclusivamente da Assembleia Legislativa.

■ Os deputados estaduais estão cansados de verem o processo ser decidido de cima para baixo. Com o impeachment de Wilson Witzel, o Legislativo estadual ganhou peso e teve papel de protagonista nas duas gestões de Cláudio Castro, afinal ele foi fruto no seu primeiro mandato deste movimento da Alerj.

■ Agora, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - Alerj volta a ter protagonismo. Só que no sentido inverso, não tirar mais de eliminar e sim escolher um nome para o governo. Este processo de valorização do Legislativo estadual já estava sendo jogado quando o candidato natural à sucessão era o presidente da própria casa, o deputado Rodrigo Bacellar. Antes da Operação Unha e Carne ninguém duvidava que ele seria o candidato na-

tural ao governo. Douglas Ruas, escolhido agora, é deputado estadual, mas a sua liderança com os colegas sempre foi ínfima se comparada a de Bacellar.

■ Ao deixar em aberto a escolha do nome que será ungido governador pela Alerj, os caciques começaram a construir a casa pelo telhado. Jogaram os nomes de abril e qual será o nome para o primeiro passo, com a desincompatibilização de Cláudio Castro? Este jogo começou a ser exercido quando o Vice, Thiago Pampolha, foi para o Tribunal de Contas do Estado e a sucessão ficou nas mãos dos deputados estaduais com a eleição indireta. Não foi obra do acaso.

■ A definição do nome do governador tampão é fundamental para a eleição de um candidato governista para disputar com Paes. O estado está em uma situação tão delicada que o seu colapso fará desmoronar toda a engenharia de vitória de Douglas Ruas contra Eduardo Paes. A situação do Rio depende cada vez mais do Governo Federal e Lula será bonzinho com os seus opositores no Rio?

■ Neste jogo, o importante não é o nome que será colocado na cadeira de governador, mas, nesta fase, a valorização de quem o colocará lá, no caso, os deputados estaduais. É por isso que o nome de André Ceciliano, apesar de ser do PT, tem surgido. Ele materializa um momento áureo do Legislativo estadual. Já o nome de Nicola Miccione vai muito além de ser o candidato de Cláudio Castro. Ele sempre manteve a Casa Civil aberta para o Legislativo estadual e traz um componente que é Vital para grande parte dos caciques que estavam na reunião de Brasília, que escolheu a chapa majoritária: um relacionamento respeitoso com o Judiciário. Alguém duvida do peso do Judiciário na eleição de 2026, com tantos pianos pendurados sobre a cabeça de vários caciques? Ter um nome como o dele no Executivo não só acalma a Alerj como também traz respeito do Judiciário ao processo sucessório. Está na hora de valorizar o Legislativo estadual e disso ninguém deve pagar para ver, como fez o governador que sofreu impeachment achando que deputado estadual é agente político de segunda classe.

Huguette Gallo



Instagram: @huguette.gallo
E-mail: huguette.gallo@gmail.com

Ivan Cruz/Divulgação



A mostra proporciona adentrar numa cidade imaginária e sustentável integrada à natureza

Exposição interativa “Cidadela” acontece no MACC

A premiada artista, cenógrafa, figurinista e educadora Maria Ezou, apresenta em Campinas, a partir desta sexta-feira, no MACC (Museu de Arte Contemporânea de Campinas) o projeto “Cidadela Arte e Natureza”. A partir de sua trajetória dedicada em grande parte ao público infantil, Ezou trabalha com o universo onírico e fantástico, para contar histórias. A exposição, que vai até 12 de abril, propõe uma experiência imersiva no universo das infâncias, integrando arte, tecnologia e natureza em uma cidade imaginária.

A expografia é adaptada à altura das crianças, permitindo autonomia na exploração de 15 “casas-corpos”, que representam emoções e subjetividades. Tais esculturas contêm minimundos com autômatos, luzes e sons. Na entrada, uma “estufa” convida o público a plantar mudas nativas da Mata Atlântica e do Cerrado para futura restauração am-

biental. A programação inclui a formação “Arte e Infância” para educadores no dia 27 de fevereiro e a “Ação Semear” (plantio de árvores) no dia 28.

Sucesso de público em seis estados, a mostra utiliza artes têxteis, teatro de animação e eletrônica para conectar o humano ao biocêntrico. As visitas mediadas estarão disponíveis durante todo o período. O evento celebra a harmonia entre seres humanos, casas e ecossistemas. Interessados em participar da formação podem consultar a Prefeitura de Campinas. A entrada permite que adultos vejam o mundo sob a perspectiva infantil. É uma oportunidade única de vivenciar arte e sustentabilidade no MACC. A mostra segue os biomas originais da região de Campinas. Todas as casas oferecem recursos de audiodescrição para acessibilidade. O projeto reafirma o papel da arte na educação ambiental e emocional. Imperdível.

Campinas une cinema e educação

Freepik



O cinema se torna o espelho de um futuro

O projeto de extensão “Cartas de um Campo Belo”, da PU-C-Campinas, inverteu a lógica da periferia como objeto de estudo para torná-la autora de sua própria imagem. Coordenada pelo prof. dr. Caio Lazaneo, a iniciativa uniu 13 estudantes da Escola Estadual Celeste Palandi de Mello a 13 alunos de Cinema da universidade para a criação de um “filme-carta”. A produção, que nasceu de um diálogo com lideranças locais do Campo Belo, utiliza o cinema documental e a escrita íntima para transformar o cotidiano em poesia visual. O objetivo central é promover o protagonismo juvenil e o direito de sonhar, permitindo que os jovens compartilhem as suas visões de mundo e desejos por meio da sétima arte. O projeto desmistificou o cinema como ofício acessível ao substituir o padrão hollywoodiano por produções autorais, como as do Xingu, revelando a potência da verdade e do afeto no cinema. Segundo o prof. dr. Caio Lazaneo, essa mudança permitiu aos jovens trocarem as referências colonizadoras por uma expressão artística real, humana e próxima de suas vivências. O projeto não pretende ser uma ação isolada e sim transformar em uma série constante.

O novo luxo agora vem... para dormir

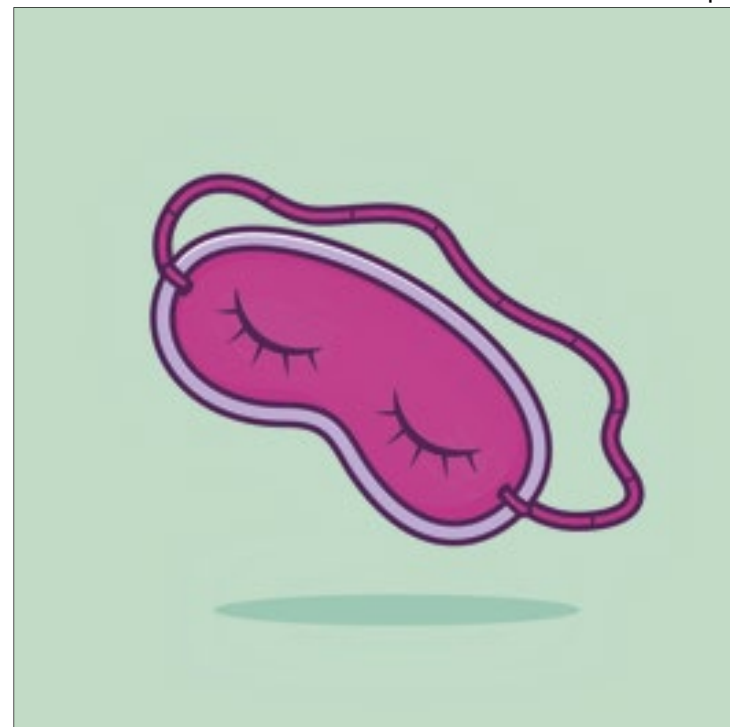
Cansados de estar cansados, os millennials- (nascidos entre 1980-1995/6) e a Gen Z (nascidos entre 1996/7-2010+) estão trocando passeios ao amanhecer ou tours multitudes por “sleepcations”: viagens cujo único objetivo é dormir — por vezes, até 16 horas ininterruptas.

Hotéis perceberam a oportunidade. Pacotes passaram a incluir menus de travesseiros, mantas pesadas, máscaras de cetim, chás, skincare e até camas

com tecnologia que analisam a qualidade do sono. O hóspede ideal? Fica no quarto, pede serviço de quarto e quase não aciona o concierge. Para muitos profissionais que dormem três ou quatro horas por noite, a sleepcation é uma pausa radical: dois dias intercalando cochilos, banhos e entregas no quarto. Ao voltar para casa, relatam “o melhor sono da vida”.

Maaaaa... especialistas alertam que um fim de semana não

compensa uma dívida crônica de sono; a consistência é o que importa de fato. Mesmo assim, o fenômeno cresce — e hotéis tentam surfar a onda do mercado global de tecnologia do sono, que deverá alcançar US\$ 44 bilhões até 2032. Muitos especialistas em sono temem que uma “férias para dormir” seja apenas uma solução paliativa temporária para o desequilíbrio entre vida profissional e pessoal.



O melhor sono da vida?